



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

ISSN 1519-3446

**Centro de
Ciências Humanas**

Humanitas - v. 7, n. 1, jan./jun., 2004

HUMANITAS

Editor/Editor

Prof. Dr. Agenor José Teixeira Pinto Farias

Editor associado/Associate Editor

Prof. Dr. João Miguel Teixeira de Godoy

Revisor de normalização/Normalization Revision

Profa. Dra. Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues

Conselho Editorial/Editorial Board Scientific

Profa. Dra. Beatriz R. Solveira Centro de Estudos Históricos
Córdoba - Argentina

Profa. Dra. Doraci Alves Lopes FCS - PUC-Campinas

Profa. Dra. Elisete Zanlorenzi FCS - PUC-Campinas

Prof. Dr. Kabengele Munanga FFLCH - USP

Prof. Dr. José Carlos Bruni UNESP-Marília

Prof. Dr. José Jorge de Carvalho FCS - UnB

Profa. Dra. Lília Inês Zanotti de Medrano F.HIST
PUC-Campinas

Profa. Dra. Maria da Graça Druck de Faria FFCH - UFBA

Profa. Dra. Sônia Regina da Cal Seixas G. Barbosa FCS
PUC-Campinas

Humanitas é a continuação do título Revista Humanitas do CCH da PUC-Campinas, fundada em 1997. É publicada semestralmente e é de responsabilidade das Faculdades de Ciências Sociais e História da PUC-Campinas. Publica trabalhos da área de Ciências Humanas realizados na Universidade, bem como os colaboradores externos.

Humanitas is former Revistas Humanitas do CCH, PUC-Campinas, founded in 1997. It is published every bi-annually and is of responsibility of the Faculdade de Ciências Sociais e História, PUC-Campinas. It published works carried out in the University in the field of Humans Science, as well as external contributors works.

Colaborações/Contributions

Os manuscritos devem ser encaminhados a revista Humanitas, CCH - PUC-Campinas e Editoração das Revistas CCH conforme as "Instruções aos Autores", publicadas no final de cada fascículo.

All manuscripts should be sent to the Revistas Humanitas, CCH PUC-Campinas e Editoração das Revistas CCH and should comply with the "Instructions for Authors", published in the end of each issue.

Assinaturas/Subscriptions

Pedidos de assinatura (Anual R\$ 20,00) ou permuta devem ser encaminhados Revistas Humanitas, Editoração das Revistas do CCH

Subscription (Anual US\$7,00) or exchange orders should be addressed to the Revistas Humanitas, Editoração das Revistas do CCH

Correspondência/Correspondence

Toda a correspondência deve ser enviada à Revistas Humanitas no endereço abaixo:

All correspondence should be sent to Revista Humanitas at the address below:

Comissão Editorial da Faculdade de Ciências Sociais e Faculdade de História no Centro de Ciências Humanas PUC-Campinas

Rodovia D. Pedro I, Km 136
CEP 13086-900 - Prédio Administrativo I
Campus I, Sala 22
Tel.: (19) 3756-7298
Parque das Universidades - Campinas-SP
Caixa Postal 317 - CEP 13012-970
E-mail: ediech@puc-campinas.edu.br

Equipe técnica/Technical Group

Profa. Rosa Maria B. Oliveira (SBI/PUC-Campinas)
normalização/normalization

Profa. Nair Leme Fobe - revisão do idioma inglês/English
revision

Washington Neves da Silva - Editoração das Revistas do Centro
de Ciências Humanas

O Conselho Editorial não se responsabiliza por conceitos
emitidos em artigos assinados.

The Board of Editors does not assume responsibility for
concepts emitted in sign articles.

Copyright©Humanitas

É permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte. A
reprodução total depende da autorização da Revista.

Partial reproduction is permitted if the source is cited. Total
reproduction depends on the authorization of the Revista.

Editoração: Beccari Propaganda e Marketing
Rua Pedro Álvares Cabral, 183 - Campinas - SP. - Fone Fax (19) 3255-6311
editora@beccari.com.br

Impresso por: Gráfica e Editora Flamboyant
Rua João Quirino Nascimento, 493 - Campinas - SP. - Fone Fax (19) 3252-6835
flamboyant@dginet.com.br



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

HUMANITAS

**Comissão Editorial da Faculdade de Ciências Sociais
e Faculdade de História no
Centro de Ciências Humanas (CCH)
PUC-Campinas**

Campus I - Rodovia Dom Pedro I, km 136
Prédio Administrativo I, Campus I, Sala 22
Caixa Postal 317 - Parque das Universidades
Telefone (0xx19) 3756-7298
CEP 13086-900 - Campinas - SP - Brasil
E-mail: edicch@puc-campinas.edu.br

Ficha de Assinatura

Nome: _____

Instituição: _____

Endereço para envio da Revista:

Rua _____

Nº _____ Ap. _____ /Bloco complemento: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

E-mail: _____

Assinatura anual da Revista: R\$20,00. Remeter ficha e cheque nominal à Sociedade Campineira de Educação e Instrução - (SCEI), para o endereço acima.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Grão-Chanceler

Dom Gilberto Pereira Lopes

Reitor

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Profa. Vera Sílvia Marão Beraquet

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. Marco Antônio Carnio

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Profa. Carmem Cecília de Campos Lavras

Pró-Reitor de Administração

Prof. Antonio Sergio Cella

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor do Centro

Prof. Pe. Paulo Sergio Lopes Gonçalves

Diretora-Adjunta

Profa. Maria Salete Zulzke Trujillo

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretora

Profa. Sônia Regina da Cal Seixas G. Barbosa

FACULDADE DE HISTÓRIA

Diretora

Profa. Lilia Inés Zanotti de Medrano

UM OLHAR DIFERENCIADO SOBRE SOCIEDADES COMPLEXAS: CONTRIBUIÇÕES PARA COMPREENSÃO DE UM PERFIL SÓCIO-AMBIENTAL¹

A DIFFERENT LOOK AT COMPLEX SOCIETIES: CONTRIBUTIONS FOR THE UNDERSTANDING OF A SOCIO-ENVIRONMENTAL PROFILE

Sônia Regina da Cal Seixas BARBOSA²
Renata Pacheco de MELLO³
Visley Ferreira da SILVA⁴
Renata Cristina Mazzi BATISTA⁵

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a qualidade de vida de sociedades complexas, tomando-se como referência municípios que possuem pólos petroquímicos: Duque de Caxias (RJ) e Paulínia (SP), a partir de um recorte definido por categorias testadas em pesquisas anteriores (Barbosa, 1990 e 1996). O artigo representa a primeira fase da pesquisa que tratou da construção preliminar de um perfil sócio-demográfico e da organização do trabalho dos municípios envolvidos, realizada através de fontes secundárias, visando contribuir na compreensão do conceito de sociedades complexas, bem como o perfil dos municípios envolvidos..

Palavras-chave: qualidade de vida; transformações sócio-ambientais; sociedades complexas; direitos sociais e polos petroquímicos

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the quality of life in complex societies, taking as reference those cities that hold petrochemical centres: Duque de Caxias (RJ) and Paulínia (SP), and from

⁽¹⁾ Agradeço a FAEP – UNICAMP, pela concessão de auxílio para o desenvolvimento da pesquisa que originou esse artigo, bem como ao SAE-UNICAMP e FAPIP – PUC-Campinas pela concessão de três bolsas de Iniciação científica que foram fundamentais para coleta dos dados.

⁽²⁾ Doutora em Ciências Sociais, Professora da Faculdade de Ciências Sociais, CCH-PUC-Campinas, membro do Laboratório de Estudos Sociedade, Ética e Cidadania (LESEC-FCS-PUC-Campinas), e pesquisadora do Nepam – UNICAMP.

⁽³⁾ Graduada em Ciências Sociais, 2003, bolsista IC, FAPIC-PUC-Campinas, período agosto de 2001 a agosto de 2003.

⁽⁴⁾ Graduando em Ciências Econômicas, PUC-Campinas, bolsista IC, FAPIC-PUC-Campinas, agosto de 2001 a agosto de 2002.

⁽⁵⁾ Graduada em Ciências Sociais, IFCH-UNICAMP em 2003, bolsista IC, SAE-UNICAMP, agosto de 2001 a fevereiro de 2002.

a cutout defined by some categories tested in previous researches (Barbosa, 1990 and 1996). The article represents the first phase of the research that dealt with the preliminary construction of a social demographic profile and work organization of the cities involved, through secondary sources, aiming at complex societies as well as the profile of the cities involved.

Key words: *quality of life; socio-environmental transformations; complex societies; social rights and petrochemical centres.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo possui duas funções interligadas. Primeiro se destina a apresentar os dados que foram obtidos em pesquisa realizada durante o período de outubro de 2001 a outubro de 2002, com recursos obtidos pela FAEP-Unicamp. Em segundo lugar evidenciar a importância do trabalho de jovens pesquisadores a partir da concessão de bolsas de Iniciação Científica. O projeto contou com 03 bolsistas de IC, sendo dois alunos da PUC-Campinas (bolsa FAPIC), dos cursos de Ciências Sociais e Ciências Econômicas e uma aluna do IFCH-Unicamp (bolsa SAE), todos sobre minha orientação. Esse trabalho se materializou através da interação promovida entre os três alunos das duas instituições envolvidas, através de reuniões constantes para elaboração do escopo do trabalho de coleta de dados, como também através da discussão periódica dos dados obtidos e da teoria que embasou a pesquisa, e posteriormente, o acompanhamento coletivo de todas as fases da pesquisa. As reuniões ocorreram no LESEC e no NEPAM, alternadamente.

Vale ressaltar que esse projeto buscou analisar de forma preliminar a qualidade de vida de sociedades complexas, tomando como referência dois municípios que possuem pólos petroquímicos, Duque de Caxias, Rio de Janeiro e Paulínia, São Paulo, a partir de um recorte definido por categorias testadas em pesquisas anteriores (BARBOSA, 1990 e 1996). É importante ainda destacar que essa pesquisa originou outro projeto, financiado pela FAPESP⁶.

A pretensão inicial de centrar a análise nos usuários de unidades básicas de saúde dos dois municípios, que vão repetidamente ao serviço, com queixas sintomatológicas, evidenciadas por uma série de signos e símbolos mórbidos, aqui denominados de *metáforas corpóreas* (BARBOSA, 1996), que apesar de não possuírem significados clínicos mensuráveis pela medicina oficial, ocasiona uma série de transtornos, comprometendo as condições objetivas da existência,

as condições de relacionamento afetivo e de trabalho, foi em parte postergada para o projeto FAPESP, onde trabalhou-se exclusivamente com o município de Paulínia (SP) e uma Colônia de pescadores artesanais do município de Niterói (RJ). Esse aspecto está relacionado a uma questão metodológica importante, já que seria fundamental o aprofundamento e acompanhamento da rotina de Centros de Saúde que foi possibilitada pelos recursos financeiros oriundos da instituição de fomento. Por outro lado, evidenciou-se a necessidade de realizar um levantamento bastante intensivo sobre dados sócio-demográficos dos dois municípios, e sobre a organização do trabalho e, outros aspectos importantes do processo de industrialização, dentre alguns.

Com os recursos obtidos pela FAEP-UNICAMP realizaram-se (2) visitas a Paulínia, SP e (1) visita a Duque de Caxias, RJ, pois a opção em criar um banco de dados para subsidiar projetos futuros, fez com que o investimento na orientação dos bolsistas de IC tornasse prioritário. Os bolsistas realizaram levantamentos via: 1) internet (*sites* do IBGE, DATASUS, CIDE, Fundação SEADE), 2) prefeituras dos dois municípios e 3) dissertações, teses e artigos sobre os dois municípios. As atividades foram divididas entre os 3 da seguinte forma:

- a) *Bolsista IC-SAE-Unicamp: levantamento sócio-demográfico e de saúde dos dois municípios;*
- b) *Bolsista IC-FAPIC – PUC-Campinas: levantamento das condições gerais da industrialização e da organização do trabalho nos dois municípios;*
- c) *Bolsista IC-FAPIC- PUC-Campinas: atualização do conceito de qualidade de vida e saúde mental, pós 1996, e que deu origem ao Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais da Bolsista (MELLO, 2003)⁷.*

Desta forma, o presente artigo se propõe apresentar descrição das condições sócio-demográficas dos

⁽⁶⁾ O projeto mencionado é *Qualidade de vida em sociedades complexas: a depressão entre trabalhadores da indústria petroquímica e pescadores artesanais* (Projeto Individual FAPESP), abril de 2003 a abril de 2005.

⁽⁷⁾ MELLO, (2003)

municípios envolvidos (população, educação, indicadores de saúde), alguns aspectos sobre saneamento ambiental e, ainda, sobre a organização do trabalho. O conceito de qualidade de vida, estará inserido como pano de fundo, e permeia a coleta de dados, embora não trabalhado de forma sistemática neste momento. Assim, a pretensão do mesmo é apontar a importância do trabalho coletivo na formação de novos pesquisadores, fato que ficou evidente durante o trabalho, fundamentalmente na abordagem metodológica de acompanhamento da coleta de dados, permitindo a interação constante e sistemática entre os três alunos das duas instituições envolvidas.

RESULTADOS OBTIDOS

Antecedentes da pesquisa

O interesse em realizar essa pesquisa, utilizando-se dos exemplos de Duque de Caxias, Rio de Janeiro e Paulínia, São Paulo, resulta da experiência acumulada nos últimos anos em relação ao estudo de sociedades complexas, suas transformações socio-ambientais mais significativas e a realidade cotidiana de seus moradores, avaliada através da expressão difusa de sintomas expressos no corpo, que se identificam através do sentir-se doente, e da incapacidade de expressar suas necessidades e sofrimentos, enfim a ausência de expressão verbal da problemática cotidiana, das questões fundamentais do *existir social* (BARBOSA, 1996). Desta forma, essa pesquisa em seu sentido mais amplo, tem por objetivo fundamental analisar o sentido dos sintomas corpóreos, associando-os às mudanças mais profundas que a sociedade enfrenta, tomando-se como referência analítica os dois municípios em questão.

Em 1990 finalizei um estudo sobre o pólo petroquímico de Paulínia (BARBOSA, 1990) e em 1996, concluí outra pesquisa sobre os municípios de Campinas, Sumaré, Piracicaba e Bragança Paulista (BARBOSA, 1996). Em ambos estudos, pode-se observar que as características dessa época tão diferenciada e complexa que vivemos, têm um peso sobre a sociedade e, conseqüentemente, sobre o indivíduo, pois apesar dos imensos ganhos em vários sentidos e aspectos, a opressão para a maioria continua a existir em todos as suas dimensões e faz emergir uma totalidade histórico-social interligada, abrangente e desconhecida no seu conjunto. Uma estrutura diferenciada que imprime uma nova dimensão política, geográfica, cultural e social para os diversos segmentos sociais e altera as condições de existência dos indivíduos (BARBOSA, 1999: 24).

Analisando-se a qualidade de vida dos moradores dos 5 municípios estudados nas duas pesquisas referidas, chegou-se a conclusão que: *é preciso reafirmar que todas as transformações em curso na atualidade têm um significado especial para o indivíduo e afetam de alguma forma a sua qualidade de vida, seja em suas condições objetivas (moradia, transporte, emprego, salário, etc), seja em suas condições subjetivas (culturais, afetivas, sexuais, espirituais, valores e crenças)* (BARBOSA, 1999: 24). A partir desta experiência, evidenciou-se a necessidade de ampliar o olhar para se entender, que há uma luta sem tréguas entre a complexidade social e a vivência individual e coletiva nos espaços complexos.

Por outro lado, a partir da experiência acumulada, fica evidente que não será possível pensar em problemas socio-ambientais de sociedades complexas e em suas soluções, caso não se reconheça à importância da articulação entre o indivíduo e a sociedade (BARBOSA, 1999). Desta forma, a articulação teórico-metodológica nesta pesquisa se mostrou a partir do recorte já utilizado nas pesquisas anteriores e que permite entender a questão evidente através de um estudo que procurou somar perspectivas, não só no sentido de comparar, necessariamente, mas de buscar as semelhanças e articulações que dois pólos petroquímicos, exemplos de sociedades complexas, possam trazer a tona, neste início do século XXI.

Delineando o problema

Nas pesquisas anteriormente realizadas, constatou-se que as transformações socio-ambientais foram fundamentais para comprometer a qualidade de vida das populações envolvidas e permitiu a constituição de um perfil de morbidade que se evidenciou pelas idas constates as Unidades Básicas de Saúde (UBS) dos municípios pesquisados, e por uma difusão de sintomas clinicamente não definidos, e que se denominou de *metáforas corpóreas*. Esse conjunto de transformações também possui outros significados. Por um lado, a grande transformação para a sociedade contemporânea pode ser resumida na segunda revolução industrial e nas novas formas que o indivíduo terá que conquistar para se adaptar a essa transformação (SCHAFF, 1992). Por outro, o processo de transformação deste momento histórico é liderado pela intensa globalização mundial nas esferas econômicas, sociais e políticas (IANNI, 1992; Santos, 2000), agravado pelo fato de que a modernidade é inerentemente globalizante e acena para a existência de um mundo exterior, vastamente mais

extensivo e perigoso, que conduz cada vez mais a uma transformação da intimidade no enfrentamento dos desafios (GIDDENS, 1993 e 2000). Há indicações, ainda, da formação de uma sociedade construída por indivíduos cada vez mais voltados para si próprios, temerosos de situações de externalidades e riscos constantes, constituindo uma sociedade de sobreviventes (LASCH, 1987; HILLMAN, 1991).

Questionar o significado dessas transformações para o indivíduo em sua relação com a sociedade é fundamental nesse momento e reforça ainda mais a pergunta que pode ser feita, pelo viés das análises de Schaff: *o que acontecerá com o indivíduo, a partir de todas essas transformações identificadas (...)? Quais as implicações resultantes desta revolução para a vida do ser humano?* (SCHAFF, 1992: 102). A partir da Segunda Guerra, tem se experimentado uma crescente sensação de perigo não só porque as condições socio-ambientais são instáveis, mas porque não se tem muita esperança em encontrar soluções a partir do atual sistema político. Estamos submetidos a um risco de desintegração individual (LASCH, 1987). Não há, a segura pressuposição da existência de um mundo estável e ordeiro. A vida cotidiana é estabelecida como um amontoado de problemas que, na maioria das vezes, independem do indivíduo para serem solucionados. A descrença numa solução possível nos coloca a cada dia como sobrevivente de um holocausto, que perdeu a crença no futuro e se vê sob o impacto da expansão armamentista, da criminalidade, do terrorismo, do narcotráfico, da degradação ambiental em escala planetária, bem como de um declínio econômico prolongado (LASCH, 1987).

O impacto dessas condições sobre a individualidade transforma-a num raro objeto, inclusive porque a individualidade pressupõe uma história pessoal e uma teia de relações grupais (família, amigos, etc.). O equilíbrio emocional exige, desta forma, um eu mínimo, que está difícil de construir ou de manter. Vive-se num tempo onde se fica a mercê das transformações e dos diversos perigos que se colocam a nossa frente, os movimentos que se opõem a essa realidade acabam por nos colocar numa encruzilhada onde o que é reforçado é a mentalidade sitiada, construindo individualidade muito acentuada e pouco investimento nos movimentos coletivos. No entanto, talvez a mais importante maneira de alterar esse quadro sombrio seja uma ação política que incorpore as diversas dimensões do risco moderno, seja em função dos avanços científico-tecnológicos desenfreados, seja pela degradação ambiental planetária (LASCH, 1987).

Desta forma, supõe-se fundamental retomar essa discussão, só que de forma mais amadurecida, no sentido

do recorte geográfico utilizado, ou seja: os municípios sede de pólos petroquímicos. É possível afirmar que esses dois municípios apresentam singularidades fundamentais para a análise requerida. Por um lado, podem ser considerados municípios com vantagens sócio-econômicas importantes, por outro, acúmulo de problemas, herança de um modelo de desenvolvimento que privilegia as elites e a degradação ambiental (BARBOSA, 1990, 1992 e 1992(a), 1998).

A partir do que já foi exposto até agora, pode-se destacar que a hipótese que norteou a pesquisa, é que na medida em que o coletivo humano, se sente postergado a uma participação política efetiva, na busca da complementação de suas carências individuais cotidianas, um novo conjunto de sintomas poderá ser expresso na população, ou, talvez a constituição de um padrão de morbidade, como decorrência da situação socio-ambiental atual. Esse padrão enquanto expressões individuais não são novas, o que é novo é a sua forma coletiva de expressão, ou seja, expressa-se no corpo (através de sintomas, dores, apatia, abulia, violência, síndrome do pânico, etc.), uma fala que poderia ser organizada politicamente em termos coletivos. Na realidade não se pode reduzir essa abordagem a um viés psicanalítico como possa dar a impressão, mas deve-se procurar entendê-lo em suas múltiplas facetas e complexidade, ou seja, sociais, culturais, ambientais e também psicológicas.

Essa hipótese surgiu, mas foi pouco explorada durante o trabalho realizado no mestrado, para a população de Paulínia (BARBOSA, 1990). Um número significativo de pacientes expressava-se através de sintomas corpóreos (sem significação clínica), idas constantes ao serviço de saúde do município e além disso uma alta medicalização, assim como pouca vinculação a participação política. A partir dessa constatação, e com a observação de que esse fato está ocorrendo em outras regiões, com um perfil socio-ambiental semelhante, realizei outra pesquisa, com objetivos bastante definidos, onde pude comprovar que em outros municípios (no caso da pesquisa: Campinas, Sumaré, Piracicaba e Bragança Paulista), existe um número significativo de usuários de Unidades Básicas de Saúde que se utilizam dos mesmos, de forma repetitiva, com sofrimento evidente e com comportamento e queixas de dores e sintomas que clinicamente não se justificariam (Barbosa, 1996). Ao mesmo tempo durante esse ano participei como colaboradora no projeto: *Pesqueiros e Territórios na pesca artesanal Parte II: áreas costeiras do Rio de Janeiro e da Bahia* (FAPESP, 01/00718-1; coordenado por Alpina Begossi), utilizando-me da mesma metodologia de análise para

analisar a qualidade de vida da população da Colônia Z-7 em Itaipu, Niterói, RJ. A simultaneidade das duas atividades durante o mesmo período, permitiu um avanço significativo na articulação da hipótese e traduzindo-se no desenvolvimento do Projeto FAPESP: *Qualidade de vida em sociedades complexas: a depressão entre trabalhadores da indústria petroquímica e pescadores artesanais*, já mencionado, que representa um grande amadurecimento e aprofundamento intelectual neste tema, pois que procura considerar a complexidade social subjacente tanto a uma realidade quanto outra.

É importante também alertar para o detalhe de que, apesar de uma participação política incipiente nessas localidades, a presença de uma consciência individual de sua problemática cotidiana e coletiva se fez presente por parte dos moradores (os dados de Paulínia já sugeriam esse fato). Acredito que a ausência de uma vinculação coletiva acabou por criar um processo de angústia e sintomatologia, que poderá, até, construir-se em uma nova patologia. Deve-se acrescentar, ainda, que essa patologia não é nova, na medida em que se apresenta com sintomas já elencados por diversos serviços de saúde, porém é nova na forma coletiva como se tem expressado na sociedade, e neste sentido, as pesquisas que realizei podem ser consideradas pioneiras (BARBOSA, 1990 e 1996). Desta maneira procurando resguardar a sua especificidade utilizasse-a da mesma denominação que me utilizei lá: metáforas corpóreas, expressão que foi construída, tanto a partir da visão psicanalítica quanto antropológica.

Sobre os municípios envolvidos

Neste item apresenta-se os dados sócio-demográficos; saneamento ambiental e da organização do trabalho dos municípios⁸. Os dados trabalhados foram, em sua maioria, colhidos através de pesquisas na Internet, em sites estaduais e nacionais de informações populacionais (como IBGE, CIDE, SEADE, DATASUS, Prefeituras municipais, etc.). Através desses dados, o objetivo foi o de elaborar um diagnóstico preliminar socio-ambiental dos municípios de Duque de Caxias e Paulínia, por meio da sistematização dos dados, que contemplasse as transformações significativas mais recentes pelas quais passaram os dois municípios, caracterizando-os como exemplos de sociedades complexas.

Deve-se destacar que houve uma grande dificuldade de encontrar os dados dos diferentes temas

pesquisados para os mesmos anos. Assim, não foi possível fazer uma comparação exata da mudança das cidades por período, e sim o estudo da evolução delas, não se apegando a datas nem períodos específicos. As pequenas diferenças de números entre os mesmos dados dão-se pelo fato de terem sido usadas várias fontes diferentes. Porém, essas pequenas diferenças são estatisticamente não significativas.

Os dados encontrados em números absolutos foram, todos, transformados em porcentagem, para facilitar a análise dos mesmos. As tabelas que aparecem somente com os dados em porcentagem foram encontradas desta maneira, não sendo necessário modificá-las.

Município de Paulínia, SP

Dados sócio-demográficos e saneamento ambiental

O município de Paulínia encontra-se localizado no Estado de São Paulo, pertencendo à Região Metropolitana de Campinas. É um pequeno município do interior paulista, tendo uma área total de 144 km², sendo 88 km² de área urbana e 56 km² de área rural. O total da população em 2000 é de 51.242 habitantes, sendo 50.677 na área urbana e 565 na área rural. Isso significa que a taxa de urbanização desta cidade é de 98,89% (quase toda a população encontra-se morando em área urbana da cidade). A densidade demográfica de Paulínia é de 367,77 hab./km², ou seja, em média há aproximadamente 368 habitantes para cada quilômetro quadrado da cidade.

No setor de serviços, Paulínia possui 9 agências bancárias, 1 hospital, e 35 estabelecimentos de ensino, sendo 13 de ensino pré-escolar, 16 de ensino fundamental e 6 de ensino médio. Os serviços de saúde serão analisados mais adiante.

Em relação à população de Paulínia, observamos a seguinte evolução: em 1990, a população total da cidade era de 34.511 habitantes, passando a 42.660 em 1995 e 51.080 em 2000. Pode ser observada a mudança na característica da cidade: enquanto a população urbana crescia de 31.026 habitantes em 1990 para 50.471 em 2000, passando por 39.935 em 1995, a população rural teve um declínio de 3.485 habitantes em 1990 para 2.725 em 1995, chegando a somente 609 habitantes morando no campo em 2000. As tabelas 1 e 2 mostram essa evolução, juntamente com o crescimento do grau de

⁽⁸⁾ Os dados coletados foram realizados pelos bolsistas de IC Renata Cristina Mazzi Batista, bolsa SAE – UNICAMP, período agosto de 2001 a fevereiro de 2002 e Visley Ferreira da Silva, bolsa FAPIC – PUC-Campinas, período agosto de 2001 a julho de 2002.

urbanização da cidade, que passou de 89,90% em 1990 para 93,61% em 1995, chegando a 98,81% em 2000.

Comparando os dados populacionais da cidade de Paulínia com as cidades de Campinas (cuja região metropolitana Paulínia pertence) e a capital do Estado, São Paulo, percebe-se que Paulínia teve um crescimento populacional muito maior do que as outras duas. Enquanto a capital São Paulo teve um aumento quase insignificante de 0,41% em sua população no período de 1997 a 1998 (passou de 9.887.614 habitantes a 9.927.868), e Campinas teve um aumento de 1,4% em sua população (de 924.194 habitantes em 1997 foi para 937.135 em 1998), Paulínia teve acrescentado em sua população total, no período de 1997 a 1998, mais 3,28% do total de seus habitantes (de 46.220 foi para 47.735 habitantes). A mesma tendência é verificada nos anos posteriores: no período de 1998 a 1999, São Paulo teve uma taxa de crescimento populacional de 0,41% (de 9.927.868 foi para 9.968.485 habitantes), Campinas teve um aumento populacional de 1,38% (passando de 937.135 a 950.043 habitantes), e Paulínia teve sua taxa de crescimento

populacional diminuída não significativamente para 3,17% (de 47.735 foi para 49.246 habitantes). Houve uma pequena diminuição na taxa de crescimento populacional de Paulínia em relação ao ano anterior, porém isso também pôde ser observado em Campinas, enquanto que em São Paulo a taxa permaneceu a mesma.

No ano 2000, os dados em relação ao total da população destas cidades não foram obtidos. Já no período de 1999 a 2001, houve um grande aumento na taxa de crescimento populacional de São Paulo; esta passou a ser de 2,63%, devido ao aumento de sua população de 9.968.485 para 10.499.133 habitantes. Mas isso não significa o bastante se comparado à Paulínia, que teve novamente em sua taxa de crescimento um acréscimo de 3,77%, devido ao crescimento populacional de 49.246 para 53.027 habitantes. Campinas permaneceu com um aumento contínuo em relação aos períodos anteriores: a população passou de 950.043 em 1999 para 982.977 em 2001, gerando uma taxa de crescimento de 1,72%. Esses dados podem ser verificados nas tabelas 3 e 4.

Tabela 1. Evolução da população urbana e rural de Paulínia nos anos 1990, 1995 e 2000.

Paulínia	1990	1995	2000
População urbana	31.026	39.935	50.471
População rural	3.485	2.725	609
Total	34.511	42.660	51.080

Fonte: Fundação SEADE.

Tabela 2. Evolução da taxa de urbanização de Paulínia nos anos 1990, 1995 e 2000.

Paulínia	1990	1995	2000
Grau de Urbanização	89,90%	93,61%	98,81%

Fonte: Fundação SEADE.

Tabela 3. Comparação da população dos municípios de Paulínia, Campinas e São Paulo nos anos de 1997, 1998, 1999 e 2001.

Municípios	1997	1998	1999	2001
Paulínia	46.220	47.735	49.246	53.027
Campinas	924.194	937.135	950.043	982.977
São Paulo	9.887.614	9.927.868	9.968.485	10.499.133

FONTE: IBGE, DPE, Departamento de População e Indicadores Sociais, Estimativas Populacionais.

Tabela 4. Taxa de crescimento populacional dos municípios de Paulínia, Campinas e São Paulo nos períodos de 1998, 1999, 2000 e 2001.

Taxa de cresc. Pop.	1998	1999	2000	2001
Paulínia	3,28%	3,17%	3,63%	3,77%
Campinas	1,40%	1,38%	-	1,72%
São Paulo	0,41%	0,41%	-	2,63%

FONTE: IBGE, DPE, Departamento de População e Indicadores Sociais, Estimativas Populacionais.

Tabela 5. Estado de origem da população migrante em Paulínia no período de 1991 a 1997.

Origem	N	%
São Paulo	3.217	59,60%
Minas Gerais	545	10,10%
Paraná	405	7,50%
Bahia	189	3,50%
Rio de Janeiro	174	3,22%
Piauí	117	2,17%
Pernambuco	102	1,89%
Ceará	83	1,54%
Paraíba	81	1,50%
Pará	68	1,26%
Mato Grosso	59	1,09%
Maranhão	43	0,80%
Roraima	42	0,78%
Mato Grosso do Sul	31	0,57%
Rio Grande do Norte	30	0,56%
Sergipe	29	0,54%
País estrangeiro	29	0,54%
Santa Catarina	27	0,50%
Rio Grande do Sul	27	0,50%
Espírito Santo	24	0,44%
Tocantins	18	0,33%
Alagoas	18	0,33%
Goiás	15	0,28%
Rondônia	11	0,20%
Distrito Federal	8	0,15%
Acre	2	0,04%
Amazonas	2	0,04%
Amapá	2	0,04%
Pessoas que não residiam	5.398	100,00%

FONTE: IBGE, Contagem da População 1996 e Malha Municipal Digital do Brasil, 1997.

Dentro do crescimento populacional, há a influência dos imigrantes, vinda do próprio Estado de São Paulo, de outros Estados, e também de países estrangeiros. Mas não será possível comparar qual a influência da imigração no crescimento populacional, devido ao fato de os dados obtidos de imigrantes não serem dos mesmos períodos que os já estudados na taxa de crescimento populacional. Somente será possível relatar os dados no tocante à imigração.

Pode-se perceber um grande número de pessoas vindas de fora para a cidade de Paulínia no período de 1991 a 1997. Pessoas que não residiam no município em 1991, e que em 1997 se encontram lá vindas de outras localidades, somam um total de 5.398 imigrantes. O Estado de origem que mais cedeu habitantes para Paulínia foi São Paulo, somando um total de 3.217 pessoas. Em seguida estão o Estado de Minas Gerais e Paraná, com 545 e 405 pessoas, respectivamente. Vindas de outros países, podemos encontrar neste período 29 pessoas. A seguir, a tabela 5 especifica o número de pessoas vindas de cada Estado no período citado.

Paulínia possui 1 hospital, 100 leitos hospitalares, 11 unidades ambulatoriais, 3 centros de saúde e 1 ambulatório de unidade hospitalar geral. No ano de 1997, foram registradas 3.733 internações hospitalares, tanto de pessoas do município como de habitantes de cidades vizinhas. No mesmo ano foram registrados também um total de 235 óbitos, sendo que 57,9% (cujo número absoluto é de 136 pessoas) eram do sexo masculino e 42,1% (o que corresponde a 99 pessoas) do sexo feminino.

Comparando com a mortalidade proporcional por grupos de causas gerais nos períodos de 1996 e 1998, os dados obtidos para Paulínia no ano de 1997 apontam a mesma causa principal, as doenças do aparelho circulatório, responsáveis por 22,6% dos óbitos em Paulínia e 32,34% no país em 1996 e 32,43% em 1998. Em segundo lugar, logo atrás, encontram-se em Paulínia as causas externas, seguidas pelas neoplasias/tumores.

Nos grupos de causa geral esse quadro não se altera muito; enquanto que em 1996 a segunda causa principal de morte eram as causas externas e em terceiro lugar as demais causas determinadas, em 1998 as causas determinadas apareciam em segunda causa principal de morte e as causas externas em terceiro. Em ambos os períodos, as neoplasias encontram-se em quarto lugar como as responsáveis principais das causas de morte. As duas tabelas seguintes mostram os grupos de causas de morte geral para os anos de 1996 e 1998 e os grupos de causas de morte em Paulínia no ano de 1997.

O município de Paulínia possui 35 estabelecimentos de ensino. Destes, 16 são estabelecimentos de ensino fundamental, sendo 5 escolas públicas estaduais, 9 escolas públicas municipais e 2 escolas particulares. Os

estabelecimentos de ensino médio são 6: 2 escolas públicas estaduais, 3 municipais e 1 particular. Em relação à educação pré-escolar, Paulínia possui 13 estabelecimentos; 12 deles são escolas públicas municipais e 1 é escola particular.

No ano de 1996, encontra-se em Paulínia uma população com significativos índices de analfabetismo. 19,48% de sua população possuía menos de um ano de estudo ou nenhuma instrução, enquanto que somente 4,72% da população havia entrado no grau superior. Tem-se um total de 9,47% da população que concluiu o primeiro grau, e 13,71% que concluiu o segundo grau. Destes, somente 4,72% entraram em algum curso superior. A tabela 8 mostra a porcentagem da população em cada nível de instrução.

Tabela 6. Grupos de causas de mortes geral nos anos de 1996 e 1998.

Grupos de causas	1996	1998
Doenças do aparelho circulatório	32,34%	32,43%
Demais causas determinadas	15,73%	16,31%
Causas externas	15,44%	14,88%
Neoplasias	13,40%	14,01%
Doenças do aparelho respiratório	11,46%	11,63%
Doenças infecciosas e parasitárias	6,80%	6,16%
Afecções perinatais	4,83%	4,56%
Total	100%	100%

FONTE: Datasus. 2001

Tabela 7. Grupos de causas de morte em Paulínia no ano de 1997.

Causas	Óbitos	%
Doenças do aparelho circulatório	53	22,6
Causas externas	50	21,3
Neoplasias e tumores	40	17,0
Doenças do aparelho respiratório	26	11,1
Sint., sinais e achados anormais em exames clínicos e laboratório	20	8,5
Doenças infecciosas e parasitárias	14	6,0
Doenças originadas no período perinatal	12	5,1
Doenças do aparelho digestivo	9	3,8
Malformações congênitas, deform. e anomalias cromossômicas	4	1,7
Doenças do sistema nervoso	3	1,3
Doenças do aparelho geniturinário	3	1,3
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	1	0,4
Total	253	100

FONTE: Ministério da Saúde, DATASUS, Registros Administrativos 1997 e IBGE, Malha Municipal do Brasil 1997.

No que diz respeito ao grau de escolarização dos chefes de família dos domicílios de Paulínia, somente 11,6% (em um total de 11.189 chefes de família) concluiu o primeiro grau. A porcentagem dos chefes de família que concluíram o segundo e o terceiro grau é de 15,6% e 5,8%, respectivamente. Comparando os analfabetos com aqueles que já possuem uma profissão, ou seja, se formaram no nível superior, tem-se para os primeiros 12,4% (somando os analfabetos e os que possuem menos de um ano de estudo) e 5,8% para quem se formou e para quem tem mais de dez anos de estudo. Vale ressaltar que, de 11.247 chefes de família, 85% são do sexo masculino, e somente 15% do feminino (a diferença entre os totais de chefes de família analisados dá-se pelo fato dos dados terem sido obtidos em fontes distintas). A tabela 9 mostra os anos de estudo dos chefes de família.

Tabela 8. Taxa de escolaridade em Paulínia por anos de estudo em 1996.

Escolaridade	%
Sem instrução	11,46
Menos de um ano	8,02
1 ano	4,37
2 anos	5,95
3 anos	6,48
4 anos	16,32
5 a 7 anos	18,33
8 anos	9,47
9 a 11 anos	13,71
12 anos ou mais	4,72
Ignorado	1,18
Total	100

FONTE: Datasus, 2001.

A infra-estrutura básica do município de Paulínia pôde ser estudada somente no período de 1991, devido à falta de informações e dados divulgados sobre anos mais recentes. Apesar de terem ocorrido várias mudanças, seria interessante relatar os dados encontrados. No que diz respeito ao abastecimento de água, 91,1% dos 8.789 domicílios já possuía abastecimento adequado de água, com canalização interna e rede geral; e apenas 7% possuía canalização interna da água proveniente de poço ou nascente, conforme a tabela 10.

Tabela 9. Anos de estudo dos chefes de família em Paulínia no ano de 1997.

Anos de estudo	Absoluto	%
0	1014	9,1
1	370	3,3
2	640	5,7
3	820	7,3
4	2780	24,8
5	743	6,6
6	517	4,6
7	437	3,9
8	1303	11,6
9	206	1,8
10	207	1,9
11	1333	11,9
12	63	0,6
13	103	0,9
14	118	1,1
15	356	3,2
16	179	1,6

FONTE: IBGE, Contagem da População 1996 e Malha Municipal Digital do Brasil 1997.

Tabela 10. Tipo de abastecimento de água em Paulínia no ano de 1991.

Tipo de abastecimento de água	Absoluto	%
Com canalização interna com rede geral	8006	91,1
Com canalização interna com poço/nascente	613	7,0
Com canalização interna com outra forma	5	0,1
Sem canalização interna com rede geral	70	0,8
Sem canalização interna com poço/nascente	79	0,9
Sem canalização interna com outra forma	16	0,2
Total	8789	100,0

FONTE: Datasus, 2001

Em relação à instalação sanitária tem-se que 79,7% dos domicílios possui rede geral, representando um total de 7.002 casas. Além do mais, 92,5% das residências possui seu lixo coletado diretamente, sendo que somente 0,1% dos domicílios joga o lixo em rios, mares ou lagoas. Conclui-se então que, pelo menos no período de 1991

(e se os dados atuais continuarem na mesma tendência), a população do município de Paulínia possuía uma conscientização ecológica pelo menos no que diz respeito à higiene básica das famílias e seus respectivos domicílios. A seguir, as tabelas dos tipos de instalações sanitárias e de coleta de lixo.

Tabela 11. Tipo de instalação sanitária em Paulínia no ano de 1991.

Tipo de instalação sanitária	Absoluto	%
Domicílio com rede geral	7.002	79,7
Domicílio com fossa séptica ligada à rede fluvial	48	0,5
Domicílio com fossa séptica sem escoadouro	270	3,1
Domicílio com fossa rudimentar	1.115	12,7
Domicílio com vala negra	14	0,2
Domicílio com outro tipo de escoadouro	1	0,0
Comum mais de um domicílio com rede geral	150	1,7
Comum mais de um domicílio com fossa séptica ligada à rede pluvial	5	0,1
Comum mais de um domicílio com fossa séptica sem escoadouro	10	0,1
Comum mais de um domicílio com fossa rudimentar	76	0,9
Comum mais de um domicílio com vala negra	1	0,0
Comum mais de um domicílio com outro tipo de escoadouro	1	0,0
Não tem instalação sanitária	96	1,1
Total	8.789	100,0

FONTE: Datasus.

Tabela 12. Tipo de coleta de lixo em Paulínia no ano de 1991.

Tipo de coleta de lixo	N	%
Coleta direta	8.129	92,5%
Coleta indireta	16	0,2%
Queimado	449	5,1%
Enterrado	42	0,5%
Joagado em terreno baldio	101	1,1%
Jogado em rio, mar ou lagoa	12	0,1%
Outro	40	0,5%
Total	8.789	100,0%

FONTE: Datasus.

Desenvolvimento econômico e organização do trabalho

A tabela 13 mostra o valor do Produto Interno Bruto (PIB) anual de Paulínia em seis períodos. Com base na tabela acima podemos afirmar que o PIB de Paulínia sofreu um aumento expressivo em 1975. Podemos associar esse grande aumento à instalação da refinaria da Petrobrás (REPLAN) na cidade, que acontece no início da década de 70.

O ano de 1980 foi o que apresentou o maior PIB. Podemos buscar explicação para a grande redução no PIB, no ano de 1985, lembrando o que aconteceu com a economia brasileira, nos anos 80, que também pode ser chamada de década perdida, pelo baixo desempenho econômico que apresentou para o país.

Tabela 13. PIB Municipal de Paulínia, série histórica – 1970/1996

1970	1975	1980	1985	1990	1996
134.282.062	3.925.190.408	4.739.016.142	3.442.014.351	3.398.346.128	3.754.403.174

Fonte: IPEA, 1996.

Na década de 80 iniciou-se a mais grave crise da história do Brasil urbano. A recessão e a elevada taxa de desemprego aberto adquiriu expressão maior, exatamente em São Paulo. Entre 1980 e 1983, o produto industrial do Estado sofreu queda de 18,5%, enquanto a renda *per capita* reduziu-se em 14,3%. São nítidos os efeitos da crise e da estagnação da economia brasileira no final desses dez anos (CANO, 1992).

Na década, o produto *per capita* paulista reduziu-se, em termos absolutos; o PIB estadual cresceu, em média, a uma taxa de 2,1% ao ano. Em conjunto,

prevaleceu um ritmo de crescimento lento, ante os valores históricos da economia brasileira, cujo PIB cresceu à média de 6,9% ao ano, entre 1940 e 1980, e a renda *per capita* havia multiplicado.

Na tabela 16 a seguir, constatamos que o município de Paulínia possuía entre 1996 e 1997 a maior parte de seus trabalhadores ocupados no setor industrial. Com cerca de 46% de participação nos dois anos. Esta situação se reverte em 1998 e 1999. Quando o setor de serviços passa a ocupar maior destaque com cerca de 42% nesses dois anos.

Tabela 14. Número de trabalhadores por sexo segundo faixa etária.

Faixa etária	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
	Idade		
10 a 14	13	2	15
15 a 17	319	210	529
18 a 24	1.961	913	2.874
25 a 29	2.015	910	2.925
30 a 39	3.900	1.670	5.570
40 a 49	2.612	994	3.606
50 a 64	962	289	1.251
65 ou mais	47	9	56
Ignorado	1	0	1
Total	11.830	4.997	16.827

Fonte: MTE - RAIS. Elaboração: Dieese, 1999.

Tabela 15. Distribuição dos trabalhadores formais nos diversos setores.

Setores	Masculino	Feminino	Total
Ind. Transf.	4.715	858	5.573
Serv. Ind. Up.	47	4	51
Constr. Civil	503	88	591
Comércio	2.509	756	3.265
Serviços	2.503	985	3.488
Adm. Pública	1.200	2.255	3.455
Agropecuária	153	39	192
Total	11.830	4.997	16.827

Fonte: MTE - RAIS. Elaboração: Dieese, 1999.

O setor comercial sofreu uma progressão da ordem de 17,3% nos quatro anos. Portanto, fica evidente que nesses anos houve um atrofiamento considerável no quadro de ocupações na indústria e que o setor terciário, principalmente o de serviços com crescimento de 23,2% nos quatro anos, foi o grande minimizador dos impactos gerados pela perda de ocupações na indústria. Ou seja, a cidade começa a mudar sensivelmente nesses anos, pois ocorre uma mudança estrutural no quadro de ocupações.

Para entender melhor o baixo desempenho em geração de empregos industriais no município, basta olhar os macroindicadores da economia brasileira na década de 90. Pois, a indústria foi o setor da atividade econômica brasileira que mais refletiu as deficiências do mercado de trabalho brasileiro nos últimos dez anos.

Tabela 16. Empregados ocupados em Paulínia – 1996/1999.

	1996	1997	1998	1999
Total de empregados ocupados	16.418	18.197	18.073	17.031
Empregados ocupados na indústria	7.557	8.341	6.845	6.440
Empregados ocupados no comércio	2.788	2.926	3.334	3.272
Empregos ocupados nos serviços	5.772	6.738	7.660	7.116
Demais empregos ocupados	301	192	234	203

Fonte: Seade, 1999.

A seguir seguem alguns dados, sobre o trabalho, de pesquisa realizada pelo IBGE, em 2001. De acordo com o IBGE, o emprego com carteira assinada também teve no setor industrial um forte recuo. Historicamente o setor com maior índice de trabalho formal, a indústria reduziu esse índice de 79,49% das pessoas que nela trabalhavam em 1991 para 66,50% na média de janeiro a novembro do ano passado, uma queda de 16,3%.

O percentual dos trabalhadores por conta própria cresceu de 20,1% da população ocupada em 1991 para 23,1% em 2001, na indústria mais que dobrou, passando de modestos 4,1% em 91 para 9,57% em 2001. O emprego sem carteira assinada também cresceu muito na última década na indústria, passando de 11,58% do pessoal ocupado no setor em 1991 para 18,52% em 2001, um crescimento de 60% na década.

De acordo com dados do IBGE, em 2001, a indústria foi o setor da atividade econômica brasileira que mais refletiu as deficiências do mercado de trabalho brasileiro nos últimos dez anos. A participação do setor como

fonte de trabalho para as pessoas ocupadas caiu 27,8% de 1991 para 2001.

Quanto ao nível de emprego, na indústria paulista ocorreu redução de 2,02% no ano passado, reduzindo em 32,4 mil a quantidade de postos de trabalho. O número de empregos industriais chegou a 1,58 milhão em 2001, o pior desempenho desde 1994, de acordo com dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Há sete anos existiam 2,15 milhões de pessoas trabalhando na indústria.

O emprego com carteira assinada também teve no setor industrial um forte recuo. Historicamente o setor com maior índice de trabalho formal, a indústria reduziu esse índice de 79,49% das pessoas que nela trabalhavam em 1991 para 66,50% na média de janeiro a novembro de 2001, uma queda de 16,3%.

Na tabela 17 a seguir, observa-se um decréscimo de 338 postos de trabalho na economia formal de Paulínia. Isto mostra o baixo desempenho do município em gerar

Tabela 17. Movimentação do emprego formal em Paulínia, primeiro trimestre de 2001.

Setores	1º Trimestre 2001		1º Trimestre 2000	
	Admitidos	Desligados	Saldo	Saldo
Extrativa Mineral	3	7	-4	0
Indústria de Transformação	429	417	12	386
Serv. Industr. de Utilidade Pública	21	8	13	-1
Construção Civil	676	512	164	37
Comércio	450	447	3	30
Serviços	982	1.441	-459	24
Administração Pública	52	58	-6	127
Agropec., Extr. Veg., Caça e Pesca	47	108	-61	9
Outros / Ignorados	0	0	0	0
Total	2.660	2.998	-338	612

Fonte: MET/CAGED, 2001.

empregos com carteira assinada no primeiro trimestre de 2001. O setor de construção civil foi o que apresentou maior desempenho, com saldo de 164 postos de trabalho no período, já o setor de serviços foi o mais prejudicado com saldo de 459 negativos.

A tabela mostra que o ano de 2001, não foi bom para a geração de empregos no setor formal. Reflete a tendência de queda do trabalho formal, apresentada na economia brasileira na década de 90. Pois, em 1990 os trabalhadores no setor formal representavam 59,7% dos ocupados e, em 1999 cai para 53,8%, a percentagem de trabalhadores ocupados no setor formal.

Na comparação acima, notamos que o primeiro trimestre de 2001, foi muito ruim, no que diz respeito, a geração de empregos formais em Paulínia. Ocorre uma deterioração expressiva em relação ao primeiro trimestre de 2000, que teve saldo positivo de 612 postos de trabalho.

Comparando o saldo do primeiro trimestre de 2000, que foi de 612 empregos gerados no setor formal, com o saldo do primeiro trimestre de 2001, que foi de 338 empregos que deixaram de existir no setor formal da economia. Constatamos o baixo desempenho de geração de emprego, no primeiro trimestre de 2001, no município.

Tabela 18. Escolaridade dos trabalhadores formais de Paulínia, por sexo, 1998.

Escolaridade	Masculino	Feminino	Total
4ª Série incompleta	741	239	980
4ª Série completa	1.650	600	2.250
8ª Série incompleta	1.753	531	2.284
8ª Série completa	2.771	959	3.730
2º Grau incompleto	922	354	1.276
2º Grau completo	2.270	1.339	3.609
Superior incompleto	441	168	609
Superior completo	1.181	776	1.957
Total	11.830	4.997	16.827

Fonte: MTE – RAIS. Elaboração: Dieese, 1999.

No município de Paulínia em 1999, os trabalhadores com carteira assinada, que não tinham a oitava série completa representavam cerca de 30% dos trabalhadores. Existiam apenas 1.957 trabalhadores com o superior completo.

MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS, RJ.

Dados sócio-demográficos e saneamento ambiental

O município de Duque de Caxias localiza-se no Estado do Rio de Janeiro, na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Encontra-se numa situação significativa no conjunto do Estado do Rio de Janeiro, pois que é considerado um Pólo Petroquímico, com a presença da REDUC – Refinaria de Duque de Caxias – braço importante da Petrobrás, no conjunto das refinarias nacionais. Durante o processo de formação

do município, esteve sob influência direta da cidade do Rio de Janeiro e de outros municípios da Região Metropolitana.

A rodovia que corta o município (BR 040), passa a partir de 1950 a constituir-se como um grande eixo de crescimento econômico, oferecendo novos elementos de expansão urbana, a partir da ampliação das atividades industriais e de comércio. A rodovia permitiu a instalação de médias e grandes indústrias, exemplificadas pela instalação da REDUC e o Pólo Gás-Químico. O que já era de se esperar que após a instalação da Petrobrás, outras unidades ligadas à produção de gás e produtos químicos foram sendo gradativamente atraídas. Apesar do grande dinamismo industrial que caracteriza o município e que é destacado pelo Índice de Qualidade dos Municípios (CIDE, 2000), este vem diminuindo seu crescimento populacional, acompanhando a tendência geral da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (CIDE, 2000). A taxa de crescimento anual, de acordo com as estimativas do IBGE para 2000 foi de 1,90 (IBGE, 1996).

O município, pertencente à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, possui uma área de 465,7 km² e é considerado o terceiro município em área da região referida. Em termos populacionais, de acordo com os dados do IBGE, 1996, é considerado o quarto maior em população da região a que pertence, com um total de 715.089 residentes (348.528 homens e 366.561 mulheres).

De acordo com o Índice de Qualidade dos Municípios (IQM), o município é classificado em 19º (IQM = 0,3295) no Estado do Rio e em 4ª posição na região de governo a que pertence. Comparativamente, o município do Rio de Janeiro, que pertence à mesma região administrativa encontra-se classificado em primeiro lugar (IQM = 1,0000) (CIDE, 2000).

Com relação à infra-estrutura básica pode-se afirmar, de acordo com o mesmo referencial, que o município de Duque de Caxias, com 172.658 domicílios, possui cobertura de coleta de lixo regular em 57% deles. 74% dos domicílios possuem abastecimento adequado de água e 57% possuem instalações sanitárias adequadas. Esses dados, embora preliminares, indicam que o desenvolvimento econômico que o município possui por ser considerado um Pólo Petroquímico, apresenta-se contraditório em relação ao desenvolvimento social esperado. Pois, pode-se observar que, na população acima de 15 anos (62% da população total), 88% encontram-se alfabetizadas e nesta mesma faixa etária (acima de 15 anos), apenas 2% encontra-se matriculada no segundo grau em cursos profissionalizantes. Considerando a população adulta, que possui 38% representadas por chefes de família, é sabido que apenas 12% deles, possuem onze anos de estudo ou mais.

A área total de Duque de Caxias possui 464.586 km², com uma densidade demográfica de 1.646,1 hab./km², ou seja, em cada quilômetro quadrado habitam em média 1.646 pessoas. Podemos comparar a densidade

Tabela 19. Comparação da densidade demográfica de Duque de Caxias com as densidades do Estado ao qual pertence, sua região metropolitana e a capital do Estado, 2000.

Densidade demográfica (hab/km ²)	2000
Estado do Rio de Janeiro	327,5
Região Metropolitana	1.909,70
Rio de Janeiro	4.853,10
Duque de Caxias	1.646,10

FONTE: CIDE.

demográfica do município de Duque de Caxias com o Estado no qual ele pertence, com a capital, Rio de Janeiro, e com a região metropolitana da qual também faz parte. A tabela 19 mostra a diferença das densidades demográficas.

Em relação aos estabelecimentos de serviços, o município possui 16 hospitais, 28 agências bancárias, e 515 estabelecimentos de ensino, sendo 126 de ensino pré-escolar, 318 de ensino fundamental e 71 estabelecimentos de ensino médio.

O município de Duque de Caxias possui uma população total de 772.858 habitantes no ano de 2000, sendo que desta população, 767.724 pessoas encontram-se na área urbana e somente 3.134 pessoas vivem na área rural. Deste modo, o grau de urbanização do município é de 99,33%.

Comparando os dados anteriores com a população do município do Rio de Janeiro, podemos observar alguns dados relevantes. A taxa de crescimento da população de Duque de Caxias esteve, desde 1998, bem à frente da taxa do Rio de Janeiro. Porém, chegando ao ano de 2001, as taxas praticamente se igualam. Observa-se isso através do relato e da tabela que se seguem.

Em 1997, a população de Duque de Caxias era de 726.875 habitantes. Já em 1998 passou a ser 736.812, gerando uma taxa de crescimento populacional de 1,37%. No ano de 1999, o município passou a ter 746.758 habitantes, fazendo com que a sua taxa de crescimento fosse estatisticamente a mesma, de 1,35%. No ano de 2000, o número de habitantes não foi encontrado, mas a taxa de crescimento sim, tendo aumentado para 1,9%. Em 2001, a população aumentou para 783.517 habitantes, gerando também um aumento na taxa de crescimento populacional para 2,43%.

Com relação ao município do Rio de Janeiro, encontra-se uma população de 5.569.181 habitantes no ano de 1997, passando para 5.584.067 em 1998, fazendo com que a taxa de crescimento populacional seja de 0,27%. Esse crescimento é praticamente irrelevante, assim como o do ano seguinte, que permaneceu em 0,27%, por causa do aumento da população de 5.584.067 em 1998 para 5.598.953 em 1999. Analisando os próximos dados encontrados, que são do ano de 2001, percebe-se um aumento importante no número de habitantes do município. A população passa de 5.598.953 habitantes em 1999 para 5.897.485 em 2001. Isso faz com que a taxa de crescimento aumente para 2,63%, sendo um pouco maior que a do município de Duque de Caxias, que é de 2,43%. E isso muda a tendência observada dos anos anteriores.

Tabela 20. População de Duque de Caxias no ano de 2000.

Duque de Caxias	2000
População urbana	767.724
População rural	3.134
Total	772.858

FONTE: Fundação SEADE.

Tabela 21. Taxa de crescimento populacional dos municípios de Duque de Caxias e Rio de Janeiro nos períodos de 1998, 1999, 2000 e 2001.

Taxa de crescimento populacional	1998	1999	2000	2001
Duque de Caxias	1,37%	1,35%	1,90%	2,43%
Rio de Janeiro	0,27%	0,27%	-	2,63%

FONTE: IBGE, DPE, Departamento de População e Indicadores Sociais, Estimativas Populacionais.

Tabela 22. Estado de origem da população imigrante em Duque de Caxias no período de 1991 a 1997.

Origem	N	%
Rio de Janeiro	18.771	67,03
Paraíba	1.808	6,46
Minas gerais	1.120	4,00
São Paulo	906	3,24
Bahia	887	3,17
Pernambuco	853	3,05
Ceará	695	2,48
Espírito santo	628	2,24
Rio grande do norte	407	1,45
Pará	377	1,35
Alagoas	314	1,12
Maranhão	229	0,82
Piauí	136	0,49
Rio grande do sul	134	0,48
Sergipe	130	0,46
País estrangeiro	117	0,42
Paraná	92	0,33
Distrito federal	89	0,32
Amazonas	62	0,22
Mato grosso	62	0,22
Santa Catarina	49	0,17
Goiás	49	0,17
Rondônia	37	0,13
Mato grosso do sul	36	0,13
Roraima	8	0,03
Acre	4	0,01
Amapá	3	0,01
Pessoas que não residiam	28.003	100,00

FONTE: IBGE, Contagem da População 1996 e Malha Municipal Digital do Brasil, 1997.

Houve um número relativamente grande de pessoas que se mudaram para o município de Duque de Caxias no período de 1991 a 1997, somando 28.003 imigrantes. Destes, a maior parte era do Estado do Rio de Janeiro, somando um total de 18.771 pessoas. Em seguida está o Estado da Paraíba, que cedeu 1.808 pessoas para o município. Depois vem os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Pernambuco. O número de imigrantes de cada Estado está relacionado na tabela 22.

O município de Duque de Caxias possui, na área de saúde, 16 hospitais, 1.661 leitos hospitalares, 108 unidades ambulatoriais, 8 postos de saúde, 1 centro de saúde, 3 ambulatórios de unidade hospitalar geral, e 2 postos de assistência médica. No ano de 1997 foram registradas 17.020 internações hospitalares. Os óbitos registrados para este mesmo ano foram 5.361, sendo que destes 59,6% (totalizando 3.197) eram do sexo masculino, e 40,4% (o que corresponde a 2.164 pessoas) eram do sexo feminino.

A causa principal dos óbitos ocorridos em 1997 foi às doenças do aparelho circulatório, responsável por 26,6% das mortes do período. Isso pode também ser observado na mortalidade proporcional por grupos de causas gerais para os anos de 1996 e 1998. Em Duque de Caxias a segunda principal causa de morte foram as

Tabela 23. Grupos de causas de mortes geral nos anos de 1996 e 1998.

Grupos de causas	1996	1998
Doenças do aparelho circulatório	32,34%	32,43%
Demais causas determinadas	15,73%	16,31%
Causas externas	15,44%	14,88%
Neoplasias	13,40%	14,01%
Doenças do aparelho respiratório	11,46%	11,63%
Doenças infecciosas e parasitárias	6,80%	6,16%
Afeções perinatais	4,83%	4,56%
Total	100%	100%

FONTE: Datasus.

causas externas, responsáveis por 17,5% dos óbitos. No país inteiro, essa causa apareceu em terceiro lugar nos anos de 1996 e 1998, atrás das demais causas determinadas. Pode-se avaliar as causas dos óbitos através das tabelas 23 e 24.

Duque de Caxias possui um total de 515 estabelecimentos de ensino, dividido da seguinte maneira: 318 são estabelecimentos de ensino fundamental, sendo que dentro destes há 103 escolas públicas estaduais, 92 escolas públicas municipais e 123 escolas particulares. Possui 71 estabelecimentos de ensino médio, com 31 escolas públicas estaduais e 40 escolas particulares. E na educação pré-escolar, há 126 estabelecimentos; 5 escolas públicas estaduais, 32 municipais e 89 escolas particulares.

No período de 1996, a população encontrava-se não-instruída. Somando as pessoas que não possuíam nenhuma instrução e aquelas que possuíam menos de um ano de estudo (que também podem ser consideradas analfabetas), encontra-se um total de 22,16% da população analfabeta. Somente 10,71% da população completou o primeiro grau. No segundo grau, a taxa de escolaridade é de 12,87%; porém, como essa taxa é relacionada a todo o período (nove a onze anos de

estudo), fica impossível de analisar qual a porcentagem da população que chegou a concluir o segundo grau. E somente uma minoria de 2,4% da população começou a cursar o terceiro grau. Não foram obtidos os dados de quantas pessoas chegaram a concluí-lo. Esse relato está especificado de acordo com a tabela 25 a seguir.

Em relação aos chefes de família, 75,7% dos 196.020 chefes de família são do sexo masculino, e somente 24,3% do sexo feminino. 10,7% dos chefes de família de Duque de Caxias são analfabetos. Somente 14,9% deles concluíram o primeiro grau, e 11,6% concluíram o segundo. 3,4% dos chefes de família passaram por algum curso superior, sendo que destes somente 2,3% o concluíram. A tabela 26 mostra os anos de estudo em relação aos chefes de família, em número absoluto e porcentagem.

Em relação ao saneamento básico, os dados divulgados são do período de 1991 (não há dados mais atuais). Apesar do longo tempo até os dias atuais e das diversas mudanças que possam ter ocorrido, seria interessante somente relatar estes dados. No tocante ao abastecimento de água, a maioria dos domicílios (74,2% em um total de 172.658 domicílios) possui canalização interna e rede geral. Somente 4,9% dos domicílios não

Tabela 24. Grupos de causas de morte em Duque de Caxias no ano de 1997.

Causas	Óbitos	%
Doenças do aparelho circulatório	1.429	26,65
Causas externas	940	17,53
Sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e laboratórios	692	12,90
Doenças do aparelho respiratório	522	9,73
Neoplasias e tumores	515	9,60
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	276	5,15
Doenças infecciosas e parasitárias	273	5,09
Doenças originadas no período perinatal	243	4,53
Doenças do aparelho digestivo	204	3,80
Doenças do sistema nervoso	68	1,27
Malformações congênitas, deform. e anomalias cromossômicas	65	1,21
Doenças do aparelho geniturinário	61	1,14
Sangue, órgãos hematológicos e transtornos imunitários	20	0,37
Gravidez, parto e puerpério	18	0,34
Transtornos mentais e comportamentais	14	0,26
Doenças do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	12	0,22
Doenças de pele e tecido subcutâneo	8	0,15
Doenças do ouvido e apófise mastóide	2	0,04
Doenças do olho e anexos	1	0,02
Total	5.363	100,0

FONTE: Ministério da Saúde, DATASUS, Registros Administrativos 1997 e IBGE, Malha Municipal do Brasil 1997.

possuem canalização interna, e o abastecimento de água é feito por poço ou nascente. Os outros tipos de abastecimento de água estão na tabela 27.

Tabela 25. Taxa de escolaridade em Duque de Caxias por anos de estudo em 1996.

Escolaridade	%
Sem instrução	15,65
Menos de um ano	6,51
1 ano	4,62
2 anos	5,95
3 anos	7,40
4 anos	13,44
5 a 7 anos	19,14
8 anos	10,71
9 a 11 anos	12,87
12 anos ou mais	2,40
Ignorado	1,30
Total	100,0

FONTE: Datasus.

Tabela 26. Anos de estudo dos chefes de família em Duque de Caxias no ano de 1997.

Anos de estudo	Absoluto	%
0	21.036	10,7
1	6.882	3,5
2	11.070	5,6
3	15.468	7,9
4	37.098	18,9
5	22.797	11,6
6	7.277	3,7
7	8.634	4,4
8	29.140	14,9
9	2.944	1,5
10	4.210	2,1
11	22.645	11,6
12	679	0,3
13	823	0,4
14	825	0,4
15	3.588	1,8
16 ou mais	904	0,5
Total	196.020	100,0

FONTE: IBGE, Contagem da População 1996 e Malha Municipal Digital do Brasil 1997.

Tabela 27. Tipo de abastecimento de água em Duque de Caxias no ano de 1991.

Tipo de abastecimento de água	Absoluto	%
Com canalização interna com rede geral	128.038	74,2
Com canalização interna com poço/nascente	20.543	11,9
Com canalização interna com outra forma	3.111	1,8
Sem canalização interna com rede geral	9.654	5,6
Sem canalização interna com poço/nascente	8.462	4,9
Sem canalização interna com outra forma	2.850	1,7
Total	172.658	100,0

FONTE: Datasus.

Nesse mesmo período, observa-se em Duque de Caxias 30,7% dos 172.658 domicílios possuindo rede geral como a instalação sanitária principal. Havia também 26,2% dos domicílios com vala negra, e 2,6% deles não tinha nenhum tipo de instalação sanitária. Todos os tipos de instalações sanitárias podem ser observados na tabela 28, juntamente com o número de domicílios e sua porcentagem

A coleta de lixo do município em 1991 era feita, em sua maior parte, por coleta direta (53,1% dos domicílios tinham o lixo recolhido dessa maneira). Um grande número de domicílios, somando 21,4% do total, queimava seu lixo. E 19% deles jogavam o lixo em terreno baldio, significando um grande descaso com a poluição e sujeira produzida internamente. Através da tabela 29, observa-se os tipos de coleta de lixo e o número de domicílios que se utilizavam destes.

Tabela 28. Tipo de instalação sanitária em Duque de Caxias no ano de 1991.

Tipo de instalação sanitária	Absoluto	%
Domicílio com rede geral	53.055	30,73
Domicílio com fossa séptica ligada à rede fluvial	40.805	23,63
Domicílio com fossa séptica sem escoadouro	3.451	2,00
Domicílio com fossa rudimentar	10.565	6,12
Domicílio com vala negra	45.298	26,24
Domicílio com outro tipo de escoadouro	4.581	2,65
Domicílio que não sabe o tipo de escoadouro	224	0,13
Comum mais de um domicílio com rede geral	2.415	1,40
Comum mais de um domicílio com fossa séptica ligada à rede pluvial	3.425	1,98
Comum mais de um domicílio com fossa séptica sem escoadouro	249	0,14
Comum mais de um domicílio com fossa rudimentar	531	0,31
Comum mais de um domicílio com vala negra	3.203	1,86
Comum mais de um domicílio com outro tipo de escoadouro	400	0,23
Comum mais de um domicílio mas não sabe o tipo de escoadouro	20	0,01
Não tem instalação sanitária	4.436	2,57
Total	172.658	100,0

FONTE: Datasus. 2001.

Tabela 29. Tipo de coleta de lixo em Duque de Caxias no ano de 1991.

Tipo de coleta de lixo	N	%
Coleta direta	91.713	53,12
Coleta indireta	6.788	3,93
Queimado	36.926	21,39
Enterrado	995	0,58
Joagado em terreno baldio	32.806	19,00
Jogado em rio, mar ou lagoa	2.809	1,63
Outro	621	0,36
Total	172.658	100,0%

FONTE: Datasus.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Em 1999, o PIB de Duque de Caxias sofreu um expressivo aumento, da ordem de 23% em relação ao ano anterior (1998).

Em 1996, Duque de Caxias tinha 105.214 pessoas ocupadas no setor formal da economia, divididas entre os oito subsetores a seguir: indústria extrativa mineral; indústria de transformação; serviços industriais de utilidade pública; indústria de construção civil; comércio; serviços; administração pública, setores ignorados.

Para compreender quais foram as reais transformações ocorridas no período analisado, usaremos basicamente os dados referentes à indústria de transformação, comércio e serviços, pois, estes representam os subsetores onde a maioria dos trabalhadores com carteira assinada estão ocupados.

Em 1996, 28.701 pessoas trabalhavam na indústria de transformação, 26.243 trabalhavam no comércio e 38.093 trabalhavam no de serviços. Somados, representam 93.037 trabalhadores, cerca de 90% dos trabalhadores ocupados no setor formal.

Em 1997, a cidade tinha 107.092 pessoas ocupadas no setor formal. Das quais 28.840 trabalhavam na indústria de transformação, 29.524 no comércio e 40.697 no subsetor de serviços. Em relação ao ano anterior, pouco se altera nos três subsetores analisados, há apenas um leve crescimento nos três. Bem como, um leve aumento no total de trabalhadores ocupados.

Na tabela 33 constatamos que os três subsetores diminuíram significativamente durante o ano. Um fato interessante ocorreu na administração pública que tinha em 1997 apenas 217 pessoas ocupadas, já em 1998, existiam 8.796 pessoas trabalhando, um aumento exorbitante, que serviu para diminuir o impacto da regressão ocorrida no período. Esse fato chamou bastante atenção, porém não se conseguiu averiguar o motivo real.

Tabela 30. PIB Municipal de Duque de Caxias, série histórica.

1996	1997	1998	1999
4.219.071,25252	4.712.163,55542	5.462.159,75321	6.672.458,62423

Fonte: Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - CIDE

Nota: Os valores estão expressos em R\$ 1.000

Tabela 31. Distribuição dos empregos no setor formal de Duque de Caxias em 1996.

Atividade econômica	Indústria Extrativa Mineral	Indústria de Trans.	Serviços Ind. de Utilidade Pública	Indústria da Constr. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Ignorada	Total
Total	89	28.701	976	6.565	26.243	38.093	4.002	545	105.214

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 1999.

Tabela 32. Distribuição dos empregos no setor formal de Duque de Caxias em 1997.

Atividade econômica	Indústria Extrativa Mineral	Indústria de Trans.	Serviços Ind. de Utilidade Pública	Indústria da Constr. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Ignorada	Total
Total	266	28.840	846	6.578	29.524	40.697	217	124	107.092

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 1999.

Tabela 33. Distribuição dos empregos no setor formal de Duque de Caxias em 1998.

Atividade econômica	Indústria Extrativa Mineral	Indústria de Trans.	Serviços Ind. de Utilidade Pública	Indústria da Constr. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Ignorada	Total
Total	181	17.303	1.579	3.760	20.212	27.024	8.796	26	78.881

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 1998.

Tabela 34. Distribuição dos empregos no setor formal de Duque de Caxias em 1999.

Atividade econômica	Indústria Extrativa Mineral	Indústria de Trans.	Serviços Ind. de Utilidade Pública	Indústria da Constr. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Ignorada	Total
Total	150	16.708	161	2.822	18.728	31.518	3.117	73	73.277

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 1999.

Já em 1998, ocorre uma regressão no total dos trabalhadores ocupados no setor formal, da ordem de 30%, existem 78.881 pessoas ocupadas neste ano. Na indústria de transformação havia 17.303 pessoas ocupadas, no comércio havia 20.212 trabalhadores ocupados e nos serviços havia 27.024. O município acompanha a situação do país neste período. Pois, para explicar esse atrofiamiento no setor formal da economia brasileira, é necessário analisar a conjuntura econômica da época.

Após o crescimento econômico do triênio 1993/95 e a desaceleração observada em 1996/97, a economia brasileira passou por um novo período de estagnação em 1998/99. As conseqüências sobre o mercado formal de trabalho foram imediatas, houve queda de 778 mil empregos formais no país no biênio 1998/99. Apesar de sua participação minoritária no mercado de trabalho, a indústria foi responsável por 65% da queda do emprego no período, houve redução de 286 mil empregos na indústria de transformação, 177 mil na construção civil, 40 mil nos serviços industriais de utilidade pública e 5 mil na extrativa mineral. (SABOIA, 2001)

Em 1999, acentua-se a regressão no quadro de ocupações com carteira assinada, iniciada no ano anterior. Existiam em Duque de Caxias 73.277 trabalhadores no setor formal. Dos quais 16.708 trabalhavam na indústria de transformação, 18.728 no comércio e 31.518 ocupadas no subsetor de serviços. Percebe-se, que entre os três subsetores mencionados, o de serviços foi o único que apresentou recuperação, já o de comércio e a indústria de transformação tiveram leves reduções.

Comparando no âmbito nacional com as tabelas 21 e 22 veremos que Duque de Caxias se igualou ao resto do país, pois entre 1998 e 1999 o país teve as maiores taxas de desemprego da década, de 7,6% e 7,8%, o que ajudou a derrubar os ganhos dos ocupados.

O ganho médio dos ocupados em 1998 foi de R\$ 765,30. Em 1999 era de R\$ 722,60. Contrastando com essa tendência de queda, em 1997, o ganho médio foi de R\$ 767,60.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo empreendeu-se uma análise das relações da dinâmica demográfica, em toda sua complexidade, ressaltando a organização do trabalho. Isso ultrapassa a antiga discussão da questão da população restringir ou não o progresso urbano. Engloba muito mais do que somente a população e o progresso; é necessário estudar também os motivos e

conseqüências pela qual cada sociedade passa por determinadas transformações.

Algumas cidades brasileiras sofrem simultaneamente de problemas dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, estando claro a partir do presente estudo, como as cidades de Paulínia, SP e Duque de Caxias, RJ passaram por essa fase, principalmente se considerarmos a questão dos indicadores de mortalidade por causa. A industrialização dispersa e a poluição no ar e na água agrava os problemas respiratórios e intestinais. No caso brasileiro a infra-estrutura sanitária não tem acompanhado o crescimento destas cidades e vários problemas de saúde não foram resolvidos. Ao contrário, eles encontraram novas fontes de propagação no meio urbano-industrial. Os problemas ambientais de cidades modernas são combinados com aqueles de desenvolvimento incipiente.

A relação entre o meio ambiente e a mortalidade está cada vez mais clara: a morte está passando a ser determinada por comportamentos individuais e novos estilos de vida, nos quais os fatores ambientais desempenham um papel potencialmente significativo. De acordo com a experiência de países desenvolvidos, na medida em que as doenças infecciosas recuam, as chamadas *doenças do novo século* assumem um destaque maior. Isto acontece porque, poupadas de uma morte precoce devido às doenças infecciosas, as pessoas sobrevivem a uma idade onde são sujeitas ao câncer e às doenças cardiovasculares. Acontece, também, porque paralelamente com as conquistas da medicina e do saneamento básico, e com os melhoramentos nutricionais advindos do desenvolvimento econômico, houve profundas mudanças no comportamento humano: padrões de alimentação (mudanças de dieta), estilo de vida, e exposição às substâncias ou novos compostos químicos antes não encontrados na natureza.

Nas sociedades complexas destacam-se as mudanças tecnológicas, as mudanças na disponibilidade de recursos, a reciclagem, e as políticas de reduzir o consumo ou a poluição. Um controle rígido das transformações ambientais praticamente não é encontrado nestas sociedades, que se industrializam rapidamente buscando o progresso e se esquecem da saúde e da qualidade de vida de seus habitantes.

Os dados mostrados neste artigo pretendeu traçar um caminho que possa orientar a construção de um diagnóstico sócio-ambiental em sociedades complexas, incluindo, a caracterização da organização do trabalho nestas sociedades e sua importância na qualidade de vida das pessoas que residem e que trabalham nestes municípios.

Entender como funciona o sistema produtivo, bem como a relação de produção é fundamental para compreender a realidade de sociedades complexas. Esse estudo procurou focar as transformações ocorridas na economia que afetaram o sistema produtivo no plano municipal. Para isso procuramos identificar quais foram as mudanças no setor produtivo que tiveram maior importância no período, daí a importância da indústria petroquímica que representa papel fundamental nesses municípios.

A importância das indústrias petroquímicas e em pólos petroquímicos como Paulínia e Duque de Caxias, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico são evidentes. No entanto, é preciso que se faça uma interpretação da situação atual dos dois municípios, onde, se verifica que o crescimento econômico proporcionado pela industrialização, ocorrido nas últimas duas décadas, não reflete o atual quadro de desenvolvimento social. Pois, existem em ambos muitos problemas sociais. Portanto, é necessário que se descubra quais as causas que determinaram que a riqueza, de Duque de Caxias e Paulínia, não possibilitou graus mais elevados de qualidade de vida. Mas, isso é uma pergunta que trabalhos futuros poderão responder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Industrialização, ambiente e condições de vida em Paulínia, SP. As representações de qualidade ambiental e saúde para médicos e pacientes.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Salud, Ambiente y Ciudadania: el caso de Paulinia, Sao Paulo, Brasil.* **Revista Interamericana de planificacion.** Volumen XXV, numero 98, abril-junio, 1992.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Ambiente, qualidade de vida e cidadania. Algumas reflexões sobre regiões urbano-industriais.* In: HOGAN, Daniel e VIEIRA, Paulo (orgs.). **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável.** Campinas: UNICAMP, 1992 (a): 193-210.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Qualidade de vida e suas metáforas. Uma reflexão sócio-ambiental.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Qualidade de vida e necessidades sentidas: uma aproximação teórica.* **Humanitas**, revista do ICH-PUC-Campinas, vol. II, nº 2, agosto de 1998.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Dores sentidas, dores vividas.* **Cadernos do ICH**, PUC-Campinas, n. 09, 1999.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Conseqüências Possíveis dos Riscos Coletivos Para a Saúde dos Moradores: o Comprometimento da Qualidade de Vida.* **Caderno 10**, Qualidade Ambiental e Desenvolvimento Regional nas Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari, NEPAM/UNICAMP, Qualidade Ambiental e Desenvolvimento Regional nas Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari, NEPAM/UNICAMP, 1999 (a), 81 p.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Desenvolvimento e ambiente; questões da sociologia contemporânea.* **Humanitas**, v. 3, n. 2, ago/dez, 2000.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Qualidade de vida em Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro.* Relatório de atividades – In: BEGOSSI, Alpina. **Pesqueiros e territórios na pesca artesanal. Parte II: áreas costeiras do Rio de Janeiro e da Bahia.** Projeto de pesquisa – FAPESP, n. 01/00718-1, 2002.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Qualidade de vida em sociedades complexas: a depressão entre trabalhadores da indústria petroquímica e pescadores artesanais.** Projeto Individual FAPESP (processo n. 03/00175-3), 2003.
- CANO, Wilson, São Paulo no Limiar do Século XXI, *Cenários da urbanização Paulista, Carta da Indústria.* **Firjan**, 1992
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade.** Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.
- GIDDENS, Anthony. **O Mundo em descontrole.** O que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- HILLMAN, James. **Cidade & Alma.** São Paulo: Studio Nobel, 1991.
- HOGAN, Daniel. *Migração, ambiente e saúde nas cidades brasileiras.* In: HOGAN, Daniel Joseph e VIEIRA, Paulo Freire (orgs.) **Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável.** Campinas: Unicamp, Campinas, SP, 1995.
- IANNI, Otávio. **A Sociedade Global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

LASCH, Christofher. **O Mínimo Eu.** Sobrevivência psíquica em tempos difíceis. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SABOIA, João, O futuro da indústria. *Emprego industrial no Brasil*. Revista de Economia. Contemporânea, v.5, p.208-227, fev. 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHAFF, Adam. **A Sociedade informática.** São Paulo: UNESP/Brasiliense, 1992.

WEBSITES CONSULTADOS

www.ambiente.sp.gov.br

www.cide.rj.gov.br

www.datasus.gov.br

www.estadao.com.br

www.fiesp.org.br

www.folha.com.br

www.gazetamercantil.com.br

www.ibge.gov.br

www.ipea.gov.br

www.mma.gov.br

www.paulinia.sp.gov.br

www.saude.gov.br

www.seade.gov.br

www.sp.gov.br

www.valor.com.br

PASADO, PRESENTE Y FUTURO. ESTRATEGIAS SOCIALES, ECONÓMICAS Y CULTURALES DEL GRUPO ÉTNICO MAKÁ DURANTE EL ÚLTIMO SIGLO

PAST, PRESENT AND FUTURE. SOCIAL, ECONOMIC AND CULTURAL STRATEGIES OF THE ETHNIC GROUP MAKÁ DURING THE LAST CENTURY

Eva M. Herrero GALIANO¹

RESUMEN

Los Maká son uno de los 20 grupos étnicos diferenciados que residen dentro del actual territorio paraguayo. Con esta investigación hemos pretendido conocer y analizar la realidad Maká, así como los mecanismos de adaptación tras su migración a la ciudad, entendiéndolos y analizándolos desde la Antropología.

Palabras-chave: etnología maká; estudio migración; asentamientos indígenas; Paraguai.

ABSTRACT

The Maká is one of the 20 differentiated ethnic groups that reside within the present Paraguayan territory. With this investigation we have tried to know and to analyze the Maká reality, as well as the mechanisms of adaptation after its migration to the city, understanding them and analyzing them from the Anthropology.

Key words: maká ethnology; study migration; nesting aboriginal; Paraguay.

... todos los que vivíamos en el chaco, no anotábamos nuestra edad, todo era tan diferente, nos sentíamos libres, recorríamos de un lado a otro en busca de nuestros alimentos y las mujeres podíamos controlar los nacimientos a base de yuyos, pero ahora no hay de donde juntarlos y por eso nacen y mueren más maká. ... y nos sentábamos alrededor de una fogata bien grande que se hacía a comienzos del invierno y la manteníamos siempre prendida, por la noche

avivábamos el fuego. Pero en ese momento no sabíamos de la existencia del hombre blanco. Cuando lo conocimos no nos impactó tanto su forma de hablar o de vestirse, sino cómo se trataban. Nosotros vivíamos en lo que se llama Boquerón, y vimos como empezaban a maltratarse. Fue muy triste ver gente que se mataba y nos mataba. Gracias a la voluntad de un ruso llamado Juan Belaieff no fuimos exterminados. Yo recuerdo cuando nos trajo hacia el otro asentamiento que queda

⁽¹⁾ Licenciada en Antropología Social y Cultural, Universidad Miguel Hernández. Elche. España. Colaboradora Museo Etnográfico Andrés Barbero. Asunción, Paraguay.

junto al Botánico, estábamos todos muy asustados y las mujeres nos reuníamos en silencio por temor a esos hombres. ... perdimos casi todas nuestras costumbres, pero por lo menos pudimos convertir nuestro trabajo manual en artesanía que vendemos para comprar alimentos².

Chicoiatí, mujer Maká nos muestra en breves líneas cómo fue su vida, cómo vivió los procesos y transformaciones desde su anterior vida en el Chaco, tras el contacto con la sociedad envolvente “blanca” y su posterior asentamiento en territorio urbano. Su vivencia nos abre los ojos y nos muestra la historia, una historia, SU HISTORIA.

Nosotros queremos partir nuestro análisis antropológico desde sus palabras y retomar la idea de Wolf, la cual se basa en la importancia de conocer la historia de aquellas “gentes sin historia”, aquellos pueblos olvidados, relegados a un segundo plano en la historia mundial, que parece ser, según las crónicas generales, nunca hayan existido o simplemente su existencia no haya sido importante para el contexto mundial. Según nuestro punto de vista, y siguiendo a otros muchos investigadores y científicos sociales, continuamos luchando por el conocimiento y reconocimiento de estas historias, de estas realidades, que son sin duda parte viva de la historia mundial. Y no nos referimos a una parte exótica, sino a una parte con voz, una parte que puede, sin duda, aportar propuestas alternativas tanto económicas, sociales como culturales.

Con esta investigación hemos pretendido conocer y analizar la realidad Maká, así como los mecanismos de adaptación tras su migración a la ciudad, entendiéndolos y analizándolos desde la Antropología. Para conseguir este fin consideramos necesario conocer a grandes rasgos la historia que precede a la realidad actual del grupo étnico Maká.

Llevar a cabo el recorrido etnográfico de la historia del pueblo Maká, nos ha dado herramientas para entender y analizar esos mecanismos de adaptación cultural, y las consecuencias de los mismos, y a la vez nos ha facilitado poder adentrarnos en el análisis de los mecanismos económicos desarrollados tras su asentamiento en diferentes zonas urbanas de Paraguay.

Los Maká³ son uno de los 20 grupos étnicos diferenciados que residen dentro del actual territorio paraguayo. Suponen en la actualidad 1317 personas, que corresponde aproximadamente con el 2.66%⁴ de la población total indígena⁵ del Paraguay. Están divididos en cinco comunidades o asentamientos dentro del espacio paraguayo y han sido agrupados dentro de la familia lingüística matakó-mataguayo.

Como nos mostraba Chicoiatí, tradicionalmente en el Chaco los diferentes grupos étnicos se han caracterizado por una organización en bandas compuestas por uno o varios linajes y que a su vez están relacionados o emparentados con otras bandas o grupos, que temporalmente pueden compartir espacio o incluso una cierta unidad política con carácter semi-permanente. A estas unidades, la bibliografía clásica las ha llamado tribu, grupos cazadores-recolectores con una economía de subsistencia basada en la caza y la recolección de frutos silvestres. Entre los Maká también se desarrollaba una agricultura incipiente e intercambio de enseres y objetos de adorno o para el uso cotidiano con el resto de los grupos aledaños. La vida en el Chaco de este grupo transcurre según sus patrones culturales; caza, pesca, recolección de frutos y miel, producción de prendas de vestir, adornos y objetos de uso cotidianos, (lo que hoy se conoce como artesanía), guerras entre grupos por cazaderos, por territorios, etc. hasta que paulatinamente se introduce el “hombre blanco” en sus vidas.

En estas líneas no pretendemos hacer apología del pasado, recordarlo como algo mejor, sino como un medio de vida propio y particular, tan válido como cualquier otro, pero que forma parte del pasado de muchas comunidades indígenas y por ello (por reconocerlo como pasado) no han dejado de ser más o menos indígenas.

Lo cierto es que el contacto con la sociedad envolvente no sucede recién en las primeras décadas del siglo XX. Ya en su diario, el Capitán de Fragata D. Juan Francisco Aguirre hace mención a los Enimagá⁶ a través de la información extraída de una carta enviada por el presbítero Dn. Francisco Amancio Gonzáles en la Misión Melodía, el 23 de marzo de 1789, pero estos, son contactos más o menos esporádicos. Es a partir de las

⁽²⁾ En periódico ABC (31/01/1991), entrevista a Chicoiatí, mujer maká de casi 100 años, traducida por Mateo Martínez. (maestro Maká)

⁽³⁾ A lo largo de este trabajo utilizamos la identificación “los Maká” como género neutro, equivalente a grupo étnico, cuando nos referimos a mujer Maká utilizaremos el femenino y cuando nos referimos a hombre Maká el masculino.

⁽⁴⁾ Datos obtenidos a partir del Censo Nacional Indígena 2002.

⁽⁵⁾ Que asciende según datos obtenidos en el Censo Nacional Indígena 2002 a 86.540 personas.

⁽⁶⁾ Lo que sucede es que con la colonización del Chaco se fueron conociendo diferentes grupos étnicos a través de los idiomas propios de los informantes indígenas y estos se referían al otro indígena según sus vocablos para denominarlos.

primeras décadas del siglo XX, y sobre todo en los años inmediatos a la guerra del Chaco⁷ es cuando los Maká contactarán de forma plena con "el otro no indígena".

Queremos hacer hincapié en este punto, ya que estos primeros contactos en pleno siglo XX llevados a cabo por "viajeros", misioneros y naturalistas, que creyeron haber descubierto a una "nueva tribu pura", realmente se encontraron con unos Maká no ajenos a la influencia colonizadora. No estaban ni estamos ante un grupo "paleotico" atemporal, sin historia presente enfrascado en el pasado, como aún se les reconoce dentro de la historia y cultura paraguaya. Los Maká eran y son un grupo que ha permanecido en contacto continuamente con otros grupos étnicos y con el "hombre blanco" como por ejemplo lo muestra la secular *adopción de un modelo de complejo ecuestre...* (Braunstein. 1983 p.22) hecho que ha tenido y tiene una influencia clara en sus actuales costumbres y tradiciones.

El indígena Maká será utilizado en labores de exploración del Chaco para preparar la inminente guerra, y así mismo, participarán activamente en la defensa del fortín Mariscal López. La figura del General Belaieff, militar y filántropo será determinante en ese momento para los Maká, ya que además de servirse de ellos, para temas defensivos y militares, quedará embelesado de la figura del indígena Maká; de sus bailes, cantos y costumbres. Este hecho hará que se transforme junto con otros filántropos y miembros de la Asociación Indigenista del Paraguay en los defensores de los "indios", en sus padres protectores.

Finalizada la guerra del Chaco, el territorio chaqueño sufre una nueva colonización, los estancieros buscan apropiarse de unas tierras "sin dueño legal", unas tierras para la explotación ganadera. Este hecho se traducirá en la expulsión, aniquilación y humillación de muchos grupos étnicos que hasta el momento habían ocupado dichas tierras. Los protectores de los Maká sabedores de esto, mueven los hilos necesarios para "ayudar" a todo un grupo étnico. ¿Cómo?. Por una parte, se les promete viajar a Buenos Aires y actuar en el Teatro Colón (1939) presentando sus bailes y cantos y vendiendo sus artesanías, también se les trae a Asunción, donde se dramatiza en el Teatro (1938) la muerte del cacique Capitán defendiendo el fortín Mariscal López, y finalmente se prepara una representación (1942)

con la colaboración de personajes de relevancia en la cultura paraguaya, como Roberto Holden Jara y el Maestro Asunción Flores, en el Parque Bernardino Caballero sobre el "Descubrimiento de Colón", donde los indígenas eran los actores de sus propios papeles en la historia no muy lejana.

Los Maká ven tras llevar a cabo estas representaciones, como su persona, sus danzas, cantos y artesanía se convierten en una forma nueva de economía. Se transforman en un atrayente para el turismo que busca conocer al "indio verdadero" (que es el que tiene plumas y pelo largo, al resto no se le confiere ese reconocimiento)

Por otra parte también se les prometen tierras, teniendo en cuenta que las suyas habían sido ocupadas. Tras la lucha de estos filántropos a la cabeza Belaieff, se consigue un predio frente al Parque Botánico, pero según información recabada en nuestro trabajo de campo.... "*vivíamos en las tierras cerca del Botánico, pero los hombres tan cerca de la ciudad comenzaron a beber y drogarse,.... esto no le gustaba al general y finalmente nos trasladamos a la otra orilla del río, donde no había nadie viviendo...*"⁸. Como vemos los indígenas además de "descubrir" una nueva fuente de economía y contactar con diferentes costumbres y formas de vida, cuando llegan a la ciudad se encuentran con un grupo de personas, miembros de la Asociación Indigenista del Paraguay, que desde ese momento⁹ hasta 1980 aproximadamente iban a ser sus tutores legales ante la ley, y por tanto tenían que supervisar el comportamiento los indígenas. Había que enseñarles una profesión, un idioma nuevo, un comportamiento adecuado porque los tiempos del taparrabos, el pelo largo y las plumas habían quedado atrás, ahora había que transformarlos y hacerlos "ciudadanos", pero ciudadanos con letra pequeña, porque realmente el indígena era, y hoy en día sigue siendo tratado (al menos en Paraguay) como un menor de edad al que hay que "proteger" y "cuidar"¹⁰, y por tanto se le priva de los derechos propios de los CIUDADANOS.

Cuando se instalan en el predio frente al río Paraguay a mediados de 1944, se hace con la finalidad de conseguir llevar a cabo un EXPERIMENTO, crear una comunidad modelo en donde los indígenas cultiven algodón, maíz, mandioca, poroto, etc., Desarrollar una escuela agropecuaria con la finalidad de "integrar" al

(7) 1932-1935 guerra entre Paraguay y Bolivia.

(8) Entrevista a cacique Andrés

(9) Final de los años 30.

(10) Consideramos que estos objetivos de proteger y cuidar al indígena, quedan en el papel, ya que no hay políticas estatales dirigidas hacia la promoción de los mismos. Son asociaciones privadas y Ong's las que de algún modo trabajan en las comunidades indígenas (muchas veces sin tener en cuenta los objetivos propios de las comunidades).

indígena dentro del nuevo contexto, y a la vez aprovechar este espacio para los investigadores y turistas, que podrán ver al indígena durante el desarrollo de su vida cotidiana. Se busca optimizar la vida de estos indígenas y posteriormente aplicar la experiencia en otros grupos indígenas.

Paralelamente investigadores y apasionados del otro indígena, centran sus intereses en estudiar y conocer los orígenes de este grupo, su cultura material, costumbres, lengua, tradiciones y mitos. Se quiere conocer al otro, al otro exótico, al indígena recién salido de la Selva. Estas primeras aproximaciones y otras etnografías más completas han quedado al día de hoy en las bibliotecas para el uso del actual investigador y con el paso del tiempo también para el uso del Maká, que ahora está reivindicando conocer que es lo que se ha escrito sobre ellos. Es curioso que durante tanto tiempo se haya escrito sobre alguien sin que este alguien participe, y se le ofrezcan los primeros resultados. Creo que esto con el devenir de los tiempos va cambiando y el investigador realmente parte del objeto de estudio y cuenta con él, siendo lo más importante en una investigación las aportaciones y correcciones que aportan los propios sujetos objeto de estudio.

Junto a la labor investigadora, la vida en la Colonia que fuera bautizada "Fray Bartolomé de las Casas" sigue su rumbo. Entra en juego la Misión evangélica Nuevas Tribus, que pasara a supervisar y trabajar dentro de la comunidad. Esto sucede a petición de la Asociación Indígena del Paraguay que en ese momento se ve desbordada de trabajo y en su apoyo aparece este grupo pentecostalista. Se encargará de la educación (primero en español y posteriormente en su lengua materna) de la sanidad, de supervisar la labor agropecuaria y de enseñar las sagradas escrituras. Comienza así un periodo que terminará en tensión, teniendo en cuenta los patrones marcados y claros de los miembros de las Nuevas Tribus y no teniendo para nada en cuenta qué era lo que querían los Maká. Los primeros predicaban los evangelios, el amor al trabajo y la responsabilidad hacia el trabajo, mientras que el Maká aunque vivía en las inmediaciones de Asunción, mantenía su costumbre de indígena chaqueño, su concepto de sistema inmediatista, donde las necesidades son definidas en términos de subsistencia. Por tanto, cuando se tiene para comer no se busca, se buscará cuando no se tenga. El haber transformado su Chacra en un "tour" para turistas que vienen buscando el ideal de "indio americano" les ofrece esos ingresos necesarios para no tener que preocuparse por plantaciones ni animales, la artesanía y su persona, los bailes y las danzas, son la base de su economía. El Maká vive un tiempo de abundancia y bienestar y por

tanto se come, se bebe, se baila, se vive. Esto choca con el catecismo evangelista y poco tiempo pasa hasta que se ven en la necesidad de abandonar la comunidad.

Tras este "abandono", la comunidad no quedará bajo la responsabilidad de los propios Maká sino que la Asociación indigenista del Paraguay se ve en la coyuntura de retomar su tutela y poco a poco se va encargando de estabilizar la situación. Ahora son ellos los que con pocos recursos se han de encargar de la educación, sanidad, etc.

Mientras tanto el Maká pasa a formar parte del imaginario colectivo paraguayo, se le va viendo poco a poco salir por las calles a vender, sobre todo tras la crisis económica de los países adyacentes, Brasil y Argentina, con los que decae el turismo y por tanto sus ingresos.

El Maká con el devenir del tiempo se va convirtiendo en el "embajador" o representante paraguayo, participa de actos culturales en el exterior, en Brasil, Argentina, Uruguay, etc. siendo reconocido como el "Indio Paraguayo".

La vida sigue en el predio con sus más y sus menos, choques internos por enfrentamientos entre grupos con diferentes religiones, intereses, etc. y con el exterior, sobre todo con la Asociación Indigenista del Paraguay ente tutelar de los Maká.

La situación vive un nuevo cambio en la década de los ochenta, por dos causas, primero por la aprobación del Estatuto Indígena que les otorga la autodeterminación y la entidad jurídica. Comienza pues, según la legislación, una nueva era donde el indígena es "libre" de tuteladas externas y toma las riendas de su vida.

Y segundo, por las continuas inundaciones del predio en el que estaban asentados y la necesaria petición de reubicación del grupo. En este punto se vuelve a escindir la comunidad como en tiempos del Chaco. La segregación viene influenciada sobre todo por la necesidad de buscar nuevos nichos o espacios económicos teniendo en cuenta que además de decrecer el turismo, las continuas inundaciones obligan a los propios Maká a salir del predio. Las comunidades que se van formando son las siguientes y su ubicación como ya explicará mi compañero no son al azar, sino muy estratégicamente elegidas:

Colonia FRAY BARTOLOMÉ DE LAS CASAS, frente al Jardín Botánico en la ciudad de Asunción, Colonia INDÍGENA MAKÁ del distrito Mariano Roque Alonso (centro político del grupo étnico Maká donde reside el Cacique General Andres Chemhei), Colonia INDÍGENA MAKÁ DE QEMKUKET en el departamento de Presidente Hayes, Colonia IJTSONI en Ciudad del Este y Colonia ITA PASO a cinco kilómetros de la capital de Itapúa cerca de la ciudad de Encarnación.

Cinco comunidades que no pueden ser entendidas con un concepto totalizador. Es importante destacar que en múltiples ocasiones los antropólogos hemos caído en el gran error de pretender generalizar y englobar a todo un grupo étnico dentro de unos mismos parámetros y características culturales, aunque estos habitaran en diferentes localizaciones espaciales. Las escisiones dentro del grupo Maká, que han dado lugar a la existencia de cinco comunidades no pueden ser entendidas como réplicas, hijos de la comunidad inicial, sino que poco a poco se han ido adaptando a su realidad espacial inmediata y a las necesidades y tendencias particulares de cada grupo.

Como se ha descrito, los Maká han vivido desde su salida del Chaco diferentes procesos que han marcado y definido al actual grupo Maká. Unos procesos que han estado definidos por una serie de variables que consideramos relevante definir.

1. En primer lugar su inevitable contacto con la sociedad envolvente en el Chaco y su posterior migración del Chaco hasta las afueras de la ciudad de Asunción en 1938¹¹, donde las relaciones en un pasado no muy lejano con otros grupos étnicos de la zona (Lenguas, Nivaclé, Toba, etc) son sustituidas por sus vecinos paraguayos.

2. La segunda variable es el cambio de medio ecológico que supuso esta migración. Inicialmente vivían en el bajo Chaco y los Maká como el resto de los indígenas chaqueños basaban su subsistencia en la caza y recolección de lo que les rodeaba. Con el cambio de ambiente, ya en las cercanías de Asunción, la imposibilidad de llevar estas actividades, el cambio era inevitable. Las opciones económicas para los Maká eran limitadas y en este caso más que para otras de la etnias que sí vivían en el Chaco. En el Chaco, las estancias y las diferentes industrias (taninerías...) ofrecen un medio de subsistencia¹² a los indígenas, pero en Asunción contamos con dos dificultades, primero el racismo y xenofobia que la población en general sentía en esos momentos hacia los indígenas con la consabida dificultad para encontrar trabajo que esto significa, y segundo la fuerte competencia de mano de obra que existía en la ciudad de Asunción con las migraciones de campesinos que se habían iniciado años atrás. Así que la explotación

de su identidad al turismo era una de las pocas posibilidades que podían escoger.

3. En tercer lugar, las nuevas relaciones sociales cotidianas y continuas con la sociedad envolvente paraguaya que supone este cercanía a la ciudad.

4. En cuarto lugar, la tutela efectiva que la Asociación Indigenista del Paraguay ejerció desde los años cuarenta hasta los años ochenta. Tutela parental que pasó desde la imposición de normas, de la agricultura y ganadería, introducción de la Misión Nuevas Tribus y los inicios de la explotación de su potencial exótico y turístico.

5. Los ideales y construcciones simbólicas de la sociedad capitalina paraguaya sobre lo exótico, lo indígena, la necesidad de la industria turística de "un indio exótico" etc. Más concretamente y en terminología económica clásica, hablaríamos de la demanda¹³ del bien que los Maká comercian; su imagen, sus tradiciones y sus objetos como indio exótico. La existencia de esta demanda unida a las variables anteriores es imprescindible para el surgimiento y desarrollo de esta estrategia económica de mercado. Si no existe una demanda por mucha oferta que haya, la imposibilidad de éxito está clara. Esta demanda está interrelacionada directamente con los procesos económicos y sociales occidentales, con el desarrollo del turismo de masas, con el *turismo étnico* (Smith. VL 1989).

6. La capacidad adaptativa y creativa de los Maká, que tuvieron la capacidad de reinventarse a sí mismos como indios genéricos, prototípicos. Que tanto bailaban sus danzas en un teatro en Sao Paulo, como en la promoción pública de una agencia de viaje de una cartera de excursiones a Brasil y Bolivia.

7. El devenir económico y social del resto del cono sur. El auge del turismo regional como resultado de un alza en las economías argentinas y uruguayas, se traduce en un aumento de la entrada de divisas al sector turístico y comercial del país¹⁴ y por consiguiente a los Maká que ya habían sido introducidos en los tours turísticos de los operadores locales.

8. La no existencia de competencia étnica. Todos los grupos étnicos paraguayos realizan a mayor o menor

⁽¹¹⁾ En este año comienzan los primeros contactos y las primeras familias inmigrantes vienen a Asunción, proceso que durará hasta casi la década de los sesenta.

⁽¹²⁾ En este texto no vamos a analizar el tipo de trabajo que desempeñaban los trabajadores indígenas y en qué condiciones trabajaban.

⁽¹³⁾ Entendemos demanda de un bien como las distintas cantidades de compradores dispuestos a comprarlo en todas las posibles alternativas de los precios. La demanda se considera en función de determinados factores: el precio del bien, los precios de todos los bienes similares, los ingresos de todos los consumidores, la diversidad de bienes disponibles, el número de consumidores que se consideran y los gustos de los consumidores... (Kaplan. D. en Godelier. M. 1976. comp. p 221)

⁽¹⁴⁾ En esos años el turismo de estos países estaba motivado por la diferencia monetaria existente, Paraguay resultaba muy barato como lugar de turismo y compras.

escala diversos tipos de artesanía, pero ninguno de ellos explota la comercialización directa como medio de subsistencia. La venta de sus objetos la realizan terceros y de forma esporádica, en algunos casos los misioneros, Ong's, o los mismos propietarios de las tiendas turísticas. Por esta razón, estos ingresos son escasos y auxiliares. Además también cabe resaltar que la lejanía del resto de comunidades de la ciudad dificulta mucho esta alternativa económica.

Estas variables han definido y configurado a lo largo de estos años, al actual grupo Maká, y por supuesto han determinado el surgimiento de estrategias específicas de subsistencia individual y grupal.

Para finalizar, y a modo de conclusión se pretende resaltar en estas líneas, la idea de que toda adaptación, tras la migración, tiene unas consecuencias claras en la nueva realidad económica, ecológica y en definitiva cultural. Unas consecuencias que en alguno de los casos han dado lugar a un cambio, a una sustitución y resignificación de patrones culturales ancestrales dentro de los Maká, (en cuanto a su vestimenta, adornos tradicionales, alimentación, tipo y formas de viviendas, cuidado de los hijos, mitos y creencias, aparecen las escuelas (tal como las conocemos), los dispensarios sustituyen a la medicina natural y el ocio urbano entra en la vida de los jóvenes y menos jóvenes (discotecas, bares, etc)), pero también hemos observado que su idiosincrasia y creatividad adaptativa, ha impedido la aculturación y mucho más la asimilación del grupo, por la sociedad envolvente. Los Maká conscientes de esta situación han aprendido a vivir pasando desapercibidos para la sociedad envolvente. Se han hecho cotidianos a sus ojos, y esta cotidianeidad ha hecho pensar en ellos como "indios urbanos", que han olvidado sus tradiciones, costumbres, etc., pero lo cierto es que eso no es más que un imaginario inventado que les permite vivir cerca o dentro de las ciudades paraguayas, manteniendo muchas de sus tradiciones propias ancestrales.

Los actuales Maká caracterizados por tener un modelo cultural de cambio y de resistencia, han sido capaces de vivir en la frontera dentro de la realidad envolvente, redefiniendo su identidad como Maká, adoptando determinados rasgos culturales, manteniendo otros y dejando en el recuerdo otros muchos que ya no tenían cabida en el nuevo contexto social y cultural urbano. Se han introducido en un mundo donde impera un sistema de mercado capitalista y han adaptado su propio sistema económico, social, político y en sí cultural, en vez de ser absorbidos por este sistema, que si algo lo caracteriza, es su agresividad.

El que este cambio e introducción en el sistema y en la sociedad envolvente no haya afectado al auto concepto sustancial de lo que es ser un Maká, entendemos que se debe a su vez a la fortaleza como grupo y a la flexibilidad de su organización política, social y familiar, que sin duda han adaptado con la mayor creatividad todas esas novedades y transformaciones ecológicas, sociales y económicas, que desde su salida del Chaco han ido aconteciendo en su devenir histórico más reciente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A.I.P. 1945. **Anales de la Asociación Indigenista del Paraguay**. Año I, Asunción, n° 1. Editorial "Paraguay". Asunción, Paraguay.

A.I.P. 2001. **Asociación Indigenista del Paraguay**, 60 años. Asunción, Paraguay.

AGUIRRE, J. F. 1950. **Diario del Capitán de Fragata D. Juan Francisco Aguirre. Revista de la Biblioteca Nacional, tomo II (2ª parte continuación)**. Ministerio de Educación. Buenos Aires.

AGUIRRE BELTRÁN, G. 1975. **El indigenismo y la Antropología comprometida. Anales de antropología del Instituto de investigaciones antropológicas** Vol. XII. Ed Universidad Nacional Autónoma de México.

BELAIEFF, J. 1940. **El Maccá. Revista de la Sociedad Científica del Paraguay**. Vol. 4. Asunción, Paraguay.

BELAIEFF, J. 1942. **La caza entre los indios maká. Revista América indígena**. Vol. II. n° 3. México DF.

BRAUNSTEIN, J. A. 1983. **Trabajos de Etnología n° 2. Algunos rasgos de la organización social de los indígenas del Gran Chaco**. Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras. Instituto de Ciencias Antropológicas. Buenos Aires.

CHASE-SARDI, M y otros. 1989. **Situación sociocultural, económica, jurídico-política actual de la comunidades indígenas del Paraguay**. CIDSEP. Asunción, Paraguay.

CHASE-SARDI, M.: "Sexo, vida y muerte Maká" en **Nuevo mundo. Revista de América Latina**. N° 32.

CHASE-SARDI, M. 1970. **Cosmovisión Maká. Revista del centro de Estudios Antropológicos. Suplemento Antropológico**. Universidad Católica. Vol. V. N° 1-2. Asunción, Paraguay.

II. CENSONACIONAL INDÍGENA DE POBLACIÓN Y VIVIENDA 2002. Pueblos indígenas del Paraguay.

- Resultados Finales. Degeec Paraguay. 2003. Asunción . Paraguay.
- GOMEZ PERRASSO, J. A. 1997. **Estudios Maká. Cultura material. Etnografía paraguaya**. VI. Asunción, Paraguay.
- GOMEZ PERRASSO, J. A. 1997. **La concepción Kom Lyk y Mak´a del cosmos. Revista del centro de Estudios Antropológicos. Suplemento Antropológico**. Universidad Católica. Vol. XII. Nº 1-2. Asunción, Paraguay.
- GODELIER, M. 1976. **Compilador. Antropología y Economía. Biblioteca de Antropología en Editorial Anagrama**. Barcelona.
- GRUBB, W.B. 1993. (1ª ed. 1911). **Un Pueblo desconocido en Tierra desconocida**. Biblioteca Paraguaya de Antropología. Vol. XIX. Asunción (Paraguay)
- HUNT, R. J. 1915. "El Choróti o Yófuaha". **Revista del Museo de la Plata, tomo XXIII, (2ª serie, tomo X)**. Henry young and sons, limited. Liverpool.
- KYSELA, V. 1931. La Tribu Indígena Maccá. **Revista Sociedad Científica del Paraguay. Vol. III(1-6)**. Mayo. Asunción, Paraguay.
- MARQUEZ MIRANDA, F. 1957. Los Macá (especialmente en sus estadas en Asunción y Buenos Aires). **Jornada Internacionales de Arqueología y Etnografía del 11 al 15 de nov**. Buenos Aires.
- METRAUX, A. 1996. **Etnografía del Chaco**. Ed. El Lector. Asunción, Paraguay.
- PALAVENCINO, E. 1958-1959. **Revista Archivo para las ciencias del hombre**. Vol. IX. Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Ciencias Antropológicas . Buenos Aires.
- PARRES LARRAYA, F. 1982. **Los irracionales de la Cultura. FECIC**. Buenos Aires.
- POUILLON, F. Comp. 1976. **A antropología económica (Corrientes e problemas)**. Edições 70. Perspectivas do home. Sau Paulo, Brazil.
- RENSAW, J. 1996. **Los indígenas del Chaco Paraguayo. Economía y Sociedad**. Intercontinental Editora. Asunción Paraguay.
- RAMOS, A. R. 1998. Artículo: Uma Crítica da Desrazao Indígenista. **XXII Encontro Anual de ANPOCS, , 27-31 de Octubre**. Caxambu, Basília.
- SCHINDLER, H. 1984. Los Inimacá y los Maká. **Rev. Del Centro de Estudios antropológicos: Suplemento Antropológico**. Universidad Católica, Vol. XIX, nº 2. Asunción, Paraguay.
- SCHMIDT, M. 1936. Los Makká, en comparación con los Enimagá antiguos. **Revista de la Sociedad Científica del Paraguay. Nº 6**, tomo III. Asunción, Paraguay.
- SMITH, VL. 1989. **Anfitriones e invitados**. Endimión. Madrid.
- SUSNIK, B. 1960. **Bosquejo de Charla sobre los Maká a los alumnos de la escuela paraguaya de guías-interpretes y guías de turismo**. Museo Andrés Barbero. Asunción, Paraguay.
- SUSNIK, B. 1973. **Etnografía Paraguaya parte 1ª, Manuales del Museo. Museo Etnográfico "Andrés Barbero" de la Fundación la Piedad, 7ª ed.** Asunción, Paraguay.
- SUSNIK, B. 1978. **Etnología del Chaco Boreal y su periferia, (S. XVI y XVII)**. Museo Etnográfico "Andrés Barbero" de la Fundación la Piedad. Asunción, Paraguay.
- SUSNIK, B. 1978. **Los Aborígenes del Paraguay. Tomo I. Etnología del Chaco Boreal y su periferia. (Siglos XVI-XVII)**. Museo Etnográfico "Andrés Barbero". Asunción, Paraguay.
- SUSNIK, B. 1980. **Etnografía Paraguaya, guía del Museo**. Museo Etnográfico "Andrés Barbero" de la Fundación la Piedad, 7ª ed. Asunción , Paraguay.
- VELLARD, J. A. 1942. "Le Chaco Paraguayen" en **Boletim do Museo Nacional. Vol. XIV-XVII**. Ministerio da Educação e Saude. Río de Janeiro, Brazil.
- VIEIRA ARRUDA, R. S. 1999. Artículo: Indios e Antropología: Reflexoes sobre Cultura, Etnicidad e Situação de Contacto. **Boletín do Museo Paranaense Emilio Goebli. Vol. 15 nº 1**. Ministerio de ciencia y tecnología. Consejo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Belem-Pará. Brazil
- VYSOKOLAN, O. 1981. Perspectivas de desarrollo de las étnias indígenas del Paraguay. **Suplemento Antropológico, CEADUC. VOL XVI nº 2**. Asunción, Paraguay.
- VOGT, J. 1933. La Tribu Maccá. Notas del Museo de Historia Natural del Jardín Botánico. **Revista del Jardín Botánico y Museo de Historia Natural del Paraguay**. Tomo III. Asunción, Paraguay.

HANNAH ARENDT, TOCQUEVILLE E 1848

HANNAH ARENDT, TOCQUEVILLE AND 1848

Ricardo Luiz De SOUZA¹

RESUMO

O texto sintetiza alguns aspectos básicos da análise feita por Hannah Arendt referente ao processo revolucionário, demonstrando como o êxito de uma revolução, para ela, não está necessariamente ligada à vitória política. Trabalha, a seguir, a partir as perspectivas a partir das quais Marx e Tocqueville analisaram as revoluções de 1848 e faz um rápido estudo do processo histórico que levou a elas e as determinou. Conclui especificando como seria possível estudar 1848 a partir das perspectiva propostas por Arendt e Tocqueville.

Palavras-chave: revolução; estado; legitimidade; política.

ABSTRACT

The text presents a synthesis of some basic aspects of Hannah Arendt's analysis of the revolutionary process, demonstrating how the success of a revolution is not necessarily related to political victory. It works from the perspectives from which Marx and Tocqueville analyzed the revolutions of 1848 and makes a brief study of the historical process that led to and determined them. It concludes by specifying how it would be possible to study 1848 from the perspectives proposed by Arendt and Tocqueville.

Key words: revolution; state; legitimacy; politics.

INTRODUÇÃO

Início formulando algumas questões a serem trabalhadas ao longo do texto: como Hannah Arendt busca compreender o processo revolucionário? Quais pontos de contato e quais diferenças podem ser traçadas entre o conceito de revolução em Arendt e a análise de

Alexis de Tocqueville referente à revolução de 1848? Como compreendermos, mesmo que sumariamente, as origens, a dinâmica e as consequências dessa revolução? Como a análise de Arendt pode nos ajudar a compreender tal processo revolucionário, ou é contraditada por ele? São questões que, de forma sucinta, eu buscarei trabalhar ao longo do presente texto.

⁽¹⁾ Mestre em Sociologia e Doutorando em História pela UFMG. Professor da FEMM e FAC.

HANNAH ARENDT E A REVOLUÇÃO

Estudando as revoluções, Hannah Arendt analisa seus riscos, mas não tanto os riscos derivados de um eventual fracasso revolucionário e, sim, os riscos derivados do sucesso. Revolucionários não podem, por exemplo, ser guiados pela compaixão, nem podem ter em mente apenas a salvação dos deserdados. Pelo contrário, a revolução deve pretender-se universal e buscar a criação de um mundo de justiça que abarque a coletividade. Qualquer outra opção leva ao desastre, e Arendt alerta para este risco e para os desastres que de fato ocorreram, quando acentua: *Não podemos discutir aqui o dano que a compaixão introduziu nas revoluções modernas, com as tentativas de melhorar o quinhão dos infelizes, ao invés de estabelecer justiça para todos* (ARENDR, 1987:22).

Pensando a contradição entre liberdade e escravidão presente no contexto da Revolução Americana, Arendt, como salienta Boeiro Garcia, ressalta tal questão: *E se eles tremiam "quando pensavam que Deus é justo", observa Arendt citando Jefferson, era mais por estarem convencidos da incompatibilidade da instituição da escravatura com o fundamento da liberdade do que por serem movidos pela piedade ou por um sentimento de solidariedade para com os escravos* (GARCIA, 2002:121).

Escrevendo sobre Rosa Luxemburgo, ainda, Arendt busca expurgá-la de seu marxismo na medida em que define a revolução, na perspectiva de Luxemburgo, antes como uma questão moral que como uma questão política. O triunfo político, a partir daí, não seria algo a ser buscado a qualquer preço, como seria para um marxista ortodoxo. Mais importante que isto seria a preservação de valores morais cujo comprometimento terminaria não por não justificar a vitória revolucionária. Fazendo isto, Arendt delimita sua posição em relação ao que considera ser a teoria revolucionária marxista e, mais especificamente, bolchevique.

Segundo Arendt, Luxemburgo temia mais uma revolução deformada que uma revolução fracassada, e ela corrobora tal temor quando questiona: *E os acontecimentos não provaram que ela tinha razão? Não é a história da União Soviética uma longa demonstração dos terríveis perigos das "revoluções deformadas"* (ARENDR, 1987:54)?

E a análise do processo revolucionário feita por Arendt distancia-se da tradição marxista ainda em outro sentido, na medida em que ela oblitera pressupostos básicos do marxismo; classes sociais praticamente não são mencionadas e os fundamentos econômicos do processo desvanecem-se.

Arendt situa a origem das revoluções na perda de legitimidade por parte do regime vigente. Para ela, a erosão da autoridade governamental e a incapacidade do governo em funcionar adequadamente colocam em cheque sua legitimidade e abrem caminho ao processo revolucionário, que não é, contudo, inevitável neste contexto, mas depende dele para tornar-se viável (ARENDR, 1999a:64).

Quando a legitimidade não mais existe, resta apenas a violência como instrumento de sustentação do regime mas, aí, o poder - que Arendt preocupa-se permanentemente em dissociar da violência na medida em que pressupõe o comum acordo para existir- também já desapareceu. A estrutura de poder então desmorona, e as ordens não são mais obedecidas. Os armamentos-instrumentos de manutenção do poder- já não encontram quem os utilize em defesa do regime. As consequências de tal processo são descritas pela autora:

Onde as ordens não são mais obedecidas, os meios de violência são inúteis; e a questão desta obediência não é resolvida pela relação ordem-violência, mas pela opinião, e naturalmente pelo número de pessoas que a compartilham. O repentino e dramático colapso do poder que anuncia as revoluções revela num lampejo como a obediência civil - às leis, instituições, dirigentes - nada mais é que uma manifestação exterior de apoio e consentimento (ARENDR, 1999a:126).

Contra uma revolta popular, mesmo que desarmada, a violência governamental pode revelar-se praticamente ineficaz, a não ser que produza uma chacina em massa que leve o vencedor a governar os mortos. Segundo Arendt, *a revolta popular contra governantes materialmente fortes pode gerar um poder praticamente irresistível, mesmo quando se renuncia à violência face a forças materiais vastamente superiores* (ARENDR, 1981:213). Daí a eficácia da resistência passiva: reside em demonstrar os limites da violência e em comprovar que, sem alguma legitimidade, a violência torna-se uma arma inútil nas mãos dos governantes.

O exemplo mais evidente desta assertiva, para Arendt, é a recusa dinamarquesa em cooperar com os nazistas na questão da deportação dos judeus residentes no país, o que terminou salvando-os do extermínio. Referindo-se ao episódio, ela acentua:

É quase uma tentação recomendar a estória como leitura obrigatória na Ciência Política, para todos os estudantes que desejem aprender algo sobre a enorme força potencial, inerente à ação de não-violência e à resistência a um adversário

que possui meios de violência evidentemente superiores (ARENDT, 1983:183).

As revoluções eclodem a partir da transformação da pobreza em uma questão social, ou seja, a partir do momento histórico no qual *os homens começaram a duvidar que a pobreza fosse inerente à condição humana, a duvidar que a distinção entre os poucos que, por circunstância ou fraude, conseguiram libertar-se dos grilhões da pobreza, e a miserável multidão de trabalhadores, fosse inevitável e eterna* (ARENDT, 1988:18).

Tem sua origem, também, no processo de secularização, ou seja, no surgimento de um reino secular a partir da separação entre religião e política, de tal forma que ela levanta a possibilidade de ser a revolução uma fase de transição da qual tal reino se origina (ARENDT, 1988:21).

Chega um momento no processo revolucionário, porém, no qual a etapa de destruição e mudança deve ceder lugar à preservação e consolidação das formas de governo instituídas, e os espaços públicos devem tornar-se o *locus* da convivência regular: o momento da republicanização do processo, ou de sua transformação em uma ditadura revolucionária. Em ambos os casos, temos uma interrupção do ímpeto original.

A revolução é, ao mesmo tempo, renovação e restauração, uma renovação que se pretende radical e o retorno a um início visto como momento de fundação. É como se, para superar a tradição, fosse necessário retornar às suas origens, transfigurando-as no momento deste retorno. E a transfiguração das origens traz consequências, segundo Duarte. Segundo ele, *a repetição sempre traz consigo a novidade, justamente por romper a continuidade da história. A essência perdida do político não mais retorna enquanto tal, mas permanece enquanto possibilidade capaz de engendrar o novo* (DUARTE, 2001:15). Temos então, conclui o autor, em 1776, em 1789, em 1871, em 1918, em 1956 tentativas de restabelecer, na modernidade, a democracia participativa, reatualizando os laços que unem a política às suas origens romanas e gregas (DUARTE, 2001:264).

Ao mesmo tempo, esta tentativa de reatualização é descrita por Arendt como buscas sucessivas de um tesouro perdido que sequer foi nomeado, e que pode muito bem ser antes uma miragem que uma realidade, antes um espectro que algo de substancial, em suas palavras. E ela assim descreve esta busca:

A história das revoluções- do verão de 1776, na Filadélfia, e do verão de 1789, em Paris, ao outono de 1956, em Budapeste -, que decifram

politicamente a estória mais recôndita da idade moderna, poderia ser narrada alegoricamente como a lenda de um antigo tesouro que, sob as circunstâncias mais várias, surge de modo abrupto e inesperado para de novo desaparecer qual fogo-fátuo, sob diferentes condições misteriosas (ARENDT, 1972:30).

Daí a grandeza e a peculiaridade que Arendt enxerga na Revolução Americana; nela, e apenas nela, o tesouro perdido, ou seja, o compromisso entre liberdade e política presente no mundo antigo foi recuperado e preservado. Segundo ela:

Dessas tentativas, somente uma, a Revolução Americana, foi bem sucedida: os pais fundadores, como- o que é bem peculiar - podemos ainda chamá-los, fundaram um organismo político inteiramente novo prescindindo da violência e com o auxílio de uma Constituição. E tal organismo durou até o dia de hoje, a despeito do fato de em nenhum outro local o caráter especificamente moderno do mundo atual produzir expressões tão extremas em todas as esferas não-políticas da vida como nos Estados Unidos (ARENDT, 1972:185).

Reatualiza-se também, no momento em que as origens são permanentemente retomadas, uma promessa que não chega a comprometer-se com a derrota, mas que pode comprometer-se com a vitória. O fracasso mantém incólume a perspectiva de aliança entre prática política e liberdade, mas uma revolução, ao triunfar, pode anular exatamente esta perspectiva, e aí, seguindo a trilha de Rosa Luxemburgo, Arendt inverte a equação e define o sucesso como fracasso.

Um fracasso, ainda, segundo Canovan, que se relaciona, também, com as origens, na medida em que retoma e mantém sem solução uma questão já colocada pelos gregos, qual seja, como uma ação que se pretende revolucionária e, portanto, primordial, pode ser transladada para o contexto de instituições sem que este processo degenerem em violência? (CANOVAN, 1994:145). Uma questão para a qual Arendt não fornece respostas e lembro, ainda, que a autora demonstra, aqui, um traço que caracteriza **Da revolução** e que Canovan igualmente acentua: ela coloca questões e identifica problemas, mas não se sente obrigada a resolvê-los (CANOVAN, 1994:249).

Toda sociedade busca criar mecanismos que inibam sua transformação revolucionária; que inibam a ação revolucionária, portanto. Segundo Arendt, *ao invés de ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e*

variadas regras, todas elas tendentes a "normalizar" os seus membros, afazê-los "comportarem-se", a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada (ARENDR, 1981:50). E, no caso específico da sociedade de massas, a reação defensiva da sociedade ganha, para Arendt, outra dimensão. O conformismo e a uniformidade produzidos por esta sociedade traduzem-se na substituição da ação individual pelo comportamento padronizado. Perde-se o conceito de indivíduo.

Em carta a Mary MacCarthy, Arendt refere-se elogiosamente ao ativismo norte-americano, afirmando:

Sentem-se de novo as esperanças que tínhamos durante a campanha de McCarthy. Mas agora é melhor, porque corre por fora de todo o sistema de partidos e baseou-se somente no direito constitucional que tem o povo de se reunir e reivindicar. Portanto, é tentador concluir, a Constituição ainda está viva e o sistema partidário, embora não morto, é claro, tornou-se um entulho (BRIGHTMAN, 1995:237).

Temos, aqui, uma característica básica do pensamento político da autora e de sua análise do processo revolucionário. Este deve se desenvolver a partir de mecanismos de representação direta, e daí seu elogio da Revolução Húngara. E Arendt sempre foi, de qualquer forma, cética em relação à política partidária. Como acentua Young-Bruhel, *diferente de muitos teóricos políticos ingleses e norte-americanos natos, que haviam vivido dentro da relativa boa ordem de sistemas bipartidários, Arendt desconfiava dos partidos porque eles deixavam para trás as raízes da ação da cidadania* (YOUNG-BRUHEL, 1997:266).

Tal desconfiança ajuda a compreender, por contraste, o entusiasmo e a alegria sentidos por Arendt com a eclosão da Revolução Húngara e, especificamente, com a criação de conselhos de revolucionários e de trabalhadores. Ali, naquele momento e a partir daquela ação política, as raízes da cidadania estavam sendo resgatadas, de tal maneira que a levaria a escrever em carta escrita no período: *Finalmente, finalmente eles precisaram mostrar como as coisas realmente são* (YOUNG-BRUHEL, 1997:270).

A política permite uma abordagem cujos elementos utópicos levam ao totalitarismo e incidem em tentativas de transformar a natureza humana que caracterizariam tais regimes, embora não apenas eles; o totalitarismo, na perspectiva de Arendt, é utópico, e revoluções, na medida em que buscam transformações utópicas, levam ao totalitarismo. Trata-se de obter a humanização completa da realidade e trata-se de construir uma realidade inteiramente de acordo com as condições

humanas, cabendo, contudo, ao regime totalitário, definir quais seriam as condições humanas ideais a partir das quais a realidade seria criada. A natureza humana seria, assim, transformada pelo regime pelo bem da sociedade (ARENDR, 1993:94).

O que distingue o movimento totalitário das revoluções analisadas por Arendt é que, nele, tal ímpeto jamais pode cessar, sob pena de fim do movimento. Arendt retoma e adapta o conceito de revolução permanente criado por Trotsky para explicar a dinâmica totalitária. Ela é internacional, necessita permanentemente de novos inimigos a serem destruídos e recusa, exatamente, a estabilização do movimento. Como acentua a autora, *o fato é que tanto Hitler como Stálin estenderam promessas de estabilidade para esconder a intenção de criar um estado de instabilidade permanente* (ARENDR, 1990:441). Este é o fator básico que diferencia o totalitarismo dos processos revolucionários até então historicamente conhecidos.

O objetivo das revoluções modernas - em um processo que Arendt data das revoluções francesa e americana à revolução húngara - é fazer coincidir a liberdade e a participação no governo, não mais vendo o Estado como *um mal necessário para a liberdade social*. Mas todas as revoluções modernas são, neste sentido, revoluções frustradas, por não terem conseguido, historicamente, alcançar e estabelecer tal coincidência, o que leva a autora a concluir: *Mas essas revoluções e as experiências diretas nelas verificadas sobre as possibilidades do agir político não puderam, pelo menos até hoje, transformar-se em nenhuma forma de Estado* (ARENDR, 1999b:74).

A liberdade fundamenta a revolução, de tal forma que

Somente onde ocorrer mudança, no sentido de um novo princípio, onde a violência for utilizada para constituir uma forma de governo completamente diferente, para dar origem à formação de um novo corpo político, onde a libertação da opressão almeje, pelo menos, a constituição da liberdade, é que podemos falar de revolução (ARENDR, 1988:28).

A partir deste pressuposto, Arendt busca diferenciar entre rebelião e revolução, libertação e liberdade. A rebelião visa à libertação, enquanto a revolução tem como objetivo a instituição da liberdade. A rebelião pode levar à libertação, mas não leva, necessariamente, à liberdade; daí a preocupação da autora em esclarecer e delimitar estes conceitos. Segundo ela, *o equívoco básico está na incapacidade de se distinguir entre libertação e liberdade; não há nada*

mais inútil do que rebelião e libertação se essas não forem seguidas pela constituição da liberdade recém-conquistada (ARENDT, 1988:114).

Busca-se a reconciliação entre política e liberdade, busca-se a transformação dos que sempre viveram na obscuridade em *soberanos supremos da terra* (ARENDT, 1988:32), e o fracasso desta busca e desta tentativa marcam o fracasso do processo revolucionário, e aqui chegamos a um aspecto fundamental da análise desenvolvida pela autora: o sucesso dos revolucionários ao alcançar o poder não significa o sucesso da revolução. Ela pode fracassar- e tem fracassado- a partir daí.

Tal fracasso termina por gerar um impasse que Arendt assinala em relação à Revolução Francesa, que é: *se o fim da revolução e a introdução do governo constitucional significavam o fim da liberdade pública, seria então desejável terminar a revolução* (ARENDT, 1988:107)? E tanto tem fracassado que é precisamente em países onde revolução alguma jamais ocorreu e em países onde tais revoluções foram derrotadas que a liberdade tem sido preservada de forma mais ampla e onde existem mais liberdades civis (ARENDT, 1988:92).

Torna-se mais fácil entendermos, a partir daí, a evidente valorização feita por Arendt da Revolução Americana, em detrimento da Revolução Francesa. Todo o **Da revolução** é estruturado a partir do paralelo feito pela autora entre ambas as revoluções e por um evidente desejo de resgatar a segunda, definindo-a como um triunfo esquecido e um acontecimento fundador da tradição republicana a qual a autora se filia. E tal resgate foi criticado como historicamente equivocado, como fruto da gratidão e, por Young-Bruhel, como fabuloso. Segundo ela, *o retrato de Arendt dos pais fundadores era fabuloso, no sentido literal da palavra, mas sua fábula era de um tipo específico: uma fábula política* (YOUNG-BRUHEL, 1997:355).

Fábula, mito. Duarte acentua aspecto análogo quando afirma, analisando, também, **Da revolução**:

Em um grande ensaio pleno de força retórica e de pathos dramático, Arendt narra a "estória" das revoluções como quem narra um mito, explorando o tema da repetição moderna do tesouro político perdido no passado sem preocupar-se com a reconstituição fidedigna dos acontecimentos (DUARTE, 2001:84).

A Revolução Americana consagrou o republicanismo. A revolução só consegue preservar a liberdade no momento em que se republicaniza, ou seja, no momento em que cria um novo corpo político estruturado a partir de instituições republicanas (DRUCKER, 2001:199). Esta foi a etapa que a Revolução Americana logrou alcançar; este foi o fracasso da Revolução Francesa.

Segundo ela, *foi somente após a revolução que todos os governos, não-republicanos foram considerados despotismos* (ARENDT, 1988:104). E, dentro do republicanismo, a Revolução Americana manteve seu comprometimento com a liberdade e com o estabelecimento de instituições ao mesmo tempo duradouras e embasadas em tal compromisso. Já a Revolução Francesa seguiu trajetória oposta:

O rumo de Revolução Francesa foi desviado desse curso original, quase desde o início, pela urgência do sofrimento; isso foi ocasionado pelas exigências da libertação, não da tirania, mas da necessidade, e impulsionado pelas ilimitadas proporções da miséria do povo e pela piedade que essa miséria inspirava (ARENDT, 1988:73).

A Revolução Americana tornou-se um paradigma sem seguidores. Ela definiu o estabelecimento de instituições como a suprema tarefa revolucionária e esta é, de fato, a suprema tarefa revolucionária para Arendt- e transformou a liberdade regulamentada por instituições em sua herança, mas ela terminou, segundo a autora, sendo uma revolução historicamente- e tragicamente- solitária. Para ela

Não foram as constituições- o produto final e também as finalidades das revoluções -, mas as ditaduras revolucionárias, destinadas a levar avante e a intensificar o movimento revolucionário, que, até agora, se tornaram o produto mais familiar da revolução moderna - a menos que a revolução seja derrotada e substituída por algum tipo de restauração (ARENDT, 1988:127).

Não é por acaso que os revolucionários americanos são vistos como Pais Fundadores. Eles elaboraram, revolucionariamente, uma Constituição que visava estabelecer os fundamentos, ao mesmo tempo, da nação e da liberdade, gerando o espetáculo de um povo que funda deliberadamente um corpo político. Uma Constituição que tem, por isto mesmo, sido envolvida *numa atmosfera de reverente temor e respeito* e, por isto mesmo, tem se mantido a salvo *da sanha destruidora do tempo e do impacto das circunstâncias*.

A idéia de fundação explica, ainda, o caráter de continuidade e mudança concomitantes que determinam as emendas constitucionais, já que *as emendas à Constituição apenas aumentam e ampliam as bases originais da República americana; desnecessário é dizer que a própria autoridade da Constituição americana repousa em sua inerente capacidade de ser emendada e ampliada*. E finalmente, Arendt acentua o caráter consciente com o qual os fundadores fizeram sua revolução. Segundo ela

O próprio fato de os homens da Revolução Americana se considerarem "fundadores" indica até que ponto eles devem ter tido consciência de que o próprio ato de fundação, e não um Legislador Imortal, ou uma verdade auto-evidente, ou qualquer outra fonte transcendente e extraterrena, que acabaria se tornando a fonte de autoridade do novo corpo político (ARENDDT, 1988:162-4).

Já ao buscar libertar o homem da miséria, a Revolução libertou a fúria dos miseráveis, e tal fúria é devastadora por estar diretamente relacionada ao sofrimento, mas não é capaz de servir como alicerce para instituições livres. Neste sentido, ela é impotente por definição, embora irresistível. Estas são as origens do desvio de rumo sofrido pela Revolução Francesa. Segundo Arendt, *a revolução, ao voltar-se da fundação da liberdade para a libertação do homem do seu sofrimento, rompeu as barreiras da resistência e liberou as forças devastadoras do infortúnio e da miséria* (ARENDDT, 1988:88). E, logo depois, a autora como que extrai uma lição da análise anterior: *Nada, podemos hoje afirmar, pode ser mais obsoleto do que a tentativa de libertar a humanidade da pobreza por meios políticos; nada pode ser mais inútil e mais perigoso* (ARENDDT, 1988:90).

E para compreendermos o conceito arendtiano de revolução é fundamental termos em mente a dissociação promovida pela autora entre política e necessidade e, ainda, entre a ação revolucionária e a busca de soluções ligadas ao reino da necessidade. Segundo ela:

Para que venha a ser aquilo que o mundo sempre se destinou a ser - uma morada para os homens durante sua vida na terra - o artifício humano deve ser um lugar adequado à ação e ao discurso, a atividades não só inteiramente inúteis às necessidades da vida, mas de natureza inteiramente diferente das várias atividades da fabricação mediante as quais são produzidos o mundo e todas as coisas que nele existem (ARENDDT, 1981:187).

A política é desvinculada da sobrevivência, e deve ser estruturada em uma esfera que independa da ação produtiva voltada para a sobrevivência. Política e sociedade são, ou deveriam ser, campos distintos para a autora, com a sociedade vinculando-se à atividade econômica. Segundo Arendt, *a sociedade é a forma na qual o fato da dependência mútua em prol da subsistência, e de nada mais, adquire importância pública, e na qual as atividades que dizem respeito à mera sobrevivência são admitidas em praça pública* (ARENDDT, 1981:56). Com isto, a ação revolucionária não

pode comprometer-se com fatores econômicos - entre eles a miséria - e onde isto se dá tal ação já está comprometida em seus fundamentos. Com isto, ainda, ao desvincular a política da atividade econômica - em uma perspectiva de origem hegeliana- associando-a à reflexão e à ação desvinculada de necessidades materiais, Arendt cria uma perspectiva aristocrática e excludente da polis.

A distinção efetuada entre labor enquanto atividade vinculada ao reino da necessidade e ação política ajuda a explicar, por outro lado, o fracasso das sucessivas tentativas de implantação de conselhos populares em substituição ao sistema partidário. Na medida em que tem origens no movimento operário, tais tentativas sofrem de uma debilidade congênita deste movimento, assim descrita pela autora:

Enquanto os sindicatos, ou seja, a classe operária na medida em que é apenas uma entre as classes da sociedade, tem ido de vitória em vitória, o movimento político dos operários tem sido derrotado sempre que ousa apresentar suas próprias reivindicações, em contraposição a programas partidários e reformas econômicas (ARENDDT, 1981:229).

É como, enfim, se a conciliação entre liberdade e revolução só pudesse ser efetuada em nações onde a revolução não tomasse a miséria e o sofrimento como ponto de partida. Sem mencioná-lo, Arendt retoma um pressuposto básico da teoria revolucionária desenvolvida por Marx (e vista com considerável embaraço pelos revolucionários marxistas posteriores), segundo o qual uma revolução só seria viável em países desenvolvidos.

A revolução pode visar tanto o passado quanto o futuro, pode visar tanto a restauração quanto a destruição. As Revoluções Francesa e Americana, definidas pela autora como os marcos iniciais do processo revolucionário contemporâneo visavam, segundo ela, antes de tudo restaurar uma ordem antiga perturbada por abusos e despotismos (Arendt, 1988:35). A violência revolucionária pode ter, então, motivações distintas. Segundo Arendt, *o objetivo pode ser a destruição ou também o restabelecimento de um corpo político do passado e por fim a construção de um novo corpo político* (ARENDDT, 1985:126).

Os autores da Revolução Americana estavam conscientes da distinção entre liberdade e libertação e partiram de um movimento de libertação para a busca da liberdade, trilhando o único caminho que poderia ser trilhado para a obtenção de tal objetivo: fizeram uma revolução. Ela descreve, então a trajetória percorrida, sua originalidade e especificidade:

Até o final, quando o conflito com a Inglaterra mostrou-se inevitável, não era problema para eles reconhecer a autoridade da metrópole. Orgulharam-se de ser indivíduos ingleses até que o momento de sua rebelião contra um governo injusto - "taxação sem representação"- os levou a uma "revolução" verdadeira, uma mudança na própria forma de governo e à constituição de uma República como único governo, o que agora era sentido por eles como a forma adequada para governar a terra dos homens livres (ARENDDT, 2000:340).

Desta narrativa, surge uma conclusão clara: a rebelião pode produzir a libertação, mas só a revolução pode gerar a liberdade, e somente este objetivo a justifica.

A revolução busca, então, a liberdade e, inclusive, apenas justifica-se a partir desta busca, mas tal liberdade é um artifício inútil quando pensada a partir do reino da necessidade. Pensada a partir deste reino, a revolução, tal como pensada por Arendt, não oferece nenhuma solução, nem é este o objetivo da autora.

TOCQUEVILLE E A REVOLUÇÃO

Como contrastar as análises do processo revolucionário feitas por Hannah Arendt e Alexis de Tocqueville? Tomo como ponto de partida para efetuar tal comparação a revolução de 1848 vista a partir da ótica de Tocqueville. 1848 não significou a derrota do Antigo Regime porque este não existia mais. Já havia sido destruído definitivamente em 1830. Entre 1830 e 1848 é possível, segundo Kiernan, definirmos uma diferença fundamental: enquanto 1830 transcorreu sob o reinado de uma oligarquia financeira, em 1848 tivemos o choque entre uma classe operária e uma burguesia industrial (KIERNAN, 1995:32), segundo o modelo que Marx tornou clássico, gerando um processo histórico no qual o próprio Marx, aliás, inspirou-se para construir tal modelo.

No combate entre o Antigo Regime, com seus homens representados pela aristocracia- regime ao qual Alexis de Tocqueville evidentemente se filia política e afetivamente- e o que ele chama de *França nova, conduzida pela classe média*, 1830 significa o triunfo da segunda. E o autor acentua:

Em 1830, o triunfo da classe média foi definitivo e tão completo, que todos os poderes políticos, todas as franquias, as prerrogativas, o governo inteiro, encontram-se encerrados e como que amontoados nos limites estreitos da burguesia, com a exclusão (de direito) de tudo o que estava

abaixo dela e (de fato) de tudo o que estivera acima dela (TOCQUEVILLE, 1991:34).

Em 1848, Tocqueville se vê lutando, portanto, por um regime que já não é o seu, que já não o representa enquanto aristocrata, mas que representa, para ele, um dique contra o que estava debaixo e, portanto, a defesa existente e possível de seus ideais. Tanto ele como Arendt vêm com reservas a participação política dos excluídos; antes como uma ameaça que como uma promessa.

Neste sentido, ainda, 1848 representa uma clivagem no pensamento do autor, bem definida por Furet, que afirma: *O otimismo refletido que alimentava a análise da sociedade americana deu lugar ao receio. O reformador de antes da Revolução transformou-se no conservador de uma ordem tão custosamente restabelecida (FURET, 1978:96).*

Tal regime ficou para trás em um processo de transformação contínua da qual 1848 é um dos episódios, assim como 1789 e 1830. E um processo cujo desenlace será ou uma transformação social mais completa e profunda do que foi ou é prevista, ou a *anarquia intermitente, doença crônica e incurável, bem conhecida dos velhos povos (TOCQUEVILLE, 1991:87).*

De qualquer forma, o mundo com o qual ele se identifica já ficou irremediavelmente para trás, e disto ele tem plena consciência. E mesmo o socialismo permanece no campo do possível, que ele acentua ser bem mais amplo que a imaginação dos homens de qualquer sociedade, o que o leva a fazer a pergunta: *O socialismo permanecerá sepultado sob o mesmo desprezo que tão justamente cobre os socialistas de 1848? Faço a pergunta sem respondê-la (TOCQUEVILLE, 1991:96).*

Tocqueville busca, também, situar-se de maneira precisa tanto no terreno político quanto no social. É um conservador que define como inimigo a ser combatido o operariado francês- da mesma forma como Arendt vê com expressa descrença a participação operária na política-e, a partir daí, define com clareza os objetivos de sua luta:

Proteger as antigas leis da sociedade contra os inovadores, com a ajuda da nova força que o princípio republicano podia dar ao governo; fazer triunfar a vontade evidente do povo francês sobre as paixões e os desejos dos operários de Paris; vencer assim a demagogia pela democracia, tal era meu único propósito (TOCQUEVILLE, 1991:123).

A questão da legitimidade política preocupa Tocqueville tanto quanto preocupa Arendt. Para ambos, a violência sem legitimidade não se sustenta e um regime

que tenha perdido a legitimidade está fadado ao desaparecimento. É para a perda de legitimidade do regime que ele alerta em janeiro de 1848, prevendo o furacão que se avizinhava, e situando suas origens exatamente nesta perda. As classes operárias já não viam como legítimos o regime e os próprios fundamentos da sociedade burguesa, e ele alerta, referindo-se a elas: *Não vedes que pouco a pouco propagam-se em seu seio opiniões, idéias que mesmo de modo nenhum irão somente derrubar tal lei, tal ministério, mesmo tal governo, mas a sociedade, abalando as bases nas quais ela hoje repousa?*

Localiza a origem da revolução na própria degradação das classes dirigentes, afirmando que *a causa real e eficaz que faz com que os homens percam o poder é que se tornaram indignos de o manter*. Tal degradação caminha par a par com a degradação da própria sociedade, aprofundando a perda de legitimidade, e ele acentua: *Pois bem: minha convicção profunda e meditada é que os costumes estão-se degradando; e que a degradação dos costumes públicos vos levará, em curto espaço de tempo, brevemente talvez, a novas revoluções*. E para evitar tal desenlace, ele conclui com um apelo: *Conservai as leis, se quereis; embora eu julgue que muito vos enganais ao fazê-lo, conservai-as; conservai mesmo os homens, se isso vos agrada: não oponho a isso obstáculo algum; mas por Deus, mudai o espírito do governo, pois - repito-vos esse espírito está conduzindo ao abismo* (TOCQUEVILLE, 1991:42-4). Tal alerta, evidentemente, não foi ouvido, além de ter sido feito já à beira do abismo; muito tarde, portanto.

Se há pontos em comum entre as perspectivas de Tocqueville e Arendt, as semelhanças entre ele e Marx, por outro lado, também são evidentes, de tal forma que, quando vemos Tocqueville buscando as causas da revolução é como se estivessemos lendo Marx criticando as conspirações anarquistas. Ambos recusam identificar tais causas com qualquer teoria conspiracionista e, referindo-se a 1848, Tocqueville acentua ao mesmo tempo as motivações fortuitas e imprevistas que geraram todo o processo e suas causas políticas e sociais. E ele ressalta: *É uma perda de tempo procurar conspirações secretas que tenham produzido acontecimentos dessa espécie, pois as revoluções que se realizam pela emoção popular, são em geral mais desejadas, mais pretendidas que realizadas. Aquele que se jacta de tê-las maquinado nada mais fez que delas tirar partido* (TOCQUEVILLE, 1991:59).

E, também como Marx, Tocqueville acentua o caráter de representação de 1848, como se a preocupação fosse não tanto fazer uma revolução mas emular a

revolução anterior, seguir os moldes deixados pela Revolução Francesa. Segundo ele

Os homens da primeira revolução estavam vivos em todos os espíritos, seus atos e suas palavras presentes em todas as memórias. Tudo o que presenciei nesse dia trazia a marca visível de tais lembranças; sempre tive a impressão de que houve mais esforços para representar a Revolução Francesa que para continuá-la (TOCQUEVILLE, 1991:75).

Tocqueville não diz textualmente que a história se repete como farsa, mas concorda com a presença do passado que faz com que os homens tentem representá-lo. E transformam, sim, a violência em farsa, o conflito sanguíneo em festa. Teatralizam o que um dia foi sério, o que Tocqueville anota com o sarcasmo que também é de Marx, quando afirma: *Os revolucionários de 1848, não querendo ou não podendo imitar as loucuras sanguíneas de seus predecessores, consolavam-se com frequência reproduzindo as loucuras ridículas. Foi assim que imaginaram dar ao povo grandes festas alegóricas* (TOCQUEVILLE, 1991:141).

Tocqueville também aproxima-se de Marx ao analisar a Insurreição de Junho, destacando sua singularidade e mesmo sua grandiosidade, definindo-a como *a maior e a mais singular que teve lugar na nossa história e talvez em qualquer outra*, e ressaltando sua especificidade a partir de suas causas. Segundo ele, *não foi, para dizer a verdade, uma luta política (no sentido que até então tínhamos dado a palavra), mas um combate de classe, uma espécie de guerra servil* (TOCQUEVILLE, 1991:149).

E, a partir daí, ele celebra, com toda a consciência a respeito do sentido dos acontecimentos por ele presenciados e a partir da precisa análise dos interesses em jogo, a derrota dos insurretos, colocando-se, evidentemente, no pólo oposto ao ocupado por Marx:

Tais foram as jornadas de junho, jornadas necessárias e funestas; não extinguiram na França o fogo revolucionário, mas puseram fim, pelo menos por algum tempo, ao que se pode chamar o próprio trabalho da Revolução de Fevereiro. Elas livraram a nação da opressão dos operários de Paris e a recolocaram na posse de si mesma (TOCQUEVILLE, 1991:173).

A Revolução de 1848, bem como a de 1789 e a de 1830, faz parte de um processo contínuo de democratização política e social e, a partir daí, a análise por ele empreendida do processo revolucionário francês conecta-se com seu estudo sobre a democracia americana

e articula-se a partir de um processo amplo e irreversível, da mesma forma, aliás, como o faz Arendt, que também vê 1776 como um processo causador de transformações irreversíveis. Porque, apesar de sua nostalgia em relação aos valores aristocráticos, Tocqueville não tem ilusões: a revolução, para ele, como acentua Hobsbawm, marca uma ruptura sem retorno com o passado (HOBBSBWM, 1996:45).

Para Tocqueville, revoluções não são feitas por miseráveis, e ele, assim como Arendt, busca desconectar as origens do processo revolucionário de carências materiais imediatas. A Revolução Francesa, por exemplo, não ocorreu em países onde o campesinato estava mergulhado na miséria como a Polônia ou a Rússia, mas na França, onde eles já eram, majoritariamente, proprietários livres (TOCQUEVILLE, 1982:72). Criou-se uma situação contraditória onde a prosperidade criada pelo antigo regime tornou-se o fator de sua ruína.

Mas foi o contraste entre a relativa prosperidade e liberdade dos camponeses franceses e a permanência de entraves feudais que os tornou especialmente odiosos e insustentáveis na França, enquanto em outros países eles faziam parte natural da paisagem. Tomo como exemplo uma comparação feita pelo autor: *Entre as peças que tive sob os olhos não vi uma só que divulgasse a prisão de burgueses pela ordem de um intendente, mas os camponeses são presos sem cessar, por ocasião da corvêia, da milícia, da mendicância, da polícia e em mil outras circunstâncias* (TOCQUEVILLE, 1982:137). Tocqueville chega, então, à uma conclusão descrita nestes moldes por Schaff:

Assim, segundo Tocqueville, se havia tendência para se desenvolver um movimento dirigido contra o feudalismo nessa época e em toda a Europa, este movimento era na França tanto mais forte quanto o desenvolvimento econômico do país e a extensão das liberdades tornavam mais sensíveis os entraves e as obrigações ligadas aos remanescentes do sistema feudal (SCHAFF, 1983:34).

A ação revolucionária é, também, uma ação discursiva e é precedida pelo discurso: esfera à qual Tocqueville, assim como Arendt, que vê a política como a esfera do discurso e do debate, dá importância primordial. Segundo Bollème

Tocqueville assiste à chegada da Revolução, vê-a engendrada, de certa forma, pela literatura... O universo político francês, todas as classes da sociedade francesa tornaram-se o campo da literatura, e é uma política literária, um espírito literário que, aos seus olhos, abriram o espaço revolucionário (BOLLÈME, 1988:145).

O que Tocqueville - e também Marx - almejam, enfim, é um governo sem retórica e sem representações, onde o discurso político torne-se transparente (RIBEIRO, 1996:322). Em ambos, portanto, temos, a crítica à representação política, vista como pouco mais que uma farsa que visa escamotear interesses concretos, enquanto Arendt dá relativamente pouca importância à articulação entre esfera política e interesses sócio-econômicos que a sustentem, preferindo-a descrevê-la como terreno da liberdade discursiva, não da representação de interesses econômicos; fazendo a apologia de sua dignidade, para usar uma expressão da autora.

1848: A REVOLUÇÃO

Resta, ainda, uma questão: como contrastar a análise da revolução feita por Arendt com um processo revolucionário específico; no caso, a revolução de 1848? Agulhon menciona o que chama de *comoventes sucatas* herdadas de 1789, e que teimam em permanecer na paisagem de 1848, exatamente para negar a possibilidade de uma continuidade entre ambas as revoluções, embora as seitas blanquistas tenham criado um programa político que pretendia-se herdeiro da violência revolucionária de 1789 ou, mais precisamente, de 1791 (AGULHON, 1988:540).

Por outro lado, movimentos e sentimentos surgidos em 1789 reestruturaram-se com certa semelhança em 1848. Por exemplo, o grande medo de uma insurreição camponesa ocorrido em 1789 e estudado de forma clássica por Lefebvre ressurgiu em 1848 pelas províncias francesas, a ponto de o próprio Lefebvre acentuar: *Ainda uma vez, acreditar-se-ia estar em 1789* (LEFEBVRE, 1979:63).

Mas é fundamental situarmos a especificidade de diferentes processos revolucionários. As revoluções de 1848 surgiram no contexto de uma crise internacional. Como lembra Harvey, *a depressão que assolou a Inglaterra em 1846-1847 e que engolfou rapidamente tudo o que era então o mundo capitalista pode ser considerado com justiça a primeira crise patente de superacumulação capitalista* (HARVEY, 1989:237).

E como acentua Hobsbawm, descrevendo os efeitos da crise:

As colheitas - e em especial a safra de batatas - fracassaram. Populações inteiras como as da Irlanda, e até certo ponto também as da Silésia e Flandres, morriam de fome. Os preços dos gêneros alimentícios subiam. A depressão industrial multiplicava o desemprego, e as massas urbanas de trabalhadores pobres eram privadas de seus

modestos rendimentos no exato momento em que o custo de vida atingia proporções gigantescas (HOBSBAWM, 1981:331).

A revolução de 1848 nasceu, portanto, do sofrimento e da necessidade e estes não são, segundo Arendt, os caminhos adequados para a criação de instituições livres. Criou-se uma combinação que revelou-se explosiva entre crise política e uma profunda recessão econômica motivada, entre outros fatores, por acentuado desemprego, alta de preços, queda prolongada do poder aquisitivo do trabalhador, e por anos de más colheitas em uma sociedade ainda fortemente rural, em contexto, aliás, análogo a 1789, que presenciou o declínio geral da agricultura e más colheitas nos anos imediatamente anteriores à revolução, mesmo período em que o desemprego e o custo de vida sofreram uma forte curva ascendente (RUDÉ, 1988:360).

Além dos tradicionais problemas políticos ligados às más colheitas atuou como fator revolucionário ou, pelo menos, de distúrbios no meio rural, a inserção da agricultura no sistema capitalista, o que levou à erosão de costumes e direitos tradicionais no meio rural e vistos como tais pelo camponês. De fato, foram os setores do campesinato mais ligados à produção em larga escala para o mercado que atuaram ao processo revolucionário. Tal ligação acentuou o envolvimento destes setores com as questões nacionais, ao mesmo tempo que eles já não contavam com o amparo da tradição (GALLIE, 1982:154-6).

Buscaram-se soluções: a esquerda busca reagir à crise econômica propondo medidas como a estatização das ferrovias e do sistema financeiro, bem como a abertura de linhas de crédito para cooperativas de operários e camponeses (LOUBÈRE, 1968:1030).

Mas o regime perdera legitimidade precisamente a partir de seu percurso: partira de origens revolucionárias, nascera das jornadas gloriosas de 1830 e chegara ao conservadorismo de Guizot, um ministro cada vez mais ligado aos legitimistas. E mesmo seus adeptos apoiavam-no muito mais por temor a mudanças e amor a alguns privilégios que por uma questão propriamente de princípios. A perda de legitimidade funcionou, então, como sinal verde para reivindicações que - reprimidas por um regime sem autoridade capaz de justificar o uso da violência - enveredaram quase naturalmente para a via revolucionária; a relação proposta por Arendt entre perda de legitimidade, eclosão do processo revolucionário e perda da capacidade de uso da violência por parte das elites dominantes é reproduzida, aqui, de forma clássica.

E quem foi o revolucionário? Partindo de documentação referente ao período, Traugot descreve

o insurgente médio como um homem de 35 anos, casado, originário da província, onde recebeu uma instrução rudimentar e de onde saiu para trabalhar como artesão em Paris (TRAUGOT, 1988:644).

As revoluções de 1848 - e não apenas a francesa - seguiram um padrão razoavelmente homogêneo no qual uma aliança entre liberais e socialistas, trabalhadores e setores da classe média e da pequena burguesia é dissolvida à medida em que liberais mais ou menos moderados assustam-se com as consequências potencialmente revolucionárias da aliança e trocam de lado, aliando-se aos conservadores para combater os trabalhadores engajados na revolução. Estes aliam um progressivo isolamento a uma crescente radicalização que deriva para combates de rua, nos quais tombam vítimas de massacres mais ou menos ferozes. Em uma segunda etapa, contudo, são os próprios liberais que terminam isolados perante os conservadores e representantes dos antigos regimes que - à exceção da França - terminam sendo restaurados (e mesmo na França a República termina tendo uma existência notavelmente efêmera).

Mas em seu percurso, ainda, a revolução criou direitos que podem ser listados a partir das sucessivas anistias a presos formuladas a partir de fevereiro. Já em 29 de fevereiro são anuladas todas as condenações para delitos políticos e atividades de imprensa. Em 7 de março são soltos os militares presos por delitos militares. Em 10 de março a anistia refere-se aos detidos por atividades relativas ao livre exercício de culto. Em 12 de março são libertados os detidos por dívidas civis ou comerciais. E em 20 de março são soltos os operários detidos devido à greve de 1845. Mas permanecem na prisão os detidos por crimes e delitos contra a pessoa e a propriedade (PERROT, 1988:302). A criação de direitos determina, assim, os seus limites.

A revolução teve suas origens - a centelha que a detonou - em uma campanha que visava reformas, e em momento algum propunha objetivos revolucionários e, neste sentido, Neumann salienta o caráter apolítico das idéias de Blanc e Blanqui, preocupados com reformas trabalhistas, enquanto seus adversários apossavam-se do exército, da administração e das finanças. E conclui: *Luís Blanc representa assim a impropriedade de simples idéias reformistas ou da esperança de se conseguir o poder político por meio das reformas sociais* (NEUMANN, 1969:288). Blanc, diria eu, foi incapaz de compreender a dicotomia proposta por Arendt entre reforma e revolução, libertação e liberdade.

Por outro lado, velhas formas ganharam novos conteúdos que terminaram, muitas vezes, transformando-as radicalmente. Assim é que os trabalhadores,

em 1848, mantiveram as corporações já existentes no Antigo Regime, mas deram a elas um novo sentido, não apenas visando a assistência em caso de doença ou morte, mas visando uma cooperação mais ampla, simbolizada pelo princípio contido nos estatutos da Societé Typographique: *a mais completa solidariedade possível entre todas as corporações de trabalhadores*. E iniciaram uma ativa participação política, transformando cada uma, por exemplo, em comitês eleitorais por ocasião da campanha eleitoral de Abril. Criou-se, a partir daí, uma visão corporativa do socialismo, como acentua Sewell Jr., que teria ressonância no movimento operário francês posterior, e mesmo na Revolução Soviética (SEWELL JR., 1979:195-223).

A campanha de banquetes pró-reformas que durou de julho de 1847 a fevereiro de 1848 ilustra, ainda, tal dinâmica: buscava a criação de um novo sistema constitucional a partir de medidas como a ampliação do direito de voto nas eleições parlamentares (FORTESCUE, 1992:91). Buscava-se dotar o sistema de maior representatividade, e não sua transformação em um contexto revolucionário.

Se a proibição dos banquetes nos quais se reunia a oposição liberal foi o estopim para uma revolução viabilizada pelas barricadas operárias, a dissolução das Oficinas Nacionais que geravam emprego em época de crise econômica foi o estopim dos combates de junho, nos quais as barricadas foram novamente erguidas - e demolidas a ferro e sangue - pela oposição que transformara-se em governo em fevereiro..

Segundo Mayer, a baixa classe média serviu como base popular para que os liberais e democratas tomassem o poder em fevereiro, mas uniu-se a estes setores em junho para reprimir as reivindicações populares e reprimir as manifestações operárias (MAYER, 1981:98).

E foi uma repressão de números superlativos: ao final dos combates, contabilizava-se 1000 soldados e entre 5000 e 15000 insurgentes mortos, vários simplesmente assassinados após o fim dos combates, 15000 prisioneiros, dos quais 5000 enviados para a Argélia, outra quantidade permanecendo na prisão e um terceiro contingente enviado para o exílio por tempo indeterminado (GOUBERT, 1992:249); o poder operário mais uma vez não conseguira transformar-se em poder político, lembraria Arendt.

No rescaldo da repressão e da reorganização social daí resultante, o próprio local de combate foi reestruturado, visando evitar novas insurreições. Seria desnecessário mencionar os novos boulevards parisienses, mas é importante ressaltar não ter este processo se limitado a Paris. Criou-se uma nova

perspectiva política e urbanística que passou a privilegiar o combate ao inimigo interno. Desta forma, referindo-se a Viena, Schorske acentua: *A Revolução de 1848, ao mesmo tempo em que resultou num aumento das reivindicações políticas e econômicas da utilização civil da zona de defesa, também revitalizou sua importância estratégica. O inimigo em questão agora não era um invasor estrangeiro, mas um povo revolucionário* (SCHORSKE, 1988:47).

Encerrado o processo revolucionário, enfim, o discurso oficial buscou esquecer as origens populares do movimento e celebrou como data oficial da revolução o 4 de maio, dia em que se reuniram para a primeira sessão os representantes eleitos em 23 de abril, e não o 24 de fevereiro, data das barricadas populares que fizeram a revolução (AGULHON, 1991:63).

O movimento revolucionário francês funcionou como ponto de partida para movimentos análogos em outros países europeus, mas com uma dinâmica radicalmente diferente. Na Alemanha, uma "Assembléia Nacional" reuniu-se em Frankfurt e terminou oferecendo, por pequena maioria, a Coroa alemã ao rei da Prússia, que não se dignou a aceitá-la. Assim, enquanto a revolução em nações como a Alemanha e a Áustria recusou o republicanismo e manteve os reis em seus tronos, na França derivou-se imediatamente para a República. A queda do trono foi, ali, a primeira consequência da Revolução.

Ao mesmo tempo as revoluções, quando testadas nas urnas, geraram resultados inequivocamente conservadores, e nem a França escapou desta contradição. A maioria dos eleitos em pleitos realizados após a revolução ou mesmo em seu decurso eram conservadores ou apresentavam um liberalismo bastante moderado.

Exemplifica este contraste entre ímpeto revolucionário e opção conservadora a tentativa do poeta revolucionário Sandor Petofi de tentar eleger-se na Hungria. Autor de poemas que foram entoados por multidões de insurgentes, Petofi foi descrito como espião russo por nobres e sacerdotes do condado pelo qual tentou eleger-se, e escapou por pouco de ser linchado (SPERBER, 1994:144).

Desta forma, a revolução gerou um processo contra-revolucionário do qual a Prússia foi exemplo, com a emergência, posterior a 1848, de uma reação conservadora estruturada a partir de clubes políticos, comitês eleitorais e jornais políticos (WOZNIAK, 1973:393).

Balizando todo este processo, Fevereiro e Junho foram momentos antitéticos nos quais a confraternização

inicial degenerou em massacres; foram momentos nos quais os campos foram demarcados e os interesses opuseram-se com clareza, com a linguagem utilizada em um momento e outro refletindo tal transformação. Como acentua Oehler, *seria quase possível dizer: o que foi fraternidade na linguagem de fevereiro de 48 tornou-se o ódio na de junho: o alfa e ômega da insurreição, e isso mais uma vez para todos os envolvidos* (OEHLER, 1999:83).

Ao mesmo tempo, os combates de junho tiveram sua dimensão única imediatamente registrada pelos jornais europeus do período, e eles foram ora definidos e execrados como um motim, ora descritos como um massacre de trabalhadores (OEHLER, 1999:29). De uma forma ou de outra, ninguém ficou alheio.

A fraternidade transformou-se em ruptura e os diferentes setores da sociedade ganharam a irreversível consciência da especificidade e antagonismo de seus interesses. Em 1871, tal consciência já inviabilizaria qualquer tentativa de confraternização.

A Insurreição de Julho significou, assim, a perda das ilusões referentes à unidade e confraternização que embalsamaram o levante de fevereiro. Referindo-se a 1848, Sennett acentua:

Era também a primeira revolução em que questões de classe e de conflitos entre classes estavam conscientemente na cabeça daqueles que se engajavam na sublevação. O surgimento de uma consciência de classe separava 1848 da outra revolução francesa de 1830, em que as classes não estavam na cabeça daqueles que podiam estar motivados, não obstante, pelas classes (SENNETT, 1988:278).

Ao tomar o período entre fevereiro e junho de 1848 em bloco, contudo, Sennett deixa de situar o nascimento e desenvolvimento desta consciência de classe, que iria se manifestar de forma sangrenta precisamente em junho.

Finalmente, um ano depois destes acontecimentos, setores que assistiram passivamente ou apoiaram o massacre dos operários parisienses tentaram obter o apoio destes mesmos operários na vã tentativa de impedirem a constituição de ser desrespeitada pelo novo regime, que insistia em invadir Roma em uma expedição que violava o espírito constitucional, tentativa que, evidentemente, caiu no vazio e levou a então oposição ao exílio. Desmoralizada a República, rasgada a constituição, abria-se o caminho para a aventura imperial de Luís Napoleão.

Quando este tomou o poder, em 3 de dezembro de 1851, o massacre que ocorrera nos bairros operários em junho de 1848 repetiu-se nos boulevards da burguesia

parisiense, com as tropas fuzilando curiosos desarmados que postavam-se nas varandas e janelas e hostilizavam-nas verbalmente. Pela primeira vez, o regime utilizou contra a burguesia as armas que eram habitualmente utilizadas contra os operários.

E registrou-se, finalmente, o último capítulo da resistência e da república, que foi a resistência das províncias ao golpe de Luís Napoleão. Até então passivas, ou adotando um papel eminentemente anti-revolucionário em junho de 1848, as províncias organizaram a última e descoordenada resistência que- ao ser vencida em poucos dias- permitiu que o Império fosse restaurado sem nenhuma oposição efetiva.

Buscando as causas do levante camponês de 1851, Rudé afirma: *Isso era compreensível, tendo em vista o profundo ressentimento dos camponeses pela criação, pelo governo provisório, do "imposto dos 45 centímetros", destinado a financiar benefícios sociais, e que pareceu aos camponeses uma subvenção a Paris feita às suas expensas* (RUDÉ, 1982:114).

1848 representou, segundo Castel, uma ruptura entre o ideal republicano e a democracia social. A partir dali, o sufrágio universal já não se traduziu em democracia social- uma dicotomia que Arendt não leva em conta-, o que o Manifesto das Sociedades secretas publicado no período expôs com meridiana clareza, quando afirmou:

Uma dupla missão era-nos imposta: o estabelecimento da forma republicana e a fundação de uma nova ordem social. Assim, no dia 24 de fevereiro, conquistamos a República; a questão política está resolvida. O que queremos, agora, é a solução da questão social, é o remédio imediato aos sofrimentos dos trabalhadores, é, enfim, a aplicação dos princípios contidos em nossa Declaração dos Direitos do Homem (CASTEL, 1998:350).

Para melhor entendermos, finalmente, a peculiaridade da Revolução de 1848 na França, podemos contrastá-la com a sua eclosão na Alemanha e na Europa Central. Na Europa Central, 1848 nasceu de um conjunto de reivindicações camponesas pelo fim da servidão, movimentos operários por melhores salários e condições de trabalho, conflitos entre membros das elites políticas e diferentes reivindicações nacionalistas que terminaram por agitar um caldeirão de nacionalidades justapostas e insatisfeitas (MACEK & MANDROU, 1984:307).

Já na Alemanha, ocorreram uma série de revoltas localizadas que levaram à tentativa de criação de uma nação alemã a partir da criação do Parlamento de Frankfurt. Ali, o rei prussiano conseguiu dissolver o

parlamento, eliminar a Constituição e dissolver todos os focos de resistência, selando o fracasso do movimento revolucionário. Ali, o exército não foi enfraquecido como instrumento da reação e a nobreza permaneceu como uma força politicamente atuante, socialmente estruturada e potencialmente contra-revolucionário. Iria tornar-se a base social da unificação alemã sob Bismarck (SKOPCOL, s.d.:157-160). E mesmo a luta pela reunificação terminou por se transformar em um substituto para as aspirações fracassadas de 1848. Engajando-se nela, a burguesia aceitou o autoritarismo monárquico e a segurança por ele oferecida (DRONBERG, 1971:72).

Seaman define como um dos fatores do fracasso revolucionário a capacidade de resistência dos antigos regimes. Depostos com facilidade, desmoronando como um castelo de cartas, estes regimes conseguiram, contudo, reestruturarem-se, ao mesmo tempo que os revolucionários viam-se isolados (SEAMAN, 1977:53). Não era possível, no caso, falarmos da ruína moral e financeira que viabilizou, por exemplo, a revolução de 1917.

1848 significou, por outro lado, uma unificação do espaço europeu a partir não mais de interesses dinásticos e expansões imperiais, mas sim a partir de reivindicações e movimentos populares. Criou-se um internacionalismo inédito que fez, por exemplo, com que a causa polonesa encontrasse uma ressonância decisiva no contexto da revolução francesa.

A existência de uma grande quantidade de refugiados políticos e imigrantes em Paris contribuiu para que tal ressonância fosse viabilizada, mas é importante, ao mesmo tempo, pensar 1848 como um momento de consolidação do nacionalismo como ideologia política. Criou-se um imperativo geográfico no qual tradições, hábitos e ritos foram conectados a um território específico (SENNETT, 1996:177-9). Ao mesmo tempo, tais reivindicações articularam-se, pela primeira vez, em um movimento internacional.

As revoluções de 1848 inauguraram o mito da revolução mundial: pela primeira e última vez um processo revolucionário estendeu-se quase simultaneamente por vários países europeus fazendo os antigos regimes desmoronarem e obtendo repercussão em locais tão remotos como, por exemplo, Pernambuco. Isto porque, como lembra Hobsbawm, *a revolução de 1848 na Europa foi a única a afetar tanto as partes "desenvolvidas" quanto as atrasadas do continente. Foi, ao mesmo tempo, a mais ampla e a menos bem-sucedida revolução desse tipo* (HOBSBAWM, 1977:29). E isto porque, como conclui o autor, *1848 aparece como a revolução da moderna história da Europa que combina a maior*

promessa, a mais ampla extensão, o maior sucesso inicial com o mais rápido e retumbante fracasso (HOBSBAWM, 1977:34).

Sendo a Revolução Francesa de 1789 a revolução burguesa por definição, ela apenas permitiria como sucessora válida, na perspectiva marxista, a revolução proletária, e qualquer nova revolução burguesa somente seria possível como farsa (FURET, 1989:85). Daí, segundo Marx, o caráter burlesco assumido pela Revolução de 1848. Qualquer outra revolução subsequente a 1789 deveria afirmar-se não a partir dos mecanismos políticos instituídos pela burguesia, e sim através da ditadura do proletariado. E nem a Insurreição de Junho ganhou contornos trágicos em um contexto de farsa, embora ali a história tenha sido tomada a sério por quem dela participou, e o sangue ali derramado também tenha sido real.

Já 1871 situa-se, digamos, adequadamente, no roteiro histórico marxista, e daí a observação de Engels em sua introdução à **Guerra civil na França**, escrita em 1891: *Ultimamente, as palavras "ditadura do proletariado" voltaram a despertar sagrado terror ao filisteu social-democrata. Pois bem, senhores, quereis saber que face tem essa ditadura? Olhai para a Comuna de Paris: eis aí a ditadura do proletariado* (ENGELS, s.d.: vol. II. 51).

E o império de Luís Bonaparte é visto por Marx como a conclusão natural da farsa: o momento em que a burguesia é aparentemente destronada por um salvador da pátria apenas para manter sua hegemonia social e econômica. Fazendo uma analogia que implica em um salto continental e em um salto temporal de 150 anos, é como se a burguesia brasileira precisasse eleger um líder alheio a suas hostes como Lula para conseguir manter sua hegemonia.

Todo o processo e a análise que dele Marx empreendeu tem, finalmente, consequências fundamentais em seu pensamento político: a partir do momento em que a ruptura se deu, a democracia social passou a ser identificada com o comunismo, e a democracia burguesa passou a ser vista pela esquerda apenas como o instrumento de dominação da burguesia (tanto Arendt como Marx demonstram inequívoco desprezo pela política partidária). Antes de 1848 ainda era possível a adoção de um discurso em comum por parte de burgueses e revolucionários, todos contra os monarcas, os privilégios e os aristocratas. A partir desta data, isto já não seria possível. Os revolucionários passaram a denunciar a democracia burguesa como uma farsa, e a burguesia passou a brandir o espantinho da ameaça comunista. Daí, como acentua Carr, Marx extraiu as conclusões que o levaram a criar o conceito de ditadura do proletariado (CARR, 1970:48).

Mesmo derrotadas, finalmente, as revoluções de 1848 determinaram uma mudança decisiva no contexto sócio-político. A partir dali, o jogo político já não seria uma negociação entre interesses dinásticos apoiados pelo direito divino e pela absoluta exclusão da população como um todo da cena política. Como acentua Hobsbawm, *as revoluções de 1848 deixaram claro que a classe média, o liberalismo, a democracia política, o nacionalismo e mesmo as classes trabalhadoras eram, daquele momento em diante, presenças permanentes no panorama político* (HOBSBAWM, 1977:50). Não é exagero concluirmos, portanto, que a política contemporânea tem suas raízes naquela sucessão de revoluções e derrotas.

CONCLUSÃO

Como articular, então, a análise feita por Arendt do processo revolucionário e as revoluções de 1848? Em termos bastante sucintos, três aspectos básicos podem ser salientados:

- 1 - A questão da perda da representatividade, tão importante para Arendt, é central na eclosão das revoluções de 1848;
- 2 - Por outro lado, a autora negligencia fatores econômicos que estão no cerne da eclosão daquele movimento revolucionário;
- 3 - E, finalmente, o fracasso de tais movimentos dificilmente seria visto como fracasso por ela: as transformações nascidas em 1848 transformaram-se em fonte de direitos que passaram a ser vistos como irreversíveis. Mesmo os reis tiveram, a partir daí, de justificar seu poder, e este poder terminou sendo injustificável. Neste sentido, a política contemporânea encontra, em 1848, suas raízes. E derrotas políticas, para a autora, são, também, promessas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGULHON, Maurice. 1988. **A propos de "Néobobespierrisme": Quelques visages de "Jacobins" sous Louis-Phillipe** in FURET, François & OZOUF, Mona (Ed.) *The political culture of the French revolution. Vol. III* - Oxford - Pergamon Books.
- _____. 1991. **1848, o aprendizado da República** - Rio de Janeiro - Paz e Terra.

- ARENDDT, Hannah. 1972. **Entre o passado e o futuro** - São Paulo - Perspectiva.
- _____. 1981. **A condição humana** - Rio de Janeiro/São Paulo - Forense/Salamandra - EDUSP.
- _____. 1983. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal** - São Paulo - Diagrama & Texto.
- _____. 1985. **Da violência** - Brasília - Editora da UNB.
- _____. 1987. **Homens em tempos sombrios** - São Paulo - Companhia das Letras.
- _____. 1988. **Da revolução** - São Paulo - Ática.
- _____. 1990. **Origens do totalitarismo** - São Paulo - Companhia das Letras.
- _____. 1993. **A dignidade da política: ensaios e conferências** - Rio de Janeiro - Relume-Dumará.
- _____. 1999a. **Crises da República** - São Paulo - Perspectiva.
- _____. 1999b. **O que é política?** - Rio de Janeiro - Bertrand Brasil.
- _____. 2000. **A vida do espírito: o querer, o pensar, o julgar** - Rio de Janeiro - Relume-Dumará.
- BOLLÈME, Geneviève. 1988. **O povo por escrito** - São Paulo - Martins Fontes.
- BRIGHTMAN, Carol (Org.). 1995. **Entre amigas: correspondência entre Hannah Arendt e Mary McCarthy** - Rio de Janeiro - Relume-Dumará
- CANOVAN, Margaret. 1994. **Hannah Arendt: a reinterpretation of her political thought** - Cambridge - Cambridge University Press
- CARR, E.H.. 1970. **Estudios sobre la revolución** - Madrid - Alianza.
- CASTEL, Robert. 1998. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário** - Petrópolis - Vozes
- DRONBERG, Ilse. 1971. **The political thought of Max Weber: an question of statesmanship** - New York - Meredith Corporation.
- DRUCKER, Cláudia. 2001. **O destino da tradição revolucionária: auto-incompreensão ou impossibilidade teológica?** in MORAES, Eduardo Jardim de & BIGNOTTO, Newton (Org.) - **Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias** - Belo Horizonte - Editora UFMG.

- DUARTE, André. 2000. **O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt** - Rio de Janeiro - Paz e Terra.
- _____. 2001. **Hannah Arendt entre Heidegger e Benjamin** in MORAES, Eduardo Jardim de & BIGNOTTO, Newton (Org.) - **Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias** - Belo Horizonte - Editora UFMG.
- ENGELS, Friedrich. s.d.. **Introdução** in MARX, Karl & ENGELS, Friedrich - **Obras escolhidas. Vol. II** - São Paulo - Alfa-Ômega.
- FORTESCUE, William. 1992. **Revolução e contra-revolução na França, 1815-1852** - São Paulo - Martins Fontes.
- FURET, François. 1978. **Ensaio sobre a Revolução Francesa** - Lisboa - A Regra do Jogo.
- _____. 1989. **Marx e a Revolução Francesa** - Rio de Janeiro - Jorge Zahar.
- GALLIE, Duncan. 1982. **The agrarian roots of working-class radicalism: an assesment of the Mann-Giddens thesis** in *British Journal of Political Science*. Vol. 12. Part 2 - Cambridge - Cambridge University Press.
- GARCIA, Cláudio Boeiro. 2002. **Hannah Arendt: sobre as referências a Rousseau em On Revolution** in CORREIA, Adriano. (Org.). **Transpondo o abismo: Hannah Arendt entre a filosofia e a política**. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- GOUBERT, Pierre. 1992. **The course of French History** - London - Routledge.
- HARVEY, David. 1989. **A condição pós-moderna** - São Paulo - Loyola.
- HOBSBAWN, Eric. 1977. **A era do capital (1848-1875)** - Rio de Janeiro - Paz e Terra.
- _____. 1981. **A era das revoluções (1789-1848)** - Rio de Janeiro - Paz e Terra.
- _____. 1996. **Ecoss da marsehesa: dois séculos revêm a Revolução Francesa** - São Paulo - Companhia das Letras.
- KIERNAN, V. G..1995. **Imperialism and its contradiction**. London, Routledge
- LOUBÈRE, Leo A..1968. **The emergence of the extreme left in Lower Languedoc, 1848-1851: social and economic factors in politics** in *The American Historical Review*. Vol. LXXIII, Num. 4- Richmond - The MacMillan Company.
- MACEK, Josef & MANDROU, Robert. 1984. **Histoire de la Bohème des origines à 1918**. Paris. Fayard.
- MAYER, Arno J..1981. **A baixa classe média como problema histórico** in PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.) - **Trabalho escravo, economia e sociedade** - Rio de Janeiro - Paz e Terra.
- NEUMANN, Franz. 1969. **Estado democrático e Estado autoritário**. Rio de Janeiro, Zahar.
- OEHLER, Dolf.1999. **O velho mundo desce aos infernos: auto-análise da modernidade após o trauma de 1848** - São Paulo - Companhia das Letras
- PERROT, Michelle.1988. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros** - Rio de Janeiro - Paz e Terra.
- RIBEIRO, Renato Janine.1996. **O entusiasmo, o teatro e a revolução** in NOVAES, Adauto (Org.) - **Tempo e história** - São Paulo - Companhia das Letras
- RUDÉ, George.1982. **Ideologia e protesto popular** - Rio de Janeiro - Zahar
- _____. 1988. **A Europa no século XVIII: a aristocracia e o desafio burguês** - Lisboa - Gradiva.
- SCHAFF, Adam. 1983. **História e verdade** - São Paulo - Martins Fontes
- SCHORSKE, Carl.1988. **Viena fin-de-siècle: política e cultura** - São Paulo - Companhia das Letras.
- SEAMAN, L.C.B..1977. **Do Congresso de Viena ao Tratado de Versalhes**- São Paulo - Atlas.
- SENNETT, Richard.1988. **O declínio do homem público** - São Paulo - Companhia das Letras.
- _____. 1996. **The foreigner in HEELAS, Paul et alli - Detraditionalization: critical reflections on authority and identity** - Cambridge - Blackwell.
- SEWELL Jr., William. 1979. **Corporations républicaines: the revolutionary idiom of parisian workers in 1848** in *Comparative studies in history and sociology*. Vol. 21 Num. 2. Cambridge, Cambridge University Press.
- SKOCPOL Theda. s.d.. **Estados e revoluções sociais: análise comparativa da França, Rússia e China** - Lisboa - Presença.
- SPERBER, Jonathan.1994. **The european revolutions, 1848-1851** - Cambridge- Cambridge University Press.
- TOCQUEVILLE, Alexis de.1982. **O antigo regime e a revolução** - Brasília - Editora da UNB.

_____. 1991. **Lembranças de 1848** - São Paulo - Companhia das Letras.

TRAUGOT, Mark. 1988. **The crowd in the french revolution of february, 1848** in *The American Historical Review*. Vol. 93, Num. 3 - Richmond - The MacMillan Company.

WOZNIAK, John Stanley. 1973. **Hermann Wagener and the emergence of the kreizeitung: german**

conservatism and the Revolution of 1848 in *The Australian Journal of Politics and History*. Vol. XIX. Num.3 - St. Lucia - University of Queensland Press.

YOUNG-BRUHEL, Elizabeth. 1997. **Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt** - Rio de Janeiro - Relume - Dumará.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA E O ENSINO DA HISTÓRIA DE AMÉRICA. O CASO DE ESCOLAS DE CAMPINAS E SÃO PAULO (BRASIL)

THE QUALIFICATION OF HISTORY TEACHERS AND THE TEACHING OF AMERICAN HISTORY IN SCHOOLS IN THE CITIES OF CAMPINAS AND SÃO PAULO (BRAZIL)

Lilia Inés Zanotti de MEDRANO¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar parte dos resultados referentes aos estudos realizados sobre a trajetória do ensino de História da América Latina e Caribenha - como disciplina - nas escolas de ensino médio da cidade de Campinas e do Estado de São Paulo (Brasil). Para tal finalidade utilizamos documentos oficiais e institucionais e realizamos entrevistas com professores de escolas da região. Tendo detectado alguns problemas comuns que envolvem a formação do professor de História nossa contribuição foi a de percorrer o longo caminho que se inicia na universidade - a formação do professor - e se completa na prática do dia a dia, na sala de aula com a transposição e transmissão do saber histórico, apontando algumas sugestões para superar as deficiências do ensino.

Palavras-chave: ensino de história; história da América; formação do professor.

ABSTRACT

The aim of this work is to present some of the results of the studies conducted in the teaching of Latin American History and Caribbean History in secondary schools in the city of Campinas and São Paulo (Brazil). With this aim in mind, official and institutional documents were used and interviews with local teachers were conducted. Once common deficiencies in the qualification of History teachers were identified, our contribution was to give suggestions on how to overcome such weaknesses, encompassing not only the university where teachers acquire their knowledge, but also the everyday classroom practices when knowledge of History is conveyed to the students.

Key words: teaching of history; latin American history; history.

⁽¹⁾ Diretora e Professora da Faculdade de História da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - Pontifícia Universidade Católica de Campinas - SP - BRASIL.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentamos parte dos resultados referentes a estudos realizados sobre a trajetória do ensino de História da América nas escolas de nível médio da cidade de Campinas e do Estado de São Paulo (Brasil).

Pela documentação analisada - documentos oficiais e institucionais e entrevistas com professores de escolas da região - foi possível observar que o ensino da disciplina enfrenta *questões relativas à experiência pessoal do professor*, isto é, sua formação profissional, seu interesse pela atualização profissional, seu próprio conceito de história; por *questões relacionadas aos parâmetros educacionais exigidos pelo governo*, ou seja, programas e horas dedicadas ao ensino da História, entre outros, e por *questões de ordem pedagógica*: como levar à sala de aula o ensino de História da América, o que envolve diretamente questões relativas à metodologia do ensino, à disponibilidade de material didático, ao uso desse material didático, entre outros.

Por isso uma das preocupações deste trabalho é a de estudar como se realiza a articulação dos dois campos do conhecimento histórico: o da História da América e o do ensino de História da América. É uma forma de percorrer o longo caminho que se inicia na Universidade, onde tem lugar a formação do pesquisador/professor, e se completa na sala de aula, na prática do dia a dia e na transposição do conhecimento histórico.

Isto significa também penetrar no campo da construção do conhecimento histórico, o lugar que corresponde à História da América dentro desse campo, bem como conhecer a legislação oficial que condicionou o ensino de História nas escolas de ensino fundamental e médio e a formação profissional dos professores. Este percurso é necessário na medida em que ao estudar o ensino de História na universidade estaremos nos aproximando da formação do professor/pesquisador, ao mesmo tempo em que observamos esse professor em sua tarefa de fazer a transposição do conhecimento histórico em sala de aula.

Em tempos recentes, as propostas curriculares do ensino de História de América se enriqueceram em meio a uma polêmica gerada na própria Universidade brasileira, a partir de debates e discussões mais amplos que envolviam problemas relativos aos métodos, aos temas e ao tempo histórico, que caracterizaram os anos 80 quando, a própria História como disciplina passou a sentir as influências das novas metodologias e

abordagens temáticas. Questionava-se no âmbito acadêmico a história tradicional e a linearidade do tempo histórico, e trazia-se para a investigação novos recortes espaço-temporais e temáticos. Em decorrência, também o ensino nas escolas de nível fundamental e médio passou por questionamentos importantes que visavam delimitar os conteúdos, os métodos e o papel do professor na construção do conhecimento histórico.

Desde então, até hoje, foram colhidos frutos positivos uma vez que a preocupação com a articulação entre o saber acadêmico e a prática do professor visa a construção dos currículos escolares mais adaptados à realidade social e política do Brasil e do continente. Porém, este fator, mesmo considerado positivo, não resolve todos os problemas que enfrenta a História da América como disciplina.

O que dizem as entrevistas com os professores

As entrevistas realizadas com professores das redes de ensino particular e pública da cidade de Campinas permitem-nos extrair dados interessantes². Estas entrevistas tiveram a função de detectar como o ensino da História da América chega às escolas, tanto particulares como públicas e ao aluno do ensino médio. Nas respostas podemos observar que a questão do ensino de História da América passa por questões didático-pedagógicas: os professores sentem dificuldades com a metodologia de ensino-aprendizado da disciplina; por questões relativas à experiência profissional, quando muitas vezes desconhecem o conteúdo a ser ensinado, não estão atualizados; e por questões relacionadas aos parâmetros educacionais exigidos pelo governo, que em muitas oportunidades restringiram o estudo da História do continente a uma questão político-ideológica.

Uma primeira questão observada é que a maioria dos docentes tem dificuldade em articular os dois campos do conhecimento: por um lado o da História e por outro o do ensino de História, no qual se insere a História da América, como campo de conhecimento e o do ensino de História da América. Ou seja, a dificuldade se coloca em *como ensinar História da América e como levar à sala de aula o saber histórico e muito particularmente o do nosso continente*.

Esta questão está intimamente vinculada à *formação de professor* e o seu interesse pessoal pela atualização tanto na área específica do conhecimento

⁽²⁾ Parte dos resultados destas entrevistas foram apresentados na comunicação: "O ensino de História da América: o caso das escolas de Campinas", no X Encontro de ANPHLAC, Belo Horizonte, julho/02.

histórico como na pedagógica, entendendo que ambas se complementam, se interpenetram, mas não devem ser confundidas, são áreas diferenciadas. É muito comum, por exemplo, que as escolas procurem o aperfeiçoamento dos seus professores mediante um maior conhecimento das técnicas de ensino e dos novos paradigmas para a área de educação, todavia, deixam de atender as necessidades de atualização do ensino de História, como disciplina, no qual caberia também, o ensino de História da América. Neste sentido, os professores mostraram sua dificuldade em *como* fazer a transposição do conhecimento histórico em sala de aula. e, nós acrescentamos, o ensino de História da América também.

Outro aspecto a considerar que se desprende das entrevistas são os limites impostos pelos programas e pelos parâmetros educacionais. Os professores da rede particular de ensino deixaram muito claro que a História da América não é uma exigência do currículo, e por esse motivo fica como uma opção para o professor. Além disto o tempo destinado à história é relativamente curto obrigando ao professor a fazer suas próprias escolhas temáticas deixando, geralmente, a História da América como última opção.

Existe um outro fator que se agrega às questões já assinaladas: o Vestibular ou Processo Seletivo pelo qual devem passar os alunos para ingressar na Universidade. Pelo que se observa nas entrevistas, esta questão é muito mais séria nas escolas particulares, uma vez que devem “dar conta” de um determinado conteúdo para entrar nas universidades. Desta forma, o material didático está também preparado para atender a essas exigências. Se a História da América não é importante no vestibular, o colégio não estimula o estudo de temas relacionados com a história do continente.

Outra questão importante é relativa ao aspecto didático-pedagógico: como ensinar História da América, qual é o material didático disponível sobre esta disciplina. A maioria dos professores utiliza, por escolha própria, livros, textos, jornais, livros para-didáticos, etc ou então apostilas, como é o caso de algumas escolas particulares. Porém, a maioria assinalou a falta de material tanto para atualização do professor como para a sala de aula, de livros e material didático relativos à História da América.

Procurando respostas para os problemas apontados e acompanhando a longa e descontínua trajetória do ensino de História e, em particular, da História da América, no currículo das universidades

brasileiras podemos detectar um conjunto de elementos que condiciona - ao nosso ver - a formação do professor. Por isso, para compreender esses aspectos devemos avaliar de que maneira a legislação oficial, os embates teóricos e metodológicos da produção historiográfica internacional e brasileira e a sua incorporação à grade curricular dos cursos de História tiveram maior ou menor influência nas universidades brasileiras e como estes influenciaram na organização curricular dos cursos de História (e da História da América), assim como, a questão político-ideológica condicionou a legislação em matéria de ensino médio.

A formação profissional e a legislação oficial

A primeira lei sobre instrução do Estado brasileiro remonta ao Decreto para criação das Escolas de Primeiras Letras, de 1827, quando o governo imperial regulamentou o ensino no país. Neste sentido, os professores deviam dar maior ênfase à gramática, às matemáticas, à religião e menos à História do Brasil. Havia também uma íntima relação entre a história e a moral cristã, que legitimava a aliança Estado e Igreja³.

A História, como disciplina nas escolas apareceu em 1837, tendo como eixo do currículo, a História Universal. Só em 1855 a História do Brasil foi introduzida nas escolas elementares sob a regência de Araújo Lima⁴. Porém, a criação do Colégio Pedro II, em 1837, o primeiro colégio de ensino médio do país destinado à elite, e a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, também em 1837 foram determinantes para apontar os caminhos da História do Brasil como suporte na construção da história nacional, uma vez que passou a integrar os programas das escolas elementares.

Em 1870 as novas reformulações introduzidas nos currículos escolares estavam inspiradas, ao contrário das épocas anteriores, num ensino laico, que reafirmava a separação da Igreja do Estado. Por outro lado, no advento da República e com as transformações políticas e econômico-sociais pelas quais passava o país, a educação passou a ser considerada o agente mais importante na construção de uma ideologia nacionalista, que visava acompanhar esse processo transformador. Foi nesse contexto que a história passou a exercer um papel “civilizatório e patriótico”⁵ e o Estado, a se constituir no principal agente condutor da sociedade brasileira à modernidade.

(3) PARÂMETROS Curriculares Nacionais. História - Geografia, Brasília, 1997, p. 19.

(4) ABUD, Kátia. Currículo de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: **O Saber Histórico em sala de aula**. Circe Bittencourt (org.), 5ª ed., São Paulo, Contexto, p. 29.

(5) PARÂMETROS Curriculares Nacionais, História - Geografia, Brasília, op. cit., p. 22.

O fortalecimento do Estado como agente transformador desse processo, foi evidente na Reforma de Francisco de Campos, em 1930, ao exercer um importante papel na consolidação de uma proposta de ensino de História onde o Estado passava a controlar o ensino em todo o país. Nesse contexto, a formação dos professores foi direcionada a acompanhar as novas propostas educacionais e programas oficiais bem como os novos métodos de ensino que propunham aulas mais dinâmicas e com a participação ativa dos alunos.

Assinala Circe Bittencourt⁶ que o ensino de História de América foi introduzido nos programas de ensino médio em 1931, também por ocasião das Reformas de Francisco de Campos. Nessa época o campo educacional era também cenário de discussões importantes. A centralização da educação pelo Estado tinha gerado defensores e detratores. De um lado estavam os defensores de uma educação centralizada no Estado e voltada para formar o cidadão capaz de contribuir para a inserção do país na modernidade seguindo como inspiração o modelo americano, do outro lado estava a Igreja Católica, que, com sua larga experiência no ensino, queria manter sua presença ao lado da educação dos jovens e dentro dos valores cristãos, evitando o caminho para o ensino laico.

Com a criação do Ministério de Educação e com a regulamentação na Constituição de 1934 de todos os níveis de ensino, a educação passou a ser vista como um instrumento de democratização no país, que permitiria a integração de todos os grupos sociais.

Em 1942, o então Ministro de Educação, Gustavo Capanema, também reconhecia a importância do ensino secundário dentro dessa nova finalidade ao oferecer uma formação geral e preparar para o ingresso no ensino superior. Este, por sua vez, passava também por importantes reformas com a criação das primeiras universidades e a criação da Universidade de São Paulo, em 1934⁷. Estas medidas visavam à formação das futuras elites políticas do país reforçadas pelo ensino pago que, naturalmente, selecionava o ingresso ao ensino de nível médio, ginasial e secundário. Todavia, também atendia as reivindicações dos docentes que desde a década anterior pediam pela normalização do ensino superior. Também, em 1942, estabeleceu algumas reformas que reduziram a participação da área de Humanidades, nos

conteúdos curriculares, correspondendo um 22,0% aos Estudos Sociais e 34,3% à Comunicação e Expressão, entre outras.

Dentro desse contexto é que deverão ser compreendidos os conteúdos programáticos relativos à disciplina de história e sua alocação na grade curricular. Em decorrência de uma visão de história centrada numa concepção linear do tempo histórico, positivista e cujas raízes estavam na civilização ocidental, a História do Brasil e a História da América eram consideradas como um apêndice da História da Europa. Isto levava atrelado um problema: o conteúdo dos programas era muito extenso e difícil de ser completado. Isto afetava as disciplinas de História do Brasil e História da América que dificilmente chegavam a ser abordadas pelo professor.

Todavia, devemos salientar que o programa do curso fundamental de 1931 colocava o ensino de História da América, junto à história do Brasil, isto é, considerando o Brasil como parte do território americano⁸. O que chama a atenção também é o fato de dar ênfase à formação do povo americano, mestiço em sua maioria e às grandes civilizações astecas, incas e maias, valorizando o elemento nativo do continente. Esta proposta durou pouco tempo e, em 1942, a História do Brasil e a História da Civilização ficaram com a carga horária diferente e separada. A História da América passou a ser ensinada a partir do “descobrimento” dentro de uma visão européia, isto é, como consequência da expansão européia.

Entretanto, buscava-se explicar a história do povo latino-americano por seus traços raciais, hábitos e costumes e o meio natural, clima que serviu para justificar a índole do povo deste continente como “preguiçoso”, “sensual e malicioso”, “indolente”⁹. Esta interpretação culturalista distorcia as verdadeiras características das sociedades deste continente onde as desigualdades sociais e a marginalização social dos grupos étnicos - índios, mestiços e negros - foi cristalizada nos programas de ensino e nos livros didáticos. Nas universidades esse pensamento prevaleceu na historiografia até as décadas de 20 e 30, quando começou a ser contestado por Manuel Bomfim, entre outros.

O período de 1946 a 1964 assinala uma fase de democratização da educação no bojo das mudanças

⁶ BITTENCOURT, Circe. Apostila para o Curso: América Latina: Educação, Ciência e Universidade, Fundação para o desenvolvimento da Educação, FE/USP, 25 a 29 de maio de 1992, p.2-3 (mimeo.).

⁷ Estatutos das Universidades Brasileiras, Decreto Nº 19851, de 14 de abril de 1931.

⁸ Holanda, Guy de, Um quarto de século de programas e compêndios de história para o ensino secundário brasileiro, 1931-1956, Rio de Janeiro, INEP-MEC, 1957, apêndice.

⁹ BEIRED, J. L., GERAB, K., RESENDE, M. A. C. Os problemas do ensino de História da América. In: Mesa Redonda: Perspectivas do Ensino de História no Brasil, FE/USP, 1983, p. 216.

estabelecidas pela Constituição de 1946 que estabeleceu “o ensino ministrado pelos poderes públicos” e manteve o ensino religioso obrigatório, de acordo com a confissão religiosa dos alunos. Mesmo assim, vigorou a legislação educacional do Estado Novo, até que, em 1961 teve início a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A partir da Segunda Guerra Mundial, as mudanças no contexto internacional de forma direta ou indireta influenciaram no ensino da história. Particularmente no Brasil, o crescimento da indústria e da urbanização se acelerou e, a necessidade de aumentar a disponibilidade de mão-de-obra especializada, levou a um processo de re-direcionamento da política educacional, agora voltada para a formação técnica especializada dessa mão-de-obra.

A esta altura, é importante ressaltar que até 1950/1960 a formação de professores era a de dupla licenciatura em História e Geografia e mais tarde em História, Pedagogia e Ciências Sociais¹⁰. O quadro docente também era heterogêneo uma vez que o exercício da docência incluía leigos e profissionais liberais, especialmente formados em Direito. Essa foi uma característica do quadro de professores que se prolongou até a década de setenta. Essa característica foi reforçada pela tendência a substituir História e Geografia por Estudos Sociais.

A História de América, desde 1951 passava a ser uma disciplina do segundo grau. A fundamentação desta significativa mudança deve ser localizada na política de “boa vizinhança” do presidente norte-americano Roosevelt e do pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), criada em 1949 pela Organização de Estados Americanos (OEA).

Efetivamente, nessa época constataram-se os limites do modelo de desenvolvimento econômico para a América Latina. A CEPAL tinha sido fundada em 1949 com o objetivo de estudar novos caminhos para o desenvolvimento econômico do continente. Este seria alcançado com a industrialização, acabando com a pobreza e a miséria em que se encontravam, ou seja, com o subdesenvolvimento. O novo modelo econômico deu alguns frutos positivos na medida em que se intensificou a industrialização, todavia, levou a uma maior concentração de renda e à continuação das mazelas sociais.

Também, assinalam Beired, Gerab e outros que “a interpretação cepalina não acabou com as interpretações dualistas sobre a América Latina - atraso/progresso; subdesenvolvimento/desenvolvimento; agricultura/indústria, etc - e sim, pelo contrário, reforçou-as”.¹¹

A interpretação da CEPAL foi rapidamente incorporada aos debates no âmbito universitário, assim como mais tarde, as críticas ao modelo deram lugar à Teoria da Dependência, cujos inspiradores, Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso, sem romper com as colocações da CEPAL, confirmam que a “História da América Latina é uma sucessão de situações de dependência: dependência colonial; dependência primário-exportadora; dependência tecnológico-financeira”.¹²

Estas novas abordagens foram um marco na historiografia latino-americana que passaram a dar uma conotação econômica aos estudos históricos em contraste com o enfoque culturalista das décadas passadas. Historiadores, economistas e sociólogos trabalhavam orientados por esta nova visão do continente. Suas interpretações também influenciaram fortemente os livros didáticos que passaram uma imagem da história da América Latina cristalizada no fator da dependência e entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento levando a uma simplificação e ao desconhecimento das especificidades nacionais e regionais. Conseqüentemente, o livro didático incorporou o lado negativo: à medida que a historiografia se renovava, a escola cristalizava o saber histórico, mostrando o distanciamento entre o ensino e a universidade.

A década de sessenta, marcada pelos movimentos sociais e a influência da revolução socialista cubana, teve reflexos no ensino da história em geral. No Brasil, como no resto do continente, as tentativas conservadoras de neutralizar a influência do pensamento socialista levaram à instauração da ditadura militar. Nessa época, com a criação de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, veio também a abolição dos estudos de História da América Latina que passou a ser considerado um tema “subversivo” pelos técnicos do MEC¹³.

Neste contexto, num processo de “americanização” da vida no Brasil, foram introduzidas a História dos Estados Unidos e a História da América com ênfase em

⁽¹⁰⁾ FONSECA, Selva Guimarães. A formação do professor de História do Brasil. In: 2º Encontro. ANAIS. Perspectivas do Ensino de História, São Paulo, FEUSP/CNPq, BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.), 1997, p. 102.

⁽¹¹⁾ BEIRED, J. L., GERAB, K., RESENDE, M. A. C. Os problemas do ensino de História da América. In: Mesa Redonda: **Perspectivas do Ensino de História no Brasil**, op. cit. pp. 217.

⁽¹²⁾ Ibid., p. 218.

⁽¹³⁾ BITTENCOURT, Circe, op. cit., p. 5.

uma abordagem econômica do Brasil e do continente. Também os estudos marxistas começam a ter espaço nos currículos da escola de ensino médio sob a influência da interpretação marxista da história, ao nível internacional, bem como da Nova História, que ia ganhando espaço na historiografia.

Durante o período militar, a partir de 64 as Ciências Humanas passaram a ser desvalorizadas, particularmente nas Universidades. Foi assim que, em 1971, em pleno regime militar, foram criadas as Licenciaturas curtas em Estudos Sociais com um conteúdo curricular onde a História perdia seu caráter científico. Neste sentido, é necessário reconhecer, as Universidades particulares tiveram sua expansão com base nessas licenciaturas curtas contribuindo para a desqualificação do profissional de História.

Os avanços populares anteriores a 1964 foram contidos e a área da educação perdeu também parte de suas conquistas ao ficar sob o controle do SNI, Serviço Nacional de Informações. Os movimentos estudantis foram controlados e toda a sociedade foi submetida ao AI-5 em 1968. Também dessa época é a Reforma Universitária que extinguiu a cátedra e criou os Departamentos, pela Lei No. 5692, de 11 de agosto de 1971, que reformou o ensino de primeiro e segundo graus, nesse mesmo ano e instituiu o vestibular para ingressar à Universidade.

Todavia, no final da década de 70, com a crise da ditadura militar no Brasil, e em meio a uma polêmica sobre a necessidade de preservar um espaço para a Geografia e a História no 1o. grau reaparecia, em 1979, nos programas do 2º grau do estado de São Paulo, a História de América. Esta prática foi sendo lentamente incorporada nas escolas públicas. Nas escolas particulares houve uma firme recusa, na medida em que não fazia parte das questões do vestibular. Ainda, por essa época, o ensino de História da América tinha uma conotação subversiva, que poderia envolver professores e alunos numa discussão ideológica, tendente a mostrar os efeitos da revolução cubana em oposição às ferrenhas ditaduras militares do Cone Sul. Ou então, mostrariam na questão da dependência, aspectos econômicos e sociais que inevitavelmente trariam a tona temas como a exploração no sistema imperialista.

Após estas experiências, e coincidindo com um lento retorno à democratização, a questão educacional passou a ser debatida pelas entidades sindicais ou acadêmicas, ANPUH e AGB, levando a discussão das propostas curriculares à Universidade no meio de uma

crise dos paradigmas colocado para as Ciências Humanas em geral e para a História, em particular. Esse período foi muito rico, pois, o debate levou a “uma aproximação da Universidade e sua produção historiográfica com os professores e suas experiências pedagógicas, seus experimentos em sala de aula”¹⁴.

Efetivamente, na década de 70, e mesmo sob o regime militar, começou a delinear-se a preocupação entre os historiadores por dar novos rumos ao ensino da História. A luta que marcou o engajamento da ANPUH, bem como a associação dos geógrafos (AGB) para a extinção da Licenciatura curta em Estudos Sociais, veio enriquecer a discussão não apenas sobre o retorno das Licenciaturas de História às Universidades como também sobre o redimensionamento dos currículos à luz das novas tendências da historiografia.

Efetivamente, o processo iniciado nos primeiros anos da década de 80 que se estendem até os nossos dias, tem contribuído para uma aproximação com a realidade escolar do ensino fundamental e médio. A universidade foi, neste sentido, o centro gerador das discussões sobre as novas problemáticas, as novas abordagens, as novas metodologias que a historiografia internacional e nacional sugeriam.

Paralelamente, também na área educacional havia um amplo debate em torno das novas propostas pedagógicas, que a universidade brasileira encampou e que teriam também grande influência na renovação dos métodos de ensino em geral e na História, em particular. Todo esse processo levou à necessidade do aprimoramento na formação dos docentes.

A universidade, como centro gerador do saber, multiplicou a oferta de cursos de Pós-graduação facilitando a integração docente - Universidade e promovendo a renovação - no mais amplo sentido - da formação profissional que atuava nos diversos níveis de ensino (fundamental, médio e universitário), influenciando diretamente, na renovação curricular das Universidades e indiretamente do ensino médio e fundamental. Houve também um aumento de publicações, decorrente em parte, das pesquisas, das dissertações e teses. A isto se somou um aumento das traduções de obras importantes da historiografia internacional. Neste sentido também a História da América foi favorecida com o aporte de novas obras traduzidas e do incentivo às pesquisas no âmbito universitário.

Pelo exposto até aqui, podemos observar que a formação do professor,

(14) BITTENCOURT, Circe, op. cit., p. 7.

“... faz parte da lógica do sistema educativo, dos limites e contradições do processo histórico. Portanto, ela não pode ser pinçada para fora do sistema e analisada como elemento ou força exterior às práticas educativas, capaz de agir sobre elas, provocando mudanças e alterando fundamentalmente não só as práticas, mas seus resultados. Ao contrário, devemos situá-la nos quadros das mudanças sociais em que ocorrem as transformações na educação e no trabalho dos professores”¹⁵.

Assim, o professor de História sentiu as mesmas dificuldades impostas pelo sistema educativo em relação à História da América.

O currículo e a formação dos professores de História

As questões apontadas acima nos remetem à organização curricular nas Universidades e à formação do professor. Neste sentido torna-se importante definir o que entendemos por currículo e seu raio de influência. Por isso reproduzimos as palavras de Helenice Ciampi¹⁶, quem expressa:

“... currículo entendido como corporificação de um conjunto de valores, conhecimentos e práticas culturais que tem, histórica e tradicionalmente, realizado uma tarefa de homogeneização social e cultural. Currículo entendido como um mecanismo essencial de constituição de identidades (individuais e sociais) imbricado nas relações de poder - currículo como elemento histórico, relacionando-se à formas específicas de organização social e educacional”

E acrescenta,

“O currículo visto, portanto, como uma forma institucionalizada de transmitir a cultura de uma sociedade”... Ainda, segundo Giroux, “... não um mero conjunto de conteúdos e métodos a serem aprendidos, mas, a tentativa de levar a uma prática, ‘a um determinado modo de vida’... O currículo correspondendo, em síntese, a uma forma político cultural”¹⁷.

Acreditamos que o conceito apresentado nos permite uma visão abrangente e estreitamente relacionada à formação do professor além de penetrar no debate teórico - metodológico que acompanhou, em diversos momentos, a questão da organização curricular que daria forma aos cursos, muitos deles, em funcionamento hoje.

Centralizando nossa atenção nas Universidades do Estado de São Paulo, particularmente na USP, representativa das Universidades estaduais e a PUC-Campinas, especificamente, como um exemplo de universidade privada com grande influência na formação professores na área regional, abordaremos estas questões a partir da década de 80 e por extensão, a de 90, uma vez que os professores que estão exercendo a docência hoje são formados, em sua maioria, na década de 80/90. Mesmo aqueles que são anteriores a esse período, de forma direta ou indireta viram-se “atingidos” pelas reformas curriculares inspiradas nas teorias dominantes dessas décadas.

A referência à USP se faz necessária, pois, muitos professores fizeram Pós-graduação nessa Universidade e tiveram, portanto, influencia decisiva na formação dos professores do país e particularmente da PUC-Campinas, por exemplo. Foram eles responsáveis pelas reformas curriculares do curso de graduação.

Todavia, é bom lembrar que o que se discutia na USP, na UNICAMP e outras universidade públicas, não era a formação do professor para a sala de aula, pelo menos no Departamento de História, e sim sobre as novas tendências historiográficas e o desenvolvimento da pesquisa nos cursos de Pós-graduação. Sylvia Bassetto¹⁸ comenta que uma das características das reformas curriculares implantadas em 1988, na USP, era a extrema liberdade, tanto para o professor, ao oferecer os temas de sua disciplina, como para o aluno, que podia escolher o que queria estudar. Assim, era variado o número de disciplinas optativas que os alunos podiam cursar e escolher, com determinadas tendências teóricas e segundo o seu critério.

Com a reforma, no caso da USP, e seguindo o pensamento da profa. Sylvia Barretto, o resultado foi a fragmentação do conhecimento. Apesar da variedade de enfoques, que permitiria supor um incentivo à criatividade, o que ocorreu foi um grau de dificuldade

⁽¹⁵⁾ FONSECA, Selva Guimarães. 2º Encontro - ANAIS, op. cit. p. 102.

⁽¹⁶⁾ A Profa. Helenice Ciampi resume nestas palavras o conceito de currículo segundo MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomás Tadeu. In: **Currículo, Cultura e Sociedade**. Trad. de Maria Aparecida Baptista, 2ª ed. SP, Cortez, 1995, p.7

⁽¹⁷⁾ GIROUX e MACHAREN, 1986, 1987. Citado por MOREIRA, Antônio Flávio. O currículo como política cultural e a formação docente. In: **Territórios Contestados: o Currículo e novos mapas políticos e culturais**, Petrópolis, Vozes, 1995, p. 9 e 10.

⁽¹⁸⁾ BASSETTO, Sylvia. Formação do professor na perspectiva do 3º grau. In: 2º Encontro - ANAIS, op. cit., p. 111.

para absorver essa diversidade “provocando sérias distorções na formação dos alunos de graduação”.¹⁹ Isto porque, na USP, nesse período, havia uma preocupação no sentido de oferecer ao graduando, apenas os instrumentos para a pesquisa histórica - teoria e prática - considerando que estes seriam suficientes para a formação profissional. Não havia uma preocupação com o exercício da docência, deixando esta questão para a Faculdade de Educação, onde, supostamente seria completada a formação do pesquisador/professor.

Porém, a realidade mostrou que os alunos de graduação tinham deficiências, especialmente, para fazer a transposição do saber histórico em sala de aula. Desta forma, a formação dos professores ficou reservada para as escolas privadas, que como a PUC-Campinas (o caso estudado por nós), formaram grande número de professores para o ensino fundamental e médio.

Foi a partir daí que a Universidade reforçou a diálogo com as escolas de ensino médio e fundamental e levou ao âmbito escolar, as preocupações sobre as novas abordagens. Esta questão é importante porque, se por um lado a universidade pública tinha optado pela formação do historiador/pesquisador, a PUC-Campinas o tinha feito pela formação do professor/historiador.

É importante ressaltar que nos dois casos mencionados, não se encontrou um equilíbrio, no sentido de dar uma formação sólida para o exercício da docência. Porque? Porque, se por um lado, a universidade pública deu ênfase aos cursos de Pós-graduação incentivando a pesquisa histórica, por outro, a universidade particular, como no caso da PUC-Campinas, afastou-se da pesquisa e seus cursos passaram a orientar-se para as Licenciaturas entendidas apenas, como um currículo integrado por disciplinas de “conteúdos” sem levar em conta a pesquisa. O afastamento da pesquisa nesta universidade privada era justificado pelo período de estudo (noturno na PUC-Campinas, diurno na universidade pública) e o tempo de disponibilidade para os estudos (integral nas públicas, restrito nas particulares) e à clientela (aluno trabalhador, nos cursos noturnos das universidades particulares e, em geral, não trabalhador nas universidades públicas).

Como podemos observar, a formação do professor, era contemplada de formas diferentes, sem, no entanto, chegar a um consenso quanto aos requisitos necessários para sua formação. Os últimos anos assinalaram alguns avanços e, tanto na escola pública como na privada existe uma preocupação por mudar essa situação buscando caminhos que conduzam à formação

profissional sem as distorções já apontadas. A formação profissional passou, então, por novos questionamentos.

A profa. Sylvia Bassetto sintetiza a preocupação do grupo docente da USP com o novo projeto:

*“Repensar a graduação significou para o departamento de História uma tentativa de busca de uma identificação mais clara com seus próprios objetivos. Formar professores/pesquisadores supõe valorizar a docência da mesma forma que a pesquisa, ainda que pressões institucionais freqüentemente atuem em desfavor deste equilíbrio. Colocar em pauta, coletivamente, a formação básica do professor significa um passo importante para a retomada da antiga vocação da Faculdade de Filosofia, mas é necessário ir além. Com raras, ainda que férteis exceções, o distanciamento que o curso de graduação de História manteve, ao longo de tantos anos, com a escola fundamental faz supor um percurso difícil, onde a identificação das partes já se apresenta como um enorme problema. Que profissional de ensino a escola demanda hoje? Qual escola? São questões preliminares a qualquer definição de uma ação mais efetiva no campo do ensino. A realimentação constante, a circularidade entre os vários níveis de ensino, são caminhos necessários. Além de iniciativas e de projetos individuais de alguns docentes, o ensino de primeiro e segundo graus deve estar presente no curso de graduação como tema permanente de reflexão em todas as disciplinas, inclusive, trazendo para a Universidade experiências desenvolvidas por professores nas escolas, muitas delas extremamente férteis, no sentido de um redimensionamento nas condições de produção do conhecimento histórico, possibilitando, através do contato mais direto com a escola real, o incentivo a vocações talvez sufocadas pelo peso do desânimo a que a constatação das dificuldades e do descrédito no ensino da história tem levado”.*²⁰

Analisando, por outro lado, o Novo Projeto Pedagógico do Curso de História da PUC-Campinas que começou a ser implantado em 2000 podemos observar que, embora o caminho percorrido entre a universidade pública e privada foram opostos em relação à formação do historiador, hoje há muitos pontos em comum, sobretudo no que diz respeito ao papel da pesquisa na formação do historiador/professor, bem como a questão pedagó-

⁽¹⁹⁾ Ibid., p. 111.

⁽²⁰⁾ Ibid., p. 113-114.

gica para a interação entre o historiador/professor e a sala de aula. Isto é, a ênfase está colocada no equilíbrio entre uma e outra e não em uma ou em outra. Vejamos:

“A proposta de alterar as bases da formação do licenciado em História da PUC-Campinas baseia-se na convicção de que a dissociação estabelecida entre ensino e pesquisa deve ser superada definitivamente, em nome da formação integral de um profissional capaz de desempenhar funções e atuar em diferentes campos e atividades onde as questões referentes à construção e divulgação de uma consciência histórica estejam envolvidas. Neste sentido, o novo Curso de História encontra-se em perfeita sintonia com os fundamentos político-institucionais dos cursos de graduação da PUC-Campinas, que prioriza a ‘excelência dos processos educativos’”.

E, ainda, chama a atenção para:

“A importância de se modificar o projeto de licenciatura nos tem levado a considerar que nossa “vocação” para a docência terminou por reforçar o afastamento dos alunos das iniciativas de pesquisa e construção do conhecimento, imprimindo à dinâmica das nossas atividades um sentido progressivo de meros “repassadores” do conhecimento e saber histórico”.

Estas propostas tinham fundamento como resposta aos debates teóricos e as Reformas Curriculares das décadas de 70 e 80 que foram muito importantes para compreender como se realizava a formação de professores²¹. No caso da PUC-Campinas podemos observar claramente essa preocupação na grade curricular vigente nesse período. As disciplinas complementares estavam alocadas no 1º ano do curso junto às metodológicas. Sobre isto, hoje podemos dizer que em nada contribuía para a “transposição” dos métodos das Ciências Sociais para a História, uma vez que, o contato com as disciplinas históricas começava, praticamente, no 2º ano. Com isto, não existia uma verdadeira interação entre uma e outra metodologia.

Os anos 70 assinalaram anos difíceis para os cursos de História. Porém, também se iniciava uma ampla discussão sobre a historiografia tradicional a partir dos Departamentos dos Cursos de História reestruturados a partir da Reforma Universitária de 1968. Na USP esse processo se iniciou em 1969, na PUC-SP, em 1971, na UNICAMP, em 1976 com a criação do curso de graduação em História, nas Universidades Federais, onde a maioria dos cursos foi criada em 1960, a reestruturação se completou na década de 1970 e na PUC-Campinas, em 1971. Acompanhando este processo na graduação, os cursos de Pós-graduação que iam surgindo reforçaram a crítica à história tradicional e incorporaram ao debate a questão “da teoria na investigação histórica”.²²

Evidenciava-se assim, a influência do debate teórico na análise dos problemas históricos no Brasil. A PUC-Campinas não foi insensível a estas influências. Vários professores mantiveram contato com essa Universidade quer seja para realizar o Mestrado ou convidando professores da USP para proferir palestras e cursos na própria Universidade. Muitos dos professores dessa época não completaram sua formação de pós-graduação, porém, trouxeram para o Departamento de História as reflexões e os debates que aconteciam na USP e estes se traduziam nas propostas curriculares, na bibliografia adotada e nos temas abordados em sala de aula, muitas vezes num ambiente de cumplicidade devido às restrições democráticas do período. Mas, não introduziram a pesquisa e esta ficou restrita a apenas alguns poucos docentes.

Foi nesse ambiente que a PUC-Campinas teve que aderir, mesmo que a “contragosto”, ao oferecimento da Licenciatura Curta de Estudos Sociais. Esta tinha a característica de formar profissionais em pouco tempo para atender ao mercado profissional que se ampliava com a privatização do ensino em seus três estágios. A Licenciatura Curta viria atender a esta demanda. Seria quase impossível não reconhecer os danos causados ao ensino e, sobretudo ao professor, na medida em que sua formação ficou restrita à reprodução dos saberes, sem a valorização da pesquisa como parte importante para

⁽²¹⁾ Em 1962, o Parecer 377/62 do CFE estabelecia o currículo mínimo para os cursos universitários de História que vigorou até 1968 e salientava que “se destinava à preparação para o magistério da escola média”. O currículo mínimo de 2200 hs. estava organizado em três categorias de disciplinas: a) as históricas, b) as culturais ou complementares e c) as de metodologia, agrupadas da seguinte forma: a) História Antiga, Moderna e Contemporânea, Medieval, América e História do Brasil; b) duas disciplinas optativas entre as de Sociologia, Antropologia Cultural, História das Ideias Políticas e Sociais, História Econômica (Geral e do Brasil), História da Arte, Literatura Brasileira, História da Filosofia, Geografia (Geo-História), Filosofia da Cultura, Civilização Ibérica, Paleografia, etc., e Introdução ao Estudo da História. Este currículo mínimo foi objeto de discussão nas universidades públicas e privadas e, em ambas, a preocupação era escolher dentre as disciplinas complementares, aquelas que contribuíssem com seus métodos à formação do historiador.

⁽²²⁾ FENELON, Dea. *Pesquisa em história: perspectivas e abordagens. Metodologia da pesquisa educacional*, 2ª Edição, SP, Cortez, 1991, p.23.

incentivar a criatividade e a construção do conhecimento histórico. O Curso de História da PUC-Campinas perdeu assim, sua oportunidade de renovação, protelando, por alguns anos, sua inserção no campo da educação transformadora.

Nos anos 80, o ambiente acadêmico estava envolvido no debate pela valorização da profissão do historiador destacando a necessidade da formação integral com a exigência de titulação do corpo docente. É neste contexto que a pesquisa passa a ser valorizada e prevista na reformulação curricular dos cursos de História. Esta nova proposta teve maior sucesso nas universidades públicas (USP, UNICAMP e UNESP) do que nas privadas, com algumas e poucas exceções. Nestas últimas, o regime de trabalho dos professores, em sua maioria horistas, prejudicou o engajamento nesta experiência que, certamente, teria permitido avançar na consolidação da pesquisa na vida acadêmica. Contudo, não podemos deixar de registrar a atuação do corpo docente na reformulação da grade curricular para atender as necessidades de um curso que respondia às diretrizes do MEC, dentro das limitações que as circunstâncias lhes impunha.

A formação do professor e o currículo escolar

Ao relacionarmos a formação do professor à organização do currículo, temos que levar em consideração alguns aspectos que ampliam nossa análise para uma visão mais abrangente, que apenas aquela relativa às disciplinas e seus conteúdos. Neste sentido acompanhamos o pensamento de Moreira e Silva, quando reconhecem que:

*“... o currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendental e atemporal - ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação”.*²³

Isto significa, portanto, que o currículo deve ser entendido dentro de um processo histórico e das relações de poder que lhe dão vida e sentido. Daí apontarmos

mais três elementos, assinalados pelos autores acima mencionados, como relevantes em qualquer análise do currículo: “a ideologia, a cultura e o poder”.²⁴ Assim, concordamos que o “currículo constitui um instrumento utilizado por diferentes sociedades tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados como para socializar as crianças e os jovens segundo valores tidos como desejáveis”.²⁵

Estas questões são da maior importância se levarmos em conta a relação que se estabelece entre o currículo e formação do professor, uma vez que este se transforma, também, em um reprodutor, por meio da ação pedagógica, dos princípios que norteiam o currículo elaborado para sua formação. Só assim, podemos compreender a renovação constante que sofre o currículo atendendo a políticas educacionais implantadas pelos diversos grupos de poder. Atualmente, nos anos mais recentes, observamos um novo redimensionamento do currículo em harmonia com os novos paradigmas, tanto em educação, como em história, que conduzem à construção de “novo conjunto de relações sociais entre o sujeito e a comunidade mais ampla”.²⁶

A esta altura é importante procurar, novamente, relacionar os debates teórico-metodológicos que sustentaram a produção historiográfica internacional e nacional mais recente, como uma forma de observar a influência desses nas reformas curriculares dos cursos de História, nas universidades de nosso país. Essas questões se tornam necessárias para poder compreender a composição curricular, a distribuição e ênfase em determinados conteúdos, em particular, da História da América.

Neste sentido, nos últimos anos, o ensino de História no Brasil foi marcado por dois momentos que influenciaram os rumos do ensino superior. São estes: os anos do governo militar, que como vimos, tomaram forma a partir da Reforma Universitária, de 1968, e que se estenderam por toda as décadas de 70 e 80, que se caracterizou por uma abertura política à democracia.

O primeiro momento se caracterizou por um debate em torno da Reforma Universitária dentro de um ambiente de restrições à democracia que promovia a criação de novas universidades e programas de pós-graduação. O

⁽²³⁾ MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomás Tadeu. In: **Currículo, Cultura e Sociedade**, op. cit., 8.

⁽²⁴⁾ *Ibid.*, p. 21.

⁽²⁵⁾ MOREIRA, Antonio Flávio. Currículo, utopia e pós-modernidade. In: **2º Encontro - ANAIS**, op., cit., p. 67.

⁽²⁶⁾ GIROUX, H. A. O pós-modernismo e o discurso da crítica educacional. In: SILVA, T.T. (org.) **Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos**, Porto Alegre, Artes Médicas, 1993. p.31 citado por MOREIRA, A. F. Currículo, utopia e pós-modernidade. In: **2º Encontro - ANAIS**, op., cit., p. 78.

segundo período, pela abertura política e a conseqüente mobilização docente pela reestruturação dos cursos superiores de História fase à ameaça da criação dos cursos de Licenciatura Curta em Estudos Sociais (Lei de Diretrizes e Bases 5692/71) e pela influência das novas vertentes teórico-metodológicas da historiografia internacional e nacional.

É importante destacar que o projeto educacional dos governos militares estava delineado dentro de uma proposta que atendia tanto a questões políticas de “segurança nacional” como a um projeto de “desenvolvimento econômico”.²⁷ Dentro desta perspectiva, “a educação era vista como um instrumento a serviço do desenvolvimento econômico” e por isso “deve estar em consonância com as medidas econômicas e políticas instituídas”.²⁸ Estas características apontam para uma mudança substancial do ensino brasileiro que foi um marco na política educacional: a lenta retirada da obrigatoriedade do Estado como responsável pela educação.

Desde então até os nossos dias, vimos crescer o ensino privado e decrescer os investimentos do Estado no ensino público, em particular, no ensino médio e superior. Este último, que em sua maioria esteve concentrado nas mãos das instituições católicas passou a concorrer com inúmeras universidades privadas que dia a dia surgem no Estado de São Paulo e no país. Estas instituições estão voltadas principalmente, para o oferecimento do ensino profissionalizante e de cursos noturnos, que atendem à classe trabalhadora²⁹.

Assim, os professores formados atendiam às exigências de um currículo mínimo de 1200 horas (um ano e meio) ou de 2200 horas (três anos) recebendo uma “formação ampla”, constituída por disciplinas das áreas de História, Geografia, Ciências Sociais, Filosofia, Política, OSPB além de EPB e Educação Física. Estes cursos acabaram por descaracterizar a formação do professor de História e das outras ciências humanas.

Como já referimos anteriormente, a PUC-Campinas implantou a Licenciatura Curta em Estudos Sociais e mais tarde, a Licenciatura em Ciências Sociais até que foi restituída a Licenciatura em Ciências Sociais, em História

ou em Geografia, em 1979. Por isso, não podemos deixar de reconhecer que com esta prática contribuiu para “formação de profissionais polivalentes” com um conhecimento fragmentado e sem capacidade para o exercício de um ensino crítico e criativo, reduzido à simples vulgarização do saber.

Os professores não ficaram alheios a esta situação, manifestando uma ampla resistência, que incluía professores e estudantes de todo o país. Todavia, isto não evitou a desqualificação do professor de História e prejudicou a integração entre ensino e pesquisa como parte fundamental de sua formação. Ainda hoje, muitos cursos do setor privado do ensino continuam formando professores neste esquema que desvaloriza e desqualifica a profissão.

Algumas questões são importantes retomar para nosso objetivo. Assinala FONSECA (1993, p.43) que em 1969, o Presidente Médici, através do Decreto 65.814/69 editou uma convenção sobre ensino de História firmada entre as nações latino-americanas no início dos anos 30, que previa:

“No Artigo 1º

efetuar a revisão de textos adotados para o ensino em seus respectivos países, afim de depurá-los de tudo quanto possa excitar, no ânimo desprevenido da juventude, a aversão a qualquer povo americano.

No Artigo 3º

fomente em cada uma das Repúblicas Americanas o ensino de história das demais; procure que os programas de ensino e os Textos de História não contenham apreciações hostis para outros países ou erros que tenham sido evidenciados pela crítica; não julguem com ódio ou se adulerem os efeitos na narração de guerras ou batalhas cujo resultado tenha haja sido adverso, e destaque tudo quanto possa contribuir construtivamente à inteligência e cooperação dos países americanos.

E ao final do Artigo 8º, o documento traz uma declaração dos Estados Unidos da América que diz:

⁽²⁷⁾ FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História Ensinada*, op., cit., p.19.

⁽²⁸⁾ SOUZA, M. Inês S. *Os empresários e a educação - o IPES e a política educacional após 1964*, Petrópolis, Vozes, 1981, citado por FONSECA, Selva G., *Caminhos...*, op., cit., p. 19.

⁽²⁹⁾ A profissionalização do ensino acarretou a exclusão das disciplinas de formação humanísticas, entre elas, História, como uma forma de controle ideológico do aluno/trabalhador. Esta particularidade do ensino do 2º grau profissionalizante durante o Regime militar só veio a ser re-valorizada, em 1982 pela Lei Nº 7044 que alterava em parte, a Lei 5692/71. Efetivamente, em consonância com este projeto educacional, o de criar profissionais a *curto prazo*, para atender à demanda do mercado deve ser entendida a criação das Licenciaturas Curtas que proliferam nas instituições de ensino privado. Foi dentro deste contexto e para atender às demandas do ensino de 1º e 2º graus com a adoção dos Estudos Sociais, que se iniciou o oferecimento dos cursos de Licenciatura Curta e Longa para a formação de professores em Moral e Cívica e Estudos Sociais, nas universidades particulares (Resolução Nº 8, de 9-8- 1972 - C.F.E.).

*“Os Estados Unidos da América aplaudem calorosamente esta iniciativa e querem antes de tudo declarar a sua profunda simpatia por tudo quanto propenda a fomentar o ensino das Histórias das Repúblicas Americanas e particularmente na depuração dos textos de História, corrigido erros, suprimido toda parcialidade e preconceito, e eliminando tudo que puder provocar ódio entre as nações”.*³⁰

Cabe destacar que os Estados Unidos da América não assinaram tal documento argumentando que o governo federal não tem domínio sobre o sistema educacional do país. Por outro lado, não é necessário lembrar as inúmeras intervenções dos Estados Unidos da América na política de todos os países latino-americanos ou a influência cultural em nossas sociedades. Porém, chama a atenção a preocupação do presidente por não despertar ódio nem rancores entre os países do continente indicando a direção que o ensino de História da América devia seguir, atendendo aos interesses dos Estados Unidos da América do Norte.

Foi por essa época que o ensino de História da América começou a ser re-implantado nos programas de ensino do 2º grau no Brasil. A proposta curricular para o ensino de História sugeria que devia:

*“apontar as raízes coloniais da América atual nos seus traços mais marcantes e característicos, sem deter-se na descrição minuciosa dos processos de colonização. Destacava os aspectos mais significativos da evolução política, econômica, social e cultural dos Estados Unidos, explicando a posição hegemônica nas Américas e no mundo, não obstante a magnitude de suas contradições internas (...) de alguns países da América Latina (México, Venezuela, Paraguai e Argentina) escolhidos por critérios históricos, geográficos e culturais...”*³¹

A proposta dessa disciplina era re-incorporada apenas para o 2º grau, que era um espaço restrito uma vez que o número de alunos era menor que no ensino primário. Mas também, o momento era propício para estreitar as relações entre os países “democráticos” que se opunham aos rumos do regime cubano de Fidel Castro ou de Allende, no Chile. O que se coloca em questão é que a história ensinada estaria desprovida de qualquer sentido político e apenas estaria passando aos

jovens uma forma “educada” de entender a história das relações entre os países do continente e os Estados Unidos da América.

Como considerações finais podemos salientar o que se percebe claramente: que ainda existe um distanciamento entre o universo dos cursos de História nas universidades e a realidade da escola e na sala de aula. Por isso nos perguntamos: como podemos colaborar desde a Universidade para melhorar a formação do professor?

Uma forma de colaborar seria oferecendo cursos de atualização para os professores em ensino de História e particularmente da História da América, sem confundir com método didático ou estratégias de ensino; esses cursos devem mostrar a importância da formação do professor/pesquisador, para que o professor possa levar essa experiência à sala de aula; mostrar as peculiaridades da História da América Latina pela compreensão dos diversos tempos históricos dos povos deste continente e da pluralidade cultural historicamente construída. Saber porque é importante estudar História da América; incentivar a pesquisa em História Latino-americana e Caribenha e a utilização de documentos já publicados; criar e disponibilizar material (fontes documentais) que permita aos professores preparar seu próprio material didático para levar à sala de aula.

Ainda é importante levar em consideração outros elementos que muito interferem na imagem que é construída sobre a América Latina: como a TV e a imprensa de um modo geral participam na criação de uma determinada “imagem” da América Latina; de que maneira a mídia veicula informações sobre a situação dos índios, dos negros, das mulheres deste continente?; quais são os fins políticos dessas imagens?; como são avaliadas as experiências políticas do continente?. Em relação ao conteúdo programático, de um modo geral muito semelhantes nos cursos de graduação dos cursos de História, seria importante estruturá-los de forma que permitam uma abordagem menos rígida e detalhada dos temas e períodos que, de um modo geral são reproduzidos nos livros didáticos.

É importante trazer para o futuro professor, o conhecimento das novas tendências historiográficas, seja no que diz respeito a temas, objetos ou abordagens. Neste sentido, podemos contribuir para o estudo das diferenças e semelhanças, para a resistência cultural,

⁽³⁰⁾ Decreto Federal Nº 65.814, de 8112/1969.

⁽³¹⁾ SÃO PAULO - SEE-CENP. *Proposta curricular de história e geografia para o 2º grau*, São Paulo, 1980. In: FONSECA, Selva G. *Caminhos...*, op. cit., p. 45.

para o estudo do cotidiano em nosso continente. Analisar a produção historiográfica - a tradicional e a mais recente - permitindo ao professor e ao aluno conhecer os novos objetos de estudo, as novas orientações metodológicas, a renovação dos conceitos e as novas produções, teses ou dissertações pode fornecer elementos de grande riqueza para a renovação do saber e da transposição desse saber em sala de aula da disciplina.

Só assim estaremos colaborando para a formação do professor no exercício de sua atividade profissional em sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASETTO, Sylvia. Formação do professor na perspectiva do 3º grau. In: **2º Encontro - ANAIS**, op. cit., p. 111.
- BALDISSERA, José Alberto. **O livro didático de história: uma visão crítica**. 4. Ed. Porto Alegre: Evangraf, 1994.
- BITTENCOURT, Circe M. F. **Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)**. São Paulo: USP, 1988 (tese).
- BRITES, Olga. A criança e a história que lhe é ensinada. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, nº 10, março/agosto, 1985, pp. 247-250.
- CENTRO DE ESTUDOS EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. A prática do ensino de história. In: Caderno **CEDES**, nº 10, 4. Ed. Campinas, SP: CEDES/Papirus, 1994.
- CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1975.
- CORDEIRO, Jaime Francisco Parreira. **Falas do novo, figuras da tradição: o novo e o tradicional na educação brasileira (anos 70 e 80)**. São Paulo, Editora UNESP, 2002 (Tese doutorado).
- CORDEIRO, Jaime Francisco Parreira. **A História no centro do debate: as propostas de renovação de ensino da História nas décadas de setenta e oitenta**. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/ UNESP; São Paulo, Cultura Acadêmica Editora, 2000. 236 p. (Coleção Pedagógica).
- FENELON, Déa Ribeiro. A formação do profissional de história e a realidade do ensino. **PROJETO HISTÓRIA**. São Paulo, 02: 05/19, agosto de 1982.
- FONSECA, S. G. **Caminhos da história ensinada**. Campinas, SP: Papirus, 1993.
- FRANCO, Maria Laura P. B. **O livro didático de história do Brasil: a versão fabricada**. São Paulo: Global, 1982.
- FREITAG, B., COSTA, W. F. da, MOTTA, V. R. **O livro didático em questão**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- IBEP. Revista do **Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas**. São Paulo: IBEP, 2001. (Área de Conhecimento: História; volumes 1, 2 e 3 – todos os artigos).
- LE GOFF, J. **História e memória**. 4. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.
- LENHARO, Alcir. História e cotidiano: o lugar de uma categoria conceitual na pesquisa histórica. In: São Paulo (Estado). Secretaria da Educação. **Idéias**. São Paulo: SE, 1994 (n. 18).
- MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 2. Ed. Brasília, DF: MEC, 2000 (História e Geografia)
- MONTENEGRO, Antônio Torres. Memória e história. **Revista Idéias**. São Paulo: CENP/SE, 1994, pp. 9-19 (nº 18).
- MOREIRA, Antônio Flávio. O currículo como política cultural e a formação docente. In: **Territórios Contestados: o Currículo e novos mapas políticos e culturais**, Petrópolis, Vozes, 1955. p. 9 e 10.
- NORA, Pierre (Orgs.). **História: novos objetos**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, pp. 216-232.
- NUNES, Silma do Carmo. **Concepções de mundo no ensino de história**. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- OZOUF, Mona. A festa: sobre a Revolução Francesa. In: Le GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996
- OZOUF, Mona. Calendário. In: FURET, François, OZOUF, Mona. **Dicionário crítico da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, pp. 465-474.
- PINSKY, J. (org.). **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988.
- Projeto História**. Sentidos da comemoração. São Paulo: EDUC, 2000.
- ROCHA, Frances. O ensino de História na graduação: a experiência da PUC-SP. In **Projeto História**, EDUC, Nº 4, junho/85, p. 73.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação/ CENP. **Ciclo Básico: 1º grau**. São Paulo: SE/CENP, 1993, v. 1 (Prática Pedagógica).

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação/ **CENP**. Proposta Curricular para o Ensino de História 1º grau. São Paulo: SE/CENP, 1986.

SILVA, Marcos A. da (Org.). **Repensando a história**. Rio de Janeiro: ANPUH/Marco Zero, 1994.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial, São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

ZAMBONI, E. O desenvolvimento das noções de espaço e tempo na criança. In: **Cadernos CEDES**. São Paulo: 1984, v. 10, pp. 63-71.

ZAMBONI, E. Sociedade e trabalho e os primeiros anos de escolarização. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1986, v. 6, nº 11, p. 117-126.

COLONIZAÇÃO E URBANISMO EM OURO PRETO NO PERÍODO COLONIAL: A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

SETTLING AND URBANISM IN OURO PRETO IN THE COLONIAL PERIOD: THE CONSTRUCTION OF THE HISTORICAL PATRIMONY

Marilda Santana da SILVA*

RESUMO

Este artigo é uma análise da construção do Patrimônio Histórico edificado na cidade de Ouro Preto no período colonial utilizando-se da legislação vigente em Portugal e nas vilas das Minas Gerais colonial, buscando investigar a intensa urbanização ocorrida em Vila Rica, atual Ouro Preto, entre os anos de 1745 e 1800, e sua interface com a consolidação da memória barroca nacional.

Palavras-chave: urbanização; Ouro Preto; colônia; patrimônio histórico.

ABSTRACT

This article is an analysis of the construction of the historical patrimony built in Ouro Preto during the colonial period, making use of the laws in the 18th Century Portugal and Minas Gerais colonial villages in an attempt to investigate the intense urbanization that took place between 1745 and 1800 and its interface with the consolidation of the national baroque memory.

Key words: urbanization; Ouro Preto; colony; historical patrimony.

De acordo com as Ordenações e Leis do Reino de Portugal, as câmaras eram responsáveis pelo estabelecimento da ordem e gerenciamento das cidades e vilas do Império português. A construção dos núcleos urbanos, embora não tenha sido uma preocupação inicial, em função do caráter do projeto de colonização portuguesa, que não previa o povoamento e sim a exploração comercial das terras conquistadas, acabou por se tornar uma necessidade.

Tal processo resultaria na elaboração de diversificados planos e estratégias de urbanização que atendessem às exigências específicas de cada localidade. Na Índia, os portugueses implementaram uma política de urbanismo agressiva, premida pela necessidade de criar centros urbanos que viabilizassem o imediato domínio do território. Assim,urgia “caminhar mais depressa e dar monumentalidade aos edifícios públicos, às igrejas e aos conventos” pois a grandiosidade das construções

(*) Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Professora no Curso de História da PUC-Campinas.

e o esplendor as cidades reais eram o reflexo e o símbolo da sabedoria e do poder de um povo¹.

Sérgio Buarque de Holanda acreditou que não era preciso ir tão longe na geografia para perceber que, em nosso próprio continente, a colonização espanhola caracterizou-se por uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoações estáveis e bem ordenados. Os espanhóis erigiram as suas cidades na América com um zelo minucioso: os agrupamentos eram ordenados em traços retilíneos, sendo que as construções das cidades começavam sempre pela chamada praça maior. Para o historiador, nas cidades da América portuguesa, por sua vez, não havia uma política urbanística muito bem definida, sendo esta marcada, sobretudo, pelo caráter espontâneo, irregular e sem planejamento².

Nestor Goulart Reis, por ora, contrariando o pressuposto defendido por Sérgio Buarque de Holanda nos diz que, na América portuguesa, a política urbanística foi principiada com a fundação das cidades de Salvador, em 1549, Olinda, Recife, Rio de Janeiro, São Luís e muitas outras vilas e cidades do Brasil colonial. Há que se lembrar de que os planos e os atos normativos institucionalizadores dessas aglomerações urbanas, denominadas cidades e vilas, eram os mesmos. O interesse central da Metrópole ao se tentar implementar uma política urbanizadora no Brasil “consistia na defesa de seus objetivos enquanto agente principal do processo de colonização³”.

No entanto, se o ritual de fundação das cidades e vilas seguiu projetos pré-determinados pela Coroa portuguesa dependendo de ações oficiais, estas não foram capazes de responder aos processos evolutivos posteriores que, desconectados do plano inicial,

construíram tortuosas trilhas até meados do século XVII. Mas, já na segunda metade do século, a necessidade de centralização econômica e política despertara na Coroa portuguesa o senso do “controle direto da vida colonial e, como consequência, do processo de urbanização correspondente”, até então levado com certo desprezo e descaso⁴. Assim, ao longo do período colonial, foi desenvolvido um conjunto de procedimentos técnicos e institucionais, com nível crescente de complexidade, com o qual se efetuava o controle do processo de urbanização e dos padrões urbanísticos, tendo em vista objetivos mais amplos, definidos na política de colonização⁵.

Dessa forma, em meados do século XVII, em meio à preocupação geral da Metrópole com o domínio do território da América foi que o poder régio iniciou uma nova política urbana cuja execução competiu, em grande parte, aos poderes locais do império português⁶.

No caso do projeto urbanizador para as Minas Gerais, muito já se falou sobre o caráter adverso da formação do espaço urbano dessa Capitania. Augusto de Lima Júnior nos ensina que os bandeirantes, à medida que penetravam pelo território, iam erigindo os arraiais, fixando cruces e altares. As bandeiras eram recomendadas e aprovadas por El'Rei, havendo, inclusive, sacerdotes entre seus componentes, apesar de as instituições representativas do Estado metropolitano e da Igreja só chegarem mais tarde à região.⁷

Assim, em Minas, os aventureiros antecederam as instituições administrativas e eclesiásticas, desbravando o território e construindo os rudimentos da vida social e urbana. As primeiras aglomerações foram surgindo, espontaneamente, à meia encosta dos terrenos, acompanhando os trabalhos da mineração, sem que houvesse controle das autoridades. Construídas com desleixo, junto aos cursos d'água e perto dos locais da

(1) Ver Nestor Goulart Reis Filho, *Evolução Urbana no Brasil (1500-1720)*. São Paulo: EDUSP, 1969. p. 72.

(2) Cf. Sérgio Buarque de Holanda. “O Semeador e o Ladrilhador”. In: *Raízes do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 26 ed., 7ª reimpressão, 1995, pp. 95-98. Essa visão tradicional sobre as cidades da América portuguesa comparando-as sempre aos núcleos urbanos coloniais castelhanos e ressaltando a falta de planejamento das cidades portuguesas surgiu, sobretudo, a partir desse ensaio de Sérgio Buarque de Holanda, cuja primeira edição data de 1936. Essa premissa foi seguida por vários outros estudiosos até os anos 50-60 do século XX, sendo contestada nas últimas décadas do século por um grande número de historiadores, geógrafos e arquitetos.

(3) Segundo Nestor Goulart Reis Filho, *Evolução Urbana no Brasil*, op. cit., p. 6.

(4) Idem, pp. 7-9. Ver também o trabalho organizado por Nestor Goulart Reis, publicado em 2000, pela EDUSP e pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em alusão às comemorações dos 500 anos do Brasil, intitulado *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. Essa obra reúne mais de mil documentos sobre cartas cartográficas, desenhos e gravuras, das vilas e cidades brasileiras do período colonial, sendo fruto de longos anos de trabalho em arquivos do Brasil e da Europa. Esse estudo está contribuindo para revisões sobre a história da urbanização e do urbanismo no Brasil, especialmente, no tocante à percepção da existência de uma atividade planejadora regular do mundo luso-brasileiro.

(5) Cf. Nestor Goulart Reis. “As principais cidades e vilas do Brasil: Importância da vida urbana colonial”. In: *Revista Oceanos: A Construção do Brasil Urbano*. Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimientos Portugueses, no 41, Jan./Mar. 2000, pp. 61-67.

(6) Idem.

(7) Ver a obra de Augusto de Lima Júnior. *A Capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/Edusp, 1978, p. 38.

cata do ouro, as povoações ampliaram-se estabelecendo longos caminhos e seus cruzamentos eram utilizados nas paragens dos viajantes no comércio dos víveres, havendo postos de cobrança de impostos. Os arraiais cresciam longitudinalmente, de forma centrífuga e os caminhos transformaram-se em ruas, formando conglomerados maiores, sendo as bases do surgimento das vilas.⁸

Diogo de Vasconcelos nos diz que o português permitiu a muitos trabalharem nas Minas e morarem nas suas terras. As primeiras concessões de terrenos não se fizeram como em outras partes do Brasil, através de cartas de sesmarias; estas vieram depois, “como que a reboque das datas de mineração e dos primeiros acampamentos”. Esse fato contribuiu muito para o rápido processo de povoamento e para a maior densidade populacional verificados em Minas Gerais. E como em outras partes do reino português, a Igreja desempenhou papel fundamental na organização fundiária e espacial dos arraiais⁹.

O poder religioso processava-se mediante as construções das capelas e de seus patrimônios, que eram feitas a partir de doação de uma porção de terra por um ou mais detentores de datas vizinhas destinadas a gerar rendas para a capela. Os doadores das datas tornavam-se os protetores dos templos. Esse donativo abrangia não somente o terreno necessário à construção do edifício propriamente dito, mas também faixas de espaços livres em frente, para construir os adros das mesmas, e ao redor, para as passagens das procissões nas proximidades. De acordo com o estudo de Murilo

Marx, as Constituições Primeiras do Arcebisado da Bahia recomendavam que as igrejas se localizassem em um “sítio alto, e em lugares decentes, livre, de umidade e, desviados, quando possível, de lugares imundos e sórdidos”¹⁰.

Mas, quando alguns arraiais da capitania mineira transformavam-se em vilas, um dos primeiros procedimentos adotados era tentar ordenar a vida urbana. Dadas as condições topográficas e econômicas específicas das Minas, as intervenções regularizadoras quase sempre começavam pela escolha de um sítio que fosse mais propício às implantações urbanas que as encostas íngremes dos morros, ou as margens inundáveis dos cursos de água onde os mineiros erguiam os seus ranchos e capelas. Procurava-se estipular um lugar adequado à construção da casa da câmara e cadeia e do pelourinho, este último símbolo da justiça e da autonomia do município. Eram feitas, também, recomendações para a construção da igreja Matriz, se ela ainda não existisse ou se não tivesse sido construída de maneira satisfatória.¹¹

Portanto, quando um arraial transformava-se em vila, aconteciam mudanças físicas, mas estas não se davam de forma imediata. Em Vila Rica, atual Ouro Preto, em toda a primeira metade do século XVIII, predominou a disposição irregular de suas casas e a construção das ruas nos morros e encostas, devido às características do relevo local. Eram, assim, mal delineadas, com ladeiras tortuosas e inconstantes na largura, havendo a predominância de pequenas travessias e, principalmente, de becos.¹²

⁽⁸⁾ Ver Livia Romanelli D'Assumpção. *Considerações sobre a Formação do Espaço Setecentista nas Minas*. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, n. 9, 1989, pp. 131-132. Luiz Carlos Villalta também destaca o caráter espontâneo, irregular e provisório da formação dos arraiais mineiros. Ver: “O Cenário Urbano em Minas Gerais Setecentista: Outeiros do Sagrado e do Profano”, in: *Termo de Mariana. História e Documentação*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1998, pp. 67-85. Ver também Emanuel Araújo. *O teatro dos Vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1993. pp. 31-32.

⁽⁹⁾ Diogo de Vasconcelos. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 4ª ed., 1974. V.2.

⁽¹⁰⁾ Ver Murilo Marx. *Arraiais Mineiros – Relendo Sylvio de Vasconcelos*. *Revista Barroco*. Belo Horizonte, n. 15, 1992, pp. 22, 41, 389-393.

⁽¹¹⁾ Em Vila Rica havia duas igrejas matrizes: a de Nossa Senhora do Pilar e a de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias que comandavam dezessete capelas filiais. Todas foram construídas pelas irmandades surgidas no decorrer dos séculos na eclosão dos grupos sociais. A capela de São João é a mais antiga, erguida pelos bandeirantes para as funções sacerdotais do Padre Faria. Por sua vez, a matriz de N. S. da Conceição de Antônio Dias é a mais antiga, sendo sua capela primitiva construída por Antônio Dias em 1699. Em 1727, iniciou-se a nova construção, que se prolongou por várias décadas, sofrendo mais modificações na segunda metade do século. Já a construção da matriz de Nossa Senhora do Pilar foi iniciada em 1720 e inaugurada em 1733. Foi construída de taipa e adobes, um processo precário e frágil, acarretando constantes e radicais reconstruções. Na segunda metade do século, essa matriz novamente passou por um processo de grandes melhorias, desfigurando por completo a feição primitiva do templo. Era nessa matriz que a maioria dos governadores tomava posse quando chegava às Minas.

⁽¹²⁾ Cláudia Damasceno Fonseca assinala que, mesmo em Vila Rica, apesar do caráter acidentado do relevo local que não oferecia grandes possibilidades de mudanças, existiram, no final do século XVIII, intervenções pontuais, mas nem por isso menos marcantes. Cita como exemplo a construção dos principais símbolos do poder local, isto é: a construção da residência dos governadores e a Casa da Câmara e Cadeia, sendo esses edifícios construídos um defronte ao outro, mediando entre eles a grande praça principal da vila, acabada no ano de 1797. Assim, os representantes da Coroa nessa região, ou seja, os poderes local, civil e eclesiástico desempenharam um papel importante para o ordenamento da vila. Ver: Cláudia Damasceno Fonseca. “Agentes e contextos das intervenções urbanísticas nas Minas Gerais do século XVIII”. In: *Revista Oceanos: A Construção do Brasil Urbano*. Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimientos Portugueses, no 41, Jan./Mar. 2000, pp. 84-102.

Os vários edifícios e logradouros mais suntuosos e de grande importância só foram construídos após os anos cinquenta do século XVIII. Alguns só foram concluídos no final do século, quando a população já havia criado raízes e o poder político e administrativo havia se consolidado.

Foram criados imponentes sobrados e prédios civis e religiosos em Vila Rica, da segunda metade do século XVIII em diante. São exemplos típicos desse período: o Palácio dos Governadores de Vila Rica, localizado no morro de Santa Quitéria, atual Praça Tiradentes, cuja planta é de autoria de Fernando Pinto Alpoim; a atual Casa dos Contos de Ouro Preto, obra de Manuel Francisco Lisboa, arquiteto português e pai do Aleijadinho e propriedade de João Rodrigues de Macedo, que estava em grande débito para com o Erário Régio. Devido a isso, a Coroa apropriou-se do prédio, sendo posteriormente transferida para a Casa de Rodrigues de Macedo a Intendência de Vila Rica e a Junta da Fazenda. Tem-se, ainda, a casa da Baronesa, situada na Praça Tiradentes, que pertenceu ao Barão de Camargos; a nova Casa da Câmara e Cadeia, construída em pedra, que também se localizava no morro de Santa Quitéria, sendo sua construção iniciada em 1784 e prolongada até 1847, cujo desenho é de autoria do governador Cunha Meneses, atualmente Museu da Inconfidência. Citemos, também, o Teatro Municipal, antiga Casa da Ópera, considerada por especialistas o mais antigo prédio teatral da América do Sul, que teve sua cobertura concluída em 1769, e as várias residências (sobrados) construídas na rua Direita, atual Conde de Bobadela.

As magníficas igrejas barrocas de Vila Rica, como as das Ordens Terceiras, do Carmo e de São Francisco de Assis, só foram construídas, ao longo de muitos anos, após a metade dos Setecentos - período da decadência da mineração e de estratificação social -, que suscitou a rivalidade entre as grandes irmandades, confrarias e arquiconfrarias¹³.

Nesse período, Vila Rica já ocupava uma posição de incontestável primazia dentro da capitania das Minas Gerais. Sede de importantes instituições políticas e administrativas, cabeça da comarca e provedoria, caracterizava-se, ainda, como importante praça militar com recrutamento por toda a capitania, contribuindo com o esforço português de redimensionamento do poder absolutista nessa possessão da sua colônia americana.

O Senado da Câmara era a instituição responsável pela política urbana da vila, tendo que fiscalizar, no meio urbano, o trabalho dos oficiais mecânicos, do “comércio ambulante”, dos pequenos comerciantes de “loja aberta”, dos vendeiros e dos taberneiros. Além disso, controlava o abastecimento da vila, vistoriando o comércio dos alimentos. Era também da sua alçada cuidar da higiene e saúde públicas, sendo responsável pela inspeção da limpeza da vila e seu termo. Na medida do possível, a Câmara de Vila Rica sempre procurou fazer melhoramentos nos logradouros públicos, objetivando preservar os caminhos e regularizar os traçados das ruas demarcando e balizando as fachadas das novas construções.

Com a promulgação, em 1720, do código de leis das Posturas Municipais, tentou-se elaborar um minucioso e detalhado plano de orientação no disciplinamento da vida urbana. A partir da década de trinta do século XVIII, iniciaram-se as investidas dos camaristas no sentido de impulsionar o desenvolvimento urbano em aspectos pouco ou nunca vislumbrados. A regulamentação das atividades produtivas da população e a utilização das vias públicas estavam estabelecidas no livro manuscrito das Posturas da Câmara de Vila Rica. Esse livro regulamentava os direitos e os deveres das pessoas que praticavam serviços urbanos e normatizava as construções das casas, ruas e caminhos públicos. As Posturas também determinavam os preços a serem cobrados pelos produtos alimentícios e manufaturados, estabeleciam os pesos e as medidas utilizados pelos comerciantes, e estipulavam condenações e multas para os transgressores de sua legislação.¹⁴

O livro manuscrito das Posturas Municipais abrange um longo período, que vai de 1720 a 1826. Era um corpo de lei único, sofrendo pequenas alterações e acréscimos de alguns aditivos nos anos de 1738, 1745 e em 1763. Nesse último ano, por exemplo, foi estipulado que os moradores de Vila Rica passariam a ser inspecionados pela Câmara duas vezes ao mês e no, seu termo, uma vez ao mês. Entretanto, o seu corpo de leis e resoluções manteve-se, no seu todo, pouco modificado. Um novo código de Posturas para Vila Rica e seu termo só foi confeccionado no período imperial, mais especificamente em 1826.

Os almotacés eram os funcionários responsáveis pela execução e fiscalização do código das Posturas. Esses funcionários saíam em correições pelas ruas da

⁽¹³⁾ Ver a respeito os estudos já citados de Sylvio de Vasconcelos. *Vila Rica*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977, pp. 16-31 e Fritz Teixeira de Sales. *Vila Rica do Pilar*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia, 1982, pp. 15-58.

⁽¹⁴⁾ As coimas eram as multas municipais cobradas em razão da contravenção das suas posturas, eram processadas civilmente perante os almotacés.

Vila e seu termo e teriam que lançar, em um livro específico escrito pelo seu escrivão, as multas e condenações dos transgressores das Posturas. O almotacé também tinha um livro específico para cada renda do Conselho, que era numerado e rubricado pelo ouvidor geral da Comarca de Vila Rica. Os oficiais mecânicos eram obrigados a requerer licença no Senado para exercerem seus ofícios. De seis em seis meses, os almotacés fiscalizavam as licenças desses profissionais e, caso encontrassem algum oficial mecânico sem licença, este pagaria a multa de oito oitavas de ouro para o Senado.

Todas as negras e mais pessoas que vendessem gêneros comestíveis como: castanhas, amêndoas, amendoim, peixes secos (bacalhau), sardinhas, alhos da terra ou de fora, aguardente do Reino ou da terra, melado, ovos do Reino ou dos currais, feijão, farinha de milho ou mandioca, sal aos pratos, lingüiças, bananas, e fumo, teriam que pedir uma licença da Câmara. Eram também obrigados a ter pesos, balanças e medidas aferidos conforme os gêneros que seriam vendidos. Caso vendessem esses alimentos sem a licença da Câmara, teriam que pagar duas oitavas de ouro como condenação, já se estivessem sem os instrumentos de peso e medição seriam multados em quatro oitavas de ouro¹⁵.

A população teria que manter as “*testadas*” (fachadas) das suas casas e calçadas limpas. Caso transgredisse esse termo das Posturas, também teria que pagar oito oitavas de ouro para a Câmara. Além disso, havia a obrigatoriedade de tirar licença para construir casas e não podia fazer modificações nas suas fachadas que causassem algum transtorno no alinhamento geral das casas. O dono do terreno tinha que preservar a via pública, não impedindo o trânsito de pessoas pela mesma¹⁶.

O Senado da Câmara começava, portanto, a aplicar normas para a urbanização da vila, fiscalizando o enquadramento das construções particulares. Tratava-se de um planejamento para a organização do espaço urbano, buscando punir as irregularidades cometidas

pelos moradores. É curioso notar que, com o passar dos anos, a solicitação de licença à câmara não era necessária apenas para o caso de construções de casas e reforma nas suas fachadas, mas também para construção de muros, calçamento de quintais e outras alterações, mesmo que estas não chegassem a prejudicar o alinhamento inicial, determinado pelos vereadores.

Constatamos, assim, que o sistema de alinhamento e vistorias não era restrito apenas aos serviços de obras públicas e de autoridades eclesiásticas, no momento de edificar casas, muros e igrejas. Passou, ostensivamente, na segunda metade do século XVIII, a ser extensivo às construções particulares, sendo uma tentativa de obter maior eficácia no disciplinamento das irregularidades cometidas pelos moradores¹⁷. Isto, provavelmente, se verificou em função do aumento da população e dos investimentos particulares, fatores que exigiam da Câmara não apenas o controle da esfera pública, mas também, da privada.

Apesar de os dados populacionais de Vila Rica, no século XVIII, não serem seguros, havendo apenas referências esparsas ao número total de seus habitantes, alguns estudiosos constataram um crescimento vertiginoso da população da vila na segunda metade do século. De acordo com Sylvio de Vasconcelos, no tombamento realizado em 1734, excluídos os escravos, foram anotadas entre a população livre da freguesia do Passa-Dez e do Padre Faria, 538 casas, com um total de 4.304 habitantes, à razão de oito por moradia. Já na virada do século, em 1801, João Vieira Couto atribuiu a Vila Rica uma população de 20.000 pessoas, constatando um substancial crescimento da população no decorrer da segunda metade dos Setecentos. O censo realizado na Capitania mineira em 1804 contabilizou 8.867 habitantes no perímetro urbano de Vila Rica (Antônio Dias, Ouro Preto, Alto da Cruz, Padre Faria, Cabeças e Morros), mas não contabilizou a população do seu termo. O viajante Saint-Hilare, por sua vez, avaliou a população de Vila Rica, em 1816, em apenas 8.000 habitantes, distribuída em 2.000 casas, mostrando que

⁽¹⁵⁾ De acordo as Posturas Municipais, Vila Rica 15 de janeiro de 1727. Fundo: CMOP, APM - Arquivo Público Mineiro, p 725 e 731. “Este Livro tem servido para nele se lançarem as Posturas da Câmara, nobreza, e mais pessoas da vereança, que fizeram e determinaram em Vila Rica e seu termo, vai numerado e rubricado por mim ouvidor da Comarca, com a minha rubrica. Vila Rica, 23 de março de 1720”. A postura que regulamentava as atividades dos oficiais mecânicos dos vendeiros e as vistorias para as construções de casas era denominada Postura da Renda do Ver. Em situações bastante específicas, poderia haver apelação ao Senado, como no caso de alguém ter provas suficientes de que foi injustamente multado pelo almotacé. Nesse caso, era o almotacé que seria penalizado pela Câmara, podendo ser condenado. E isto, de fato, ocorreu em Vila Rica, pois a documentação nos mostra um número expressivo de condenações de almotacés.

⁽¹⁶⁾ Posturas Municipais, Vila Rica 13 de Abril de 1737, Fundo: CMOP, APM - Arquivo Público Mineiro.

⁽¹⁷⁾ De com o aditivo nas Posturas Municipais ordenada pelos vereadores da Câmara de Vila Rica, em 27 de março de 1764.

o declínio populacional da Vila começou a ocorrer, de fato, no século XIX¹⁸.

Acreditamos, assim, que a idéia de complementar a promulgação das Posturas adveio da necessidade de enfrentar os novos desafios decorrentes do crescimento da vila. Esse novo viés da política urbana, sobretudo em relação ao tipo de edificação que se deveria construir, decorreu também da maturidade e da experiência adquiridas pelo poder local no processo de disciplinamento da vida urbana.

Foi, também, a partir da segunda metade dos Setecentos que o Senado da Câmara começou a incrementar a construção de fontes (chafarizes) para o fornecimento de água potável ao consumo diário da população e para a execução de serviços domésticos em geral, a exemplo da lavagem de roupas, de louças e de asseios pessoais. O Senado da Câmara construiu quatorze chafarizes em pontos significativos de ruas ou bairros de Vila Rica, buscando, dessa forma, o bom abastecimento de água e a sua utilização na vida doméstica. Alguns desses chafarizes têm também um evidente valor decorativo. Citamos como exemplos o Chafariz dos Contos (chamado de Chafariz da Ponte de S. José), arrematado em 1745 e terminado em 1760; o Chafariz da Rua da Glória, construído em 1752 (chamado Fonte de Ouro Preto); o Chafariz de Marília, datado de 1759, situado em frente a casa da musa de Gonzaga (hoje demolida); o Chafariz do Alto da Cruz, com escultura atribuída ao Aleijadinho, entre outros¹⁹.

Apesar de as fontes de água potável serem também utilizadas nas atividades domésticas, a Câmara preocupava-se com a boa qualidade da água para o consumo da população. Isso fez com que o poder municipal proibisse, sobretudo, as negras forras ou cativas de sujarem a água ou causar qualquer dano que a inviabilizasse para beber. Como pena, a Câmara

estipulou a cobrança de duas oitavas de ouro para a pessoa que cometesse essa transgressão²⁰.

Esse cuidado com a limpeza e com a higiene públicas sempre foi atribuição das câmaras. As Ordenações Filipinas, em vigor do século XVII ao XIX, deixavam bem claro que a tarefa de zelar pela limpeza da cidade apareceu como uma das principais obrigações do ofício dos almotacés. Contudo, cabia a esses funcionários cobrar dos moradores a limpeza não só das *testadas* (fachadas) e dos quintais de suas casas, como também da rua, não deixando, por exemplo, que depositassem esterco, lixo e entulhos nas ruas ou muros das cidades e vilas. Além disso, competia-lhes exigir da população que limpasse mensalmente os sítios e portas das casas que faziam divisas com os caminhos públicos, retirando delas toda a sujeira acumulada, lançando-a fora das vilas e cidades²¹.

Percebe-se, assim, que um bom resultado na limpeza do espaço social urbano dependia da maior ou menor participação dos moradores, já que o papel desempenhado pelos almotacés e pelo poder local era muito mais de fiscalização do que de execução direta. Nesse contexto, é certo que havia obstáculos e mesmo incapacidade de realização, por parte da Câmara, das obrigações relativas à limpeza e higienização da vila. Restava aos almotacés multar os moradores que transgredissem o código das Posturas²².

No entanto, a documentação mostra-nos que a intensificação das ações punitivas da Câmara, ao longo do século XVIII, não modificou a mentalidade da população. Durante os anos subseqüentes dos Setecentos, os negros e negras escravas ou forras e os moradores, em geral, continuaram a cometer as mesmas transgressões como: “sujar as águas das fontes públicas; não limpar as suas testadas; jogar lixo, água e

¹⁸ Ver as pesquisas de Sylvio de Vasconcelos, *Vila Rica*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977; João Vieira Couto, *Memórias sobre as Minas da Capitania das Minas Gerais*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano X, p. 77, Iraci Del Nero da Costa. *Vila Rica: População (1719-1826)*, São Paulo, IPE/USP, 1979 e Saint-Hilare, *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Ed. Nacional, 1938, v. 1, p. 130.

¹⁹ Ver o estudo de Sylvio de Vasconcelos, *Vila Rica*, op. cit., pp. 223-228.

²⁰ Arquivo Público Mineiro, fundo: CMOP, Série: Posturas Municipais (1720-1828), p.751.

²¹ A responsabilidade da Câmara pela limpeza das cidades ou vilas já constava das Ordenações Manuêlinas. As Ordenações Filipinas, compiladas em 1604, vêm sobre esse assunto, reforçar o existente nas anteriores. No entanto, apenas quatro parágrafos das Ordenações Filipinas resumiam as obrigações básicas da Câmara em relação ao asseio e limpeza das vilas e cidades. Embora incisivo, o trecho das Ordenações que versava sobre a limpeza pública não trazia pormenores acerca da abrangência e/ou limites das ações dos camaristas e de seus auxiliares. Ver nas Ordenações Filipinas o L. I, T. 68, op. cit.

²² Arquivo Público Mineiro – APM, CMOP, Posturas, de 23 de Março de 1745. “Este livro tem servido para nele se lançarem as posturas dessa dita Câmara, nobreza, e mais pessoas da governança fizeram, e determinaram nesta Vila Rica e seu termo; vai numerado e rubricado por mim ouvidor da comarca, com a minha rubrica. Vila Rica, 23 Março de 1745”. pp. 736-737. “os moradores serão obrigados a manter as ruas e as calçadas desta vila limpas, que calcem e limpem as ruas e suas testadas e se faltarem serão condenados na forma obstante do Senado”.

dejetos nas ruas; criar porcos e deixá-los soltos nas ruas, gerando mal ares, entre outras transgressões²³.

Cabia, também, ao Senado da Câmara construir e conservar as pontes, tão necessárias aos moradores e viajantes. As pontes, criadas sobretudo na segunda metade do século XVIII, sempre foram uma característica peculiar de Vila Rica, cortada por vários córregos (do Sobreiro, do Funil, do Xavier, do Padre Faria, do Rosário, entre outros) e serviam como uma renda a mais para a Câmara, uma vez que era realizada em algumas pontes a cobrança de passagem dos viajantes, ficando os moradores isentos do pagamento. Foram construídas oito pontes em Vila Rica no período colonial: a ponte do Pilar, datada de 1757, servia de comunicação entre as freguesias do Pilar e do Antônio Dias; a ponte da Barra, situada onde estavam as lavras pertencentes a Antônio Dias, construída em 1806; a Ponte dos Contos, construída em 1744, situava-se sobre o córrego do Xavier e, por fim, a Ponte do Padre Faria, construída em 1757. Têm-se, ainda, a Ponte do Palácio Velho, Ponte da Praia do Antônio Dias, a Ponte do Rosário e a Ponte Seca, esta última localizada próxima à Matriz do Pilar.²⁴

Assim, problemas antigos, originários do rápido e intenso povoamento de Vila Rica nas primeiras décadas do século XVIII, foram potencializados e reexaminados e uma nova política de urbanização do Senado da Câmara foi adotada, sobretudo, na segunda metade do século, a qual procurava resolver tais problemas com a edificação de pontes e a abertura de passagens públicas, a construção e o conserto de fontes (chafarizes) de água potável, o calçamento de ruas e praças, ou tratava, ainda, de novos assuntos, como a vistoria de construções públicas e particulares e a correção de alinhamentos. Essas eram as novas diretrizes que passaram a figurar na pauta diária das atividades dos vereadores.

Quanto à construção, manutenção e reparos dos caminhos que ligavam as freguesias mais distantes ao centro da vila e que passavam por terras de particulares, a orientação, desde o início do século XVIII, era que os donos das propriedades arcassem com o serviço desses caminhos, sob pena de pagarem seis oitavas de ouro de multa para a Câmara. Rezavam as Posturas:

“Todo o lavrador do termo desta vila que não tiver atestados de suas roças com caminhos e pontes que lhes pertence refeitas, e consertadas, livres de atalhos(...) capazes de por eles fazer jornada pela primeira vez, que os ditos caminhos e pontes se não acharem correntes, serão condenadas em seis oitavas de ouro²⁵”.

Além disso, havia a obrigatoriedade de o dono do terreno preservar a via particular, que se tornava pública, não podendo impedir o trânsito de pessoas pela mesma. Ainda segundo as Posturas, qualquer pessoa que quisesse entrar em Vila Rica e seu termo com “carruagem” tinha que aferir o seu marco, dentro do prazo de oito dias, em medidas de vara ou covado. Para entrar com bebidas na vila, teria que tirar licença do Senado, caso contrário, pagaria multa de quatro oitavas de ouro²⁶.

Desta forma, o Senado da Câmara da atual cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica, incrementou, sobretudo após a segunda metade do século XVIII, uma política urbana mais agressiva, que não só contemplou o projeto colonizador da Coroa portuguesa para essa importante região das Minas Gerais colonial com a urbanização e melhoramento da vila, como também buscou organizar e disciplinar a vida urbana dos seus moradores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e Artigos

ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos Vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1993.

COSTA, Iraci Del Nero. **Vila Rica: População (1719-1826)**. São Paulo: IPE/USP, 1979.

COUTO, João Vieira Couto. Memórias sobre as Minas da Capitania das Minas Gerais. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano X. Belo Horizonte, 1930.

D' ASSUMPCÃO, Lívia Romanelli Considerações sobre a Formação do Espaço Setecentista nas Minas. In **Revista do Departamento de História**. Nº 9. Belo Horizonte, 1989.

⁽²³⁾ Nas séries documentais referentes aos editais e cartas do Senado da Câmara de Vila Rica existem muitas reclamações dos oficiais da Câmara quando os moradores transgredirem a legislação (Posturas) da higiene pública. Em cada edital que condenava essa prática, os camaristas alertavam à população que seria multada de acordo com o código das Posturas.

⁽²⁴⁾ Sylvio de Vasconcelos, **Vila Rica**, *op. cit.*

⁽²⁵⁾ Vide Posturas Municipais. Vila Rica, 15 de janeiro de 1727. Arquivo Público Mineiro, CMOP, p. 741. Alguns anos depois, em 1738, houve a retificação da multa de seis para duas oitavas de ouro para o transgressor desse termo da Postura. Mas, caso o lavrador fosse pego em situação irregular pela segunda vez, era preso na cadeia de Vila Rica e só seria solto depois de mandar refazer os caminhos e pontes.

⁽²⁶⁾ Idem, p. 730.

FILHO, Nestor Goulart Reis. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado, 2000.

_____. As principais cidades e vilas do Brasil: Importância da vida urbana colonial. In: **Revista Oceanos: A Construção do Brasil Urbano**. Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, no 41, Jan./Mar, 2000.

_____. **Evolução Urbana no Brasil (1500-1720)**. São Paulo: EDUSP, 1969.

FONSENCA, Cláudia Damasceno. Agentes e contextos das intervenções urbanísticas nas Minas Gerais do século XVIII. In: **Revista Oceanos: A Construção do Brasil Urbano**. No 41, Jan./Mar. Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

HILARE-Saint. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Ed. Nacional, 1938. V. 1.

HOLANDA, Sérgio. Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed., 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JÚNIOR, Augusto de Lima. **A Capitania das Minas Gerais**. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/Edusp, 1978.

MARX, Murilo. Arraiais Mineiros – Relendo Sylvio de Vasconcelos. In: **Revista Barroco**. Nº 15. Belo Horizonte, 1992.

SALES, Fritz Teixeira de. **Vila Rica do Pilar**. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia, 1982.

VASCONCELOS, Diogo de. **História Média de Minas Gerais**. 4ªed. Belo Horizonte, 1974. V.2.

VILLALTA, Luiz Carlos: O Cenário Urbano em Minas Gerais Setecentista: Outeiros do Sagrado e do Profano. In: **Termo de Mariana. História e Documentação**. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1998.

Fontes Manuscritas:

Arquivo Público Mineiro (APM)/Belo Horizonte.

Fundo: CMOP. Série: Posturas Municipais (1720-1828).

EL COMERCIO MINORISTA EN LA CAMPAÑA BONAERENSE (1750-1870). DE LA PULPERIA AL ALMACEN: EL NEGOCIO DESCONOCIDO DE LA PAMPA

THE RETAIL COMMERCE IN THE BUENOS AIRES CAMPAIGN (1750-1870). FROM THE PULPERIA TO THE WAREHOUSE: THE UNKNOWN BUSINESS OF PAMPAS

Laura Leonor CABREJAS²

RESUMEN

Los viajeros nos dejaron una imagen estereotipada de la campaña bonaerense, propia de una mirada lejana y genérica. El discurso exótico con el que se propusieron describir regiones relativamente desconocidas, reflejó en muchas oportunidades prejuicios raciales o de clase. La literatura de viajeros ha sido durante mucho tiempo una fuente importante en la historiografía rioplatense y gran parte de ella sigue reflexionando sobre la campaña con las mismas premisas de estos relatos. El análisis de otro tipo de fuente como son los inventarios nos permite afirmar que los efectos que podemos hallar en los comercios minoristas de la campaña resultan de una notoria variedad y permite cambiar la imagen arquetípica de lo que una pulpería o bien un almacén - imagen que impone sólo la existencia de los productos necesarios para el consumo de subsistencia a que estaban acostumbrados los habitantes de la campaña - gente de pocas necesidades y exigencias. Los inventarios nos presentan un amplísimo universo de productos relacionados con la indumentaria - ropa, tela y calzados -, artículos de mercería, limpieza, lumbre, tocador y ferretería, menaje, herramientas y medicinas, todos ellos en muy diversa variedad y cantidad. En este trabajo, me propongo estudiar todos los artículos que conforman los que denominé el "negocio desconocido", redefiniendo no sólo al comercio minorista sino también a los usos y costumbres de los habitantes de la campaña bonaerense.

Palabras-clave: pulpería; comercio minorista; campaña bonaerense; inventarios.

ABSTRACT

Travelers have left us a stereotyped image of Buenos Aires countryside, according to their distant and generic point of view. The exotic discourse used to describe relatively unknown regions, has reflected, more than once, racial and class prejudices. Travelers literature has been a very

⁽¹⁾ Ponencia presentada en las VII Jornadas Regionales de Investigación en Humanidades y Ciencias Sociales, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Jujuy, octubre de 2002.

⁽²⁾ Profesora de Historia. Investigadora del Grupo Sociedad y Estado. Facultad de Humanidades. Universidad Nacional de Mar del Plata, Buenos Aires. Argentina.

important source of information for the Argentine historiography for a long period of time and it still is of great value for historical research. Nevertheless, the analysis of a different type of source such as inventories allows us to affirm that there is a wide range of goods found in retail groceries. This changes completely the archetypal image of this kind of shop where only rustic products for rustic peasants were thought to be stored. Inventories show a great variety of clothes, shoes, lights, soaps, tools, medicines, buttons, nails, ropes, threads, etc. In this work, I intend to study each and every good which makes part of what I have named "the unknown business", giving a new significance not only to the trade by retail but to the custom of the Buenos Aires countryside inhabitants as well.

Key words: retail grocery; commerce/trade by retail; Buenos Aires countryside; inventories.

INTRODUCCIÓN

Las pulperías aparecieron en la América hispana en época temprana. Ya desde el siglo XVI, se identificaba con el nombre de pulpería a los negocios que se dedicaban a la venta de provisiones para el abasto de la población. La historia de la pulpería del mundo rural rioplatense hunde sus raíces en la literatura costumbrista inspirada en la memoria y los relatos de viajeros.

Los viajeros nos dejaron una imagen estereotipada de la campaña bonaerense, propia de una mirada lejana y genérica. El discurso exótico con el que se propusieron describir regiones relativamente desconocidas, reflejó en muchas oportunidades prejuicios raciales o de clase.

La literatura de viajeros ha sido durante mucho tiempo una fuente importante en la historiografía rioplatense y gran parte de ella sigue reflexionando sobre la campaña con las mismas premisas de estos relatos. En muchos casos, la historiografía continuó reproduciendo la relación "entre una descripción literaria, el territorio que provee la materia del texto y la identidad que en él se cuestiona y se afirma" (FERNÁNDEZ BRAVO, 1994: 32).

Son pocos los estudios rigurosos y propiamente historiográficos que se han dedicado a ella. Jorge Bossio (1970) dedica páginas esclarecedoras sobre la pulpería rural pero no logra desprenderse del trazo mitológico creado por la literatura gauchesca. Ricardo Rodríguez Molas (1968) se ocupa también de las pulperías rurales y de algunos de los productos que se vendían, pero la imagen de la pulpería sigue siendo crítica y desfavorable. Richard Slatta (1982) reconstruye las instalaciones de la pulpería rural y analiza, en forma crítica, las prácticas mercantiles de los pulperos en quienes ve – junto a los estancieros – a los explotadores del gaucho. Pero Slatta sigue contaminado, a causa de las fuentes que utiliza,

por la imagen tradicional de la pulpería rural como una taberna que además expende un número limitado de productos y el pulpero se nos aparece como un negociante inescrupuloso y andrajoso que no desentona con su local y lo articula al mundo rural como socio de los cuatros.

Muchos más novedoso es el enfoque y el tipo de fuentes empleados por Jorge Gelman (1993) que, aunque referido a la Banda Oriental, plantea cuestiones y formula observaciones muy pertinentes para el estudio de la pulpería rural de la campaña bonaerense. Describe, entre otros aspectos, el papel de la pulpería como medio de vinculación entre el mercado y los campesinos; los mecanismos de endeudamiento con los labradores y la especial relación de los pulperos con los grandes comerciantes de Buenos Aires. En la misma línea se encuentra el análisis realizado por Juan Carlos Garavaglia (1994), que muestra a los pulperos en el rol de acopiadores de trigo o traficantes de cueros.

El análisis de otros tipos de fuentes como son los inventarios y tasaciones de bienes encontrados en las sucesiones de pulperos como así también los datos aportados con los registros estadísticos y censos, nos han presentado otra visión que me obliga a repensar el pasado³.

En primer lugar, debo hacer algunas aclaraciones sobre las denominaciones empleadas para caracterizar a este tipo de negocio. Algunos autores, al igual que lo observado en los relatos de viajeros, emplean indiscriminadamente los términos "pulpería", "almacén", "taberna rural" o "esquina", para referirse a este comercio minorista. Si tenemos en cuenta las denominaciones empleadas en los documentos sucesorios, es común encontrar que en un mismo inventario se hayan empleado

³ Véase Carlos Mayo, Angela Fernández, Diana Duart, Carlos Van Hauvart, Julieta Miranda, Laura Cabrejas, Vanesa Velich y Daniel Virgili, **Pulperos y pulperías rurales**, en: Carlos Mayo (Director), **Pulperos y pulperías de Buenos Aires (1740 – 1830)**, Buenos Aires, Editorial Biblos (2ª edición), 2000, y Daniel Virgili, **Las esquinas de la pampa. Pulperos y pulperías (1788 – 1865)**, en Carlos Mayo (editor), **Vivir en la frontera (1770 – 1870)**, Buenos Aires, Editorial Biblos, 2001.

los términos “pulpería”, “almacén” o “casa de negocio”⁴. Ante esto podríamos pensar que en realidad eran sinónimos pero, de haber sido así, cabe preguntarse entonces por qué el Estado emplea como dos categorías diferenciadas el almacén y la pulpería, a la hora de cobrar las patentes. Analizando los inventarios de esos comercios tampoco se observan diferencias en el stock de mercaderías.

Pilar González Bernaldo (1993) cree encontrar la causa en una estrategia de los pulperos quienes, para burlar las restricciones en el horario de apertura de sus locales, cambian los mismos por esta nueva categoría en el período rosista; por otra parte advierte la creciente evolución en el número de almacenes registrados desde 1826 a 1836 y la abismal disminución del rubro pulpería hacia fines del período. Sin embargo, si observamos el contexto rural, son muy pocos los almacenes mencionados con relación a las pulperías, y si bien ambos pagan el mismo monto por sus patentes, se tiene el cuidado de diferenciar el rubro, aún en el caso de que ambos comercios pertenezcan a un mismo dueño y se ubiquen en la misma jurisdicción. Cabe destacar, que en el informe oficial de los comercios de campaña para 1854, se enumeran sólo dos rubros: uno es tiendas y el otro almacenes y pulperías⁵. Podemos sospechar que la diferencia entre ambas categorías no radicaba en los rubros que tenían a la venta sino en que sólo la pulpería contaba con el espacio para el despacho y consumo de bebidas *in situ*.

A partir de la década del 70, el mundo rural iba a experimentar un gran cambio y la pulpería también. La pulpería que se presentara en la segunda mitad del siglo XVIII poco se parece a la que hallamos hacia las últimas décadas del XIX. Se irán convirtiendo paulatinamente en “almacenes” y “casa de negocios” dando origen a los legendarios almacenes de ramos generales de fines del siglo XIX.

Como en otras ocasiones este trabajo comenzó con la re-lectura de un conjunto de memorias y crónicas que narraban expediciones por la campaña bonaerense, pero teniendo en cuenta la posición ambigua propia de este tipo de literatura de viajes “ubicada entre el ensayo y el relato, entre la descripción costumbrista y el reporte científico y político” (FERNÁNDEZ BRAVO, 1994:32).

Sin desmerecerla, consideramos que es tiempo de hacer una revisión de la imagen diseñada por los viajeros y adoptada por la literatura tradicional y costumbristas. Algunos viajeros y memorialistas mencionaron en sus

descripciones de las pulperías rurales los productos que aquéllas vendían a sus clientes. Emeric Essex Vidal (1943) menciona así la venta de caña, cigarros, sal, cebollas y pan, éste último producto sólo para las pulperías próximas a la ciudad de Buenos Aires. Muchos años más tarde, ya avanzado el siglo XIX, Cunninghame Graham (1955) añade a la lista ponchos, calzoncillos, alpargatas, higos, sardinas, pasas, pan, aperos de montar y bebidas alcohólicas como el vino carlón, la caña brasileña y vino seco. Más completa es la lista de productos que Guillermo Enrique Hudson (1938) recordaba haber visto en venta en un negocio que conoció en su infancia en la década de 1840: cuchillos, espuelas, algunas argollas para aperos de montar, vestidos, yerba mate y azúcar, tabaco, aceite de castor, sal, pimienta, aceite y vinagre, además de cacerolas, asadores, sillas de mimbre y hasta ataúdes. Los productos que Hudson menciona por su nombre suman dieciséis aunque no deja de señalar, como al pasar, que allí, en aquel negocio, los clientes “podían comprar todo lo que quisieran” (HUDSON, 1938:24). Lo observado por Hudson nos hace sospechar la rica variedad de productos que exhibía este negocio – posiblemente una pulpería –; Richard Slatta (1982) reduce drásticamente la nómina al señalar que los aperos de montar, el equipo de trabajo, la bebida alcohólica, el tabaco y la yerba mate eran los productos más importantes y populares que vendían las pulperías de la pampa en el siglo XIX. Nuevamente el relato de los viajeros y la historiografía tradicional construida sobre él resulta bastante limitado.

El análisis de otro tipo de fuente como son los inventarios nos permite afirmar que los efectos que podemos hallar en los comercios minoristas de la campaña resultan de una notoria variedad y permite cambiar la imagen arquetípica de lo que fue una pulpería o bien un almacén, imagen que impone sólo la existencia de los productos necesarios para el consumo de subsistencia a que estaban acostumbrados los habitantes de la campaña gente (aparentemente) de pocas necesidades y exigencias. Los inventarios nos presentan un amplísimo universo de productos relacionados no sólo con el consumo alimentario sino también de otros productos relacionados con la indumentaria – ropa, telas y calzado –, artículos de mercería, limpieza, lumbre, tocador y ferretería, menaje, herramientas y medicinas, todos ellos en muy diversa variedad y cantidad.

Del conjunto total de los efectos, los productos que tradicionalmente se adjudicaron a los comercios de la campaña (bebidas y alimentos) en una muestra de 17

⁽⁴⁾ Casa de negocio: denominación empleada inmediatamente posterior al período rosista. En algunos casos también se lo indica como “casa de trato”, y para la década de 1860 comienza a aparecer la expresión “negocio mercantil”.

⁽⁵⁾ Registro Estadístico de Buenos Aires, 1854, Tomo 1, Imprenta de la Tribuna, Buenos Aires, 1858.

inventarios de sucesiones, nunca llegaron a superar el 45% del valor total de los productos ofrecidos a la venta; por lo generalmente oscilan entre un 15 y un 25%. De los otros productos, el mayor capital está representado por aquellos efectos relacionados con prendas de vestir, telas o lienzos y artículos de mercería (el 50% aproximadamente) y comparten esa situación cuando se encuentran en stock enseres. El volumen restante está representado por efectos diversos como herramientas, aperos, artículos de limpieza y tocador, lumbre, papel y tabaco.

La posibilidad de trabajar con otro tipo de fuentes como son los inventarios y tasaciones realizadas a los efectos de las sucesiones y la partición de bienes de comerciantes y habitantes de la campaña bonaerense nos permiten ofrecer una visión matizada y hasta a veces sorprendente.

Los inventarios y sucesiones fueron reunidos en dos grandes grupos documentales. Por un lado los inventarios de los comercios minoristas – pulperías, tiendas y almacenes de la campaña bonaerense desde 1778 aproximadamente hasta 1870. La muestra es de 40 sucesiones. El segundo grupo está compuesto de 105 sucesiones de miembros de la sociedad rural. La primera de 1740 y la última de 1869. Son fuentes muy confiables pues en el momento de ser confeccionadas contaron con el ojo avizor del albacea o del heredero, preocupados en no cometer errores y sin la necesidad de ocultar bienes. Las sucesiones personales tienen la desventaja de representar a un grupo social determinado – el que tiene bienes para legar –, por este motivo, hay dos sectores de la sociedad rural que no van a estar representados: los que no poseen bienes y los indios. Estos últimos sólo figurarán en los “partes de milicia”, hechos en la campaña bonaerense por los jueces de paz del rosismo, que contienen información muy detallada sobre filiación, ropa y apariencia general de los detenidos. Cabe destacar, entonces, que la muestra de sucesiones cubre a los sectores propietarios y deja afuera a los que no lo son. Los casos analizados provienen, en su mayoría, de los sectores medios y altos de la sociedad rural. El trabajar con estos dos grupos de documentos nos permite hacer un seguimiento de los productos que se vendían en los negocios, del escaparate a la casa o rancho del habitante rural.

En este trabajo, me propongo estudiar todos los artículos que conforman lo que denominamos el “negocio desconocido”, clasificados en los rubros ropa y artículos de vestir, telas y artículos de mercería, calzado, perfumes y aceites, menaje, aperos, herramientas y artículos de ferretería, papel y tabaco y por último una serie de bienes agrupados como “lo raro, lo exótico y lo inusual”.

Quedan fuera de la investigación los rubros “mas conocidos”: bebidas y alimentos. El objetivo es, a través del análisis de los bienes que se venden, redefinir no sólo al comercio minorista sino también a los usos y costumbres de los habitantes de la campaña bonaerense.

A partir de la segunda década del siglo XIX, la economía ganadera de la provincia de Buenos Aires inició un ciclo de crecimiento ligado con la inserción de la producción pecuaria en las plazas mercantiles de los países europeos que se hallaban en pleno proceso de industrialización. La libertad de comercio desde 1810 estrechó los vínculos mercantiles con Inglaterra, la principal potencia económica de la época. Buenos Aires se convirtió en la vía de acceso a los productos europeos más baratos y las provincias perdieron el mercado porteño, ya que por los costos de flete, los derechos de tránsito y los aranceles proteccionistas no podían competir con aquellos. En el período de 1830 a 1850 la campaña bonaerense se vio inundada de productos ingleses. Revisando los escaparates de los negocios rurales, trataremos de verificar el impacto de las manufacturas extranjeras sobre la producción local.

El período elegido se extiende desde 1750, unos años después de la construcción del primer fuerte en Arrecifes (1736) hasta el advenimiento del período de la organización nacional (1870), de decir, desde los orígenes del poblamiento fronterizo hasta la expansión, madurez y liquidación de la frontera sur con la “Campaña al desierto”. El proceso pasó por distintas etapas con momentos de avance y retroceso, ganando y perdiendo espacios aptos para ser ocupados. La campaña bonaerense se presentó como una vasta región de abundantes y baratas tierras que generó el surgimiento de estancieros, campesinos, labradores y “una amplia y nutrida red de pulperías y almacenes contribuía a sostener y alentar un tipo y un nivel de consumo más sofisticado de lo que se pensaba” (MAYO, 2001: 167-168).

PARTE I

LA ROPA Y LOS ARTÍCULOS DE VESTIR

“Se viste pasando la cabeza por una pequeña abertura que tiene en medio, con lo que queda descansando en los hombros, y cuelgan por uno y otro lado sus extremos, que se levantan cuando se quiere desembarazar los brazos, echando para atrás la falta delantera o terciando sus costados sobre los hombros. Los tejidos son más o menos finos y de sus varios precios; suele haberlos muy ricos, tanto en telas, como por sus dibujos. La

gente de campo de todas las clases usa siempre en todo tiempo esta prenda tanto en casa, como fuera, así a pie como a caballo. Es también propio de los peones y de toda la gente de servicio que lo visten muy ordinario” Millau y Maraval (1947:44-45).

“Don Anastasio Buenavida – el último de una larga serie de estancieros con antepasados ricos en campos y haciendas – tenía ojos grandes, oscuros y patéticos, bigote negro perfectamente formado y una larga y negra cabellera, que usaba en bucles simétricos caídos hasta los hombros. Usaba el pintoresco traje de gaucho: camisa o blusa de fina tela negra profusamente decorada con botones de plata, pliegues, tablas y bordados de color rojo y verde, chiripá de fina lana amarilla o color vicuña, blancos calzoncillos cribados (asomándose por debajo del chiripá) del más fino hilo y con flecos y encajes, según se usaba esta prenda. Llevaba siempre bien lustradas las botas y su poncho azul lucía forro punzó” (HUDSON, 1938:194).

El funcionario y viajero español Don Francisco Millau y Maraval fue, sin lugar a dudas, un meticuloso observador que nos dejó su impresión respecto a esa prenda que - al igual que en España- era usada por todos los habitantes de Buenos Aires. El poncho –manta de dos varas y media de largo por algo menos de ancho, tejida con lana o algodón, servía de cabalgadura, manto y defensa de su dueño, cómo escudo ante un enfrentamiento con cuchillos. El experto en minas John Miers nos cuenta que el “poncho es la única pieza de ropa que (los paisanos) siempre se quitan; quienes poseen uno lo utilizan a veces para cubrirse de noche cuando se acuestan” Miers (1968). En 1846, la familia Hudson cruzaba con enseres y animales el arroyo Las Conchitas en dirección sur para instalarse en la estancia Las Acacias, cerca del pueblo de Chascomús. En aquellos parajes Guillermo Enrique pasó su infancia. Con los recuerdos de esa época y muy lejos de la pampa argentina Hudson nos legó su obra y su idealizado gaucho que fuera usado muchas veces como modelo del habitante de la campaña bonaerense.

“Los que son acomodados usan chupa o chamarra, chaleco, calzones, calzoncillos, sombrero, calzado y un poncho y los peones, jornaleros y gente pobre, no gastan zapatos; los más no tienen chaleco, chupa, ni camisa, ni calzones, ciñéndose a los riñones una jerga que llaman chiripá, y si tienen algo de lo dicho, es sin

remuda, andrajoso y puerco, pero nunca le faltan los calzoncillos blancos, sombrero, poncho para taparse y unas botas de medio pie sacadas de las piernas de los caballos y vacas” (AZARA, 1923:21)

El vestido siempre fue un medio para que el individuo se identificara socialmente. Además de las implicaciones sociales se puede relacionar a la indumentaria con prácticas culturales o estrategias económicas. Lo cierto es que a partir de la vestimenta nos formamos la primera impresión de nuestros semejantes. La ropa nos revela a través de la forma, el color, los materiales, la confección y la función, la condición social, los gustos, las posibilidades y la actitudes de quién la luce. Estas observaciones también comprenden a la indumentaria campestre.

Resumiendo las descripciones recogidas aparecen cuatro prendas principales en la vestimenta gauchesca, a saber: poncho, chiripá, bota de potro y calzoncillo cribado⁶. Veremos si siempre podremos vestir al hombre bonaerense con estas prendas o si admite algunas variaciones.

Andrés Carretero (2000) afirma que la proliferación de comercios dedicados a la venta de ropa con posterioridad a 1810 llegó a las pulperías. Algunas de éstas, por la cantidad de prendas que vendían se transformaron en una competencia seria para los negocios céntricos de la ciudad de Buenos Aires. Los cambios en los materiales con lo que se confeccionan las vestimentas se vinculan con los desarrollos tecnológicos y la aceleración de los contactos mercantiles que en el caso del Río de la Plata se dio en las primeras décadas postrevolucionarias.

Podemos anticipar que estas consideraciones también competen al habitante de la campaña, y el pulpero conocedor de la demanda de los artículos de este rubro los proveyó con gran variedad y cantidad.

Analizando nuestra muestra podemos advertir que lo aseverado por Carretero para la ciudad también se cumplía en la campaña. En 30 de los 40 inventarios de comercios minoristas se han encontrado tasadas ropas y artículos de vestir.

Si tomamos, por ejemplo, las prendas que con mayor frecuencia se han encontrado en las sucesiones podríamos llegar a vestir al habitante de la campaña: calzoncillo – ancho calzón de blanco de lienzo – sujeto por una faja ancha, camisa de zaraza – tela de algodón muy fina – chaleco o chaquetón de paño, pañuelo al cuello, gorra o sombrero de castor – elegido por su

⁶ La designación de gaucho se hace extensiva a todos los pobladores rurales.

impermeabilidad y larga duración, un poncho de vicuña de manufactura criolla o bien uno de origen inglés, medias y botas.

La Real Academia describe al poncho como una pieza rectangular, con una abertura longitudinal o rasa en el centro destinada a pasar la cabeza. El poncho puede ser liso, listado de colores o con franjas sobre ambos lados. Su contorno puede estar guarnecido con flecos cortos, lisos y del mismo color de las franjas; otras veces en vez de flecos lleva un ribete o vincha en el contorno. Un galón angosto, tejido aparte y aplicado rodea la abertura del poncho, terminando sobre los extremos en forma de T.

También se lo define como una “especie de capote para montar a caballo”, y ya en el siglo XVII –aclara Rodríguez Molas– el hombre de campo lo usa en reemplazo de la capa española (RODRIGUEZ MOLAS, 1968: 150).

Las denominaciones con las cuales se los inventarió varían según la zona y el material empleado en su fabricación. Así tenemos al poncho ordinario o poncho “pampa” confeccionado con la gruesa lana de las ovejas. También se tejían de hilo y algodón y hasta se vendían unos ponchos pequeños de verano que cubrían hasta la cintura llamados “calamacos”. En las sucesiones personales se tasaron otros tipos de poncho como el denominado “balandrán”, que sobrepasa las rodillas, llamado así por la semejanza con la “balandrina”, vestidura talar ancha con esclavinas que suelen usar los religiosos, y además el poncho de bayeta de lana floja y poco tupida.

Las provincias de Santiago del Estero, Córdoba, Catamarca y San Luis proveyeron con sus rústicos telares el material para la confección de estas prendas. También lo hicieron los indios pampas “cuyos tejidos se colocaban en los mercados coloniales y continuaron haciéndose presentes en todos los mercados regionales hasta fines del siglo XVIII” (GELMAN, 1999: 77).

Después de la revolución, las telas más baratas importadas de Gran Bretaña tuvieron mas aceptación y tanto Buenos Aires como su campaña se vieron inundadas de los productos ingleses. Pese a la legislación proteccionista de 1835, “los ponchos ingleses abundan cada vez más, pero junto con ellos siguen

encontrándose ponchos calamacos y pampas; tampoco para el resto de la vestimenta el predominio de la jerga inglesa parece demasiado evidente” (HALPERIN DONGHI, 1979: 102). Lo aseverado por Halperin Donghi se verifica con los inventarios de los negocios rurales. José Baliero vendía en su pulpería de la Guardia de Luján ponchos ingleses de variada confección, ya que podían ser finos o gruesos, cortos o largos, con o sin flecos, y ponchos calamacos o de vicuña; también lo hacía, para la misma época Juana López en los pagos de Azul.⁷ Si comparamos los precios los ponchos chicos de paño o de vicuña (prenda de lujo preferida con los estancieros por ser mas abrigado e impermeable) fueron tasados a \$80 cada uno, mientras que un poncho inglés corto valía en la pulpería de Baliero \$ 43 y en la de Juana López \$40. Pero el poncho calamaco, más económico, podía ser adquirido por \$ 15 y el poncho de apala apenas a \$ 8.⁸ También se puede tener en cuenta que un poncho calamaco se exportaba a \$ 30 y el poncho de apala a \$15.⁹

Para reconstruir la vestimenta de la época de Rosas recurrimos a los Partes de milicia de los fuertes fronterizos, que contienen información detallada sobre la ropa y la apariencia general de los sujetos que eran tomados como prisioneros por diversas causas. De los 44 detenidos en el Fuerte de San Serapio del Arroyo Azul, según lo informado por el Comandante Pedro Rosas y Belgrano, 10 lucían ponchos ingleses, 9 tenían ponchos “pampa”, 5 lucían “calamacos” y 4 peones llevaban puesto ponchos de paño. Diez años después, otro informe de varios fuertes aclaraba que de los 58 detenidos, 27 portan ponchos de “apala”, 15 de paño y sólo 8 lucen los ponchos ingleses¹⁰. Como vemos el poncho inglés no desplaza totalmente a la prenda de confección local.

En el siglo XIX se observa un cambio sustancial en la indumentaria del hombre de campo. El calzón es reemplazado por el chiripá indio¹¹, descrito como una lienzo flojo –similar a un pañal– que iba entre las piernas sujeto a la cintura, ideal para andar a caballo. Debajo del chiripá, el calzoncillo blanco. Ambos serán reemplazados por la bombacha, prenda introducida por los inmigrantes hacia fines del siglo. También se impondrán los pantalones –de bayetón, casimir o corderoy, como los ofrecidos por don Víctor Carrasco en su pulpería de Balcarce.¹² Podemos destacar que se encontraron 10

(7) A.G.N. Sucesiones N° 3943 Don José Baliero, Guardia de Luján, 1850; A.H.P.B.A. 39-1-7. Sucesión de Juana López, Azul, 1850.

(8) A.H.P.B.A. Legajo 39-1-7. Sucesión de Medina, Francisco, Azul, 1851.

(9) A.G.N. Listado de precios de importación y exportación, informado por los corredores de número en enero de 1847.

(10) A.G.N. Partes de Milicia. Fuerte de San Serapio del Arroyo Azul, 1840 y Fuertes Chapaleofú – Pillahuinco-Indio Rico – Santos Lugares – Las Heras, 1850.

(11) En la lengua quichua *chiri* – *pac*, significa “para el frío”.

(12) A.G.N. Sucesión N° 4998. Don Víctor Carrasco. Balcarce, 1870.

negocios que vendían pantalones frente a sólo cinco que ofrecían chiripases. El chiripá, fue, desde sus orígenes, una prenda de uso entre los hombres más modestos, los menos pudientes, son los hacendados los que siguieron usando el calzón de tipo hispánico reemplazado por el pantalón después de 1850.

En una muestra de 56 inventarios de habitantes de la campaña – entre 1740 y 1820 – se tasó la ropa en sólo 37. Este rubro representaba apenas el 2,4 por ciento promedio del total de la tasación. La prenda más hallada fue el poncho (cuarenta en veintidós sucesiones). La vestimenta que le sigue – en dieciocho sucesiones – fueron las chupas. La chupa era la parte del vestido que cubría el tronco, a veces, con falda de la cintura para abajo y con mangas ajustadas. Se ponía generalmente debajo de una casaca. En el siglo XVIII se comenzó a usarla también sin casaca y así se generalizó después como traje menos solemne, más sencillo y más modesto y en el siglo XIX prácticamente desapareció. Sólo Juan de Silva vendía chupas en su pulpería de Arrecifes en las últimas décadas del siglo XVIII¹³. Otras prendas halladas son las capas, capotes o capotillos, gran cantidad de camisas y casacas.

Durante el rosismo el “igualitarismo en materia de vestimenta traducía a la vida cotidiana uno de los principios del federalismo: la igualdad social” (SALVATORE, 1999:364). El “buen federal” debía diferenciarse de los comerciantes, hombres de letras o grandes propietarios que se vestían a la usanza europea. Salvatore afirma que, a pesar del igualitarismo social que el federalismo quería imponer, los jueces identificaban a los integrantes de la “clase de peón de campo – personas que trabajaban como peones, usaban poncho y chiripá y no sabían leer ni escribir –, como los sujetos peligrosos de la campaña”. Sin mediar delito eran arrestados y enviados a la frontera. Es raro encontrar en los partes de milicia a los pequeños labradores, criadores o a los estancieros, identificados como “hombres de ciudad” u “hombres de pueblo”. A pesar de la obligación de la divisa o cintillo federal, preñada al chaleco o al sombrero, su uso no fue generalizado. En los partes de 1840 hay seis que usan cintilla, sólo uno la divisa punzó y siete que lucen cintillo y divisa. En los de 1850 ya no se mencionan ni las divisas ni los cintillos.

Retornando en nuestro análisis a los inventarios de los comercios de la campaña bonaerense llama la atención la cantidad y calidad de diversos productos. La prenda más hallada ha sido el pañuelo. En 24 sucesiones fueron tasados pañuelos de diferentes telas y confección. En varios documentos fueron tasados entre

5 y 6 docenas de “pañuelos de seda” bajo la denominación “de Pekín”, “del Tíbet” o “de la India”, de diferentes tamaños (de mano, de cuello o rebozo) y variados colores, incluyendo a los infaltables “pañuelos de luto”. Los pañuelos eran usados tanto por las mujeres como por los hombres. El hombre de campo solía llevar un pañuelo de seda o de algodón, generalmente blanco o colorado, anudado al cuello con las puntas sueltas, también colocado sobre la cabeza, atado a ésta, a la marinera o corsaria o anudada bajo el mentón, “serenero”, siempre bajo el sombrero, o como vincha para sujetar las largas cabelleras.

Para los corredores oficiales, los pañuelos del Tíbet fueron tasados entre \$14 y \$36. José Baliero los vendía en la Guardia de Luján a \$ 30 cada uno. Pero no todos los habitantes rurales compraban los productos importados. En los escaparates se ofrecían pañuelos más económicos a \$12, de regular calidad, como los vendidos por Francisco Medina en su pulpería de Azul.

También observamos gran cantidad de sombreros realizados en cuero de castor, paño o felpa, palma y los más sofisticados de “paja de Italia”. En las sucesiones personales se menciona a los económicos sombreros de “panza de burro”.

En los partes de milicia del rosismo se hacen distinciones entre los presos por cómo lucen sus cabezas; por ejemplo, los indios están “en cabeza”, es decir que llevan sus cabellos al viento, mientras que los peones y jornaleros llevan “pañuelos atados”, “gorras de panza de burro” o “sombreros de paja”. En general todos los paisanos llevan siempre la cabeza cubierta. Entre los estancieros es más común que aparezcan con “gorras de paño azul o punzó” y gorretas.

Una última observación en el vestuario masculino: es notable la ausencia de “calzoncillos cribados” tanto en las sucesiones personales como en los inventarios de los negocios. Podemos suponer que no era una prenda de uso diario y sólo se la lucía en acontecimientos especiales. Sí se hallaron, en algunas tiendas, varias yardas de “cribas” y flecos, lo que nos hace pensar que se compraban los calzoncillos comunes a los que posteriormente se le agregaba el tan mentado adorno. Es decir, con las cribas se embellecían prendas ya existentes. Por otro lado, sabemos que estos accesorios calados eran tejidos en el litoral para ser posteriormente vendidos en Buenos Aires.

La ausencia de prendas femeninas en los inventarios de pulperías nos advierte sobre la confección casera de las mismas, verificada por otro lado con la

⁽¹³⁾ A.G.N. Sucesiones N° 8413. Don Juan de Silva, Arrecifes, 1778.

variedad de telas y accesorios ofrecidos por estos negocios – devenidos en mercerías rurales. Aunque a partir de 1850 aproximadamente aparecen artículos definitivamente femeninos como medias, guantes, boas, mantillas y chales. Y nos sorprendemos ante la presencia de corsés, finos abanicos y voluminosos miriñaques. No abundan pero tampoco son ignorados.

En las sucesiones personales la ropa de las mujeres es muy sencilla, en general polleras, camisas y rebozos¹⁴ de telas baratas como la bayeta y el camellón o la angaripola.

Podemos concluir que este rubro presenta una gran cantidad y variedad de artículos, de distinta calidad, precios y procedencia. Esto indica que el mercado consumidor era también muy variado, no sólo por su poder adquisitivo sino también por sus gustos y elecciones.

Es indudable que las mercaderías extranjeras abundan cada vez más en la campaña bonaerense, pero junto a los ponchos, camisetas, chaquetones, fajas, mantas y pañuelos ingleses siguen encontrándose ponchos calamacos o fajas pampas, y que además los productos locales, en algunos casos, seguían siendo más económicos.

Si bien hay más ropa masculina, hacia mediados del siglo XIX, se empiezan a vender prendas confeccionadas para mujeres y niños.

PARTE II

ARTÍCULOS DE MERCERÍA Y TELAS

La confección de la ropa en los hogares rurales se verifica no sólo con la variedad de telas sino con los artículos de mercería como agujas, alfileres, botones, broches, cintas, hilos, puntillas, tijeras hasta dedales que llenaban los escaparates de las pulperías y almacenes de la campaña. Para destacar la importancia de este rubro podemos distinguir que en 25 inventarios fueron tasadas

telas, pero en 39 de los 40 documentos se encontraron artículos de mercería.

Si observamos la frecuencia de los artículos vemos que abundan aquellos imprescindibles para cualquier costurera: hilo, agujas, alfileres, botones y broches. Si compramos los precios la libra de hilo de ovillo importado valía en 1847 de 20 a 24 pesos, mientras que el hilo de ovillo “del país” se podía conseguir a \$ 10 la libra. Otras mercaderías que abundan son las cintas, coletas, flecos, puntillas y trencillas que eran usadas para embellecer las prendas. Poco usual, ya que en sólo un negocio se halló fue el acero para confeccionar los miriñaques¹⁵.

Antes de la revolución los textiles que llegaban al Río de la Plata eran de alta calidad: paños de lana, seda, etc., pero en la década siguiente las telas más baratas, de mediana calidad, que imitaban a las costosas tuvieron una gran aceptación; “ya en 1814, se importaban de Gran Bretaña tres millones de yardas de calicó y muselina, las cifras van a crecer mucho más, pero ya en ese momento el textil barato ha obtenido su victoria”, Para 1824 “los comerciantes británicos señalaban que el mercado consumidor de sus importaciones se concentraba en Buenos Aires y su inmediata campaña” (HALPERIN DONGHI, 1979:101-103).

Las telas más solicitadas en la campaña bonaerense fueron la zaraza – tela ordinaria de algodón muy ancha y fina - la bayeta y el bayetón que eran telas de lana, la primera poco tupida y la segunda de mucho pelo, también el bramante - de hilo grueso - paño de color azul o punzó con el que se confeccionaban los uniformes, y los sofisticados terciopelo, damasco y la seda. Otras telas que figuran en los inventarios son; el brin, el calamaco (de confección local), el casimir, la espumilla, la franela, el lienzo, el Pequín, el percal y el tartán.¹⁶

Los colores que predominaban en las telas eran el azul, celeste, blanco, rojo, encarnado o morado (éste último no sólo predominó en la época de Rosas). Las lanas eran teñidas. En la tintorería aborigen, mestiza y criolla se emplean preponderantemente materias vegetales, animales e inorgánicas; “el rojo punzó era proporcionado por la cochinilla, parásito muy abundante en las cactáceas del noroeste. Como fijador se usaba el

⁽¹⁴⁾ El rebozo medía dos varas y media de largo por una de ancho y se empleaba del mismo modo que la mantilla, es decir, se usaba cubriendo la cabeza y el cuello, cayendo sus extremos sobre el pecho. Para sostenerlo no se usaba broches ni alfileres. El rebozo se confeccionaba con bayeta de pellón, que era una trama tejida en telares domésticos, casi siempre de las provincias del noroeste.

⁽¹⁵⁾ A.G.N. Sucesiones N° 4011. Beguerestain, Antonio, Pila, 1868. Se llamaba miriñaque a la tela rígida o almidonada que a veces con un armazón metálico se llevaba bajo las faldas para darles vuelo.

⁽¹⁶⁾ Brin: tela ordinaria y gruesa de lino; calamaco; tela de lana delgada y angosta; casimir o cachemir; tela tejida con pelo de cabra de Cachemira, región del Tibet; damasco; tela de seda con dibujos formados con el mismo tejido; espumilla; tejido delicado a modo de crespón; franela: tejido de lana o algodón con pelusa en uso de sus caras; lienzo: tela de algodón cáñamo o lino; Pequín: tela de seda, parecida a la sarga y que se traía de la China; percal: tela de algodón y ligamento de tafetán, utilizada para vestidos de poco precio y tartán: tela de lana con cuadros y listas cruzadas de diferentes colores.

alumbre y los orines fermentados, a veces la sal o el bórax, pues el rojo de estas cochinitas era muy duro. Infinidad de plantas y raíces – coronilo, espino negro, sombra de toro, quebracho blanco – proporcionaron el amarillo” (CICERCHIA, 1998:123). Yuyos diversos proporcionaron el azul. Algunos árboles como el nogal o el petiribí servían para teñir de negro.

Entre las telas figuran las jergas, mantas gruesas que se colocaban debajo de la silla de montar y que el hombre de campo usaba muchas veces como colchón. A pesar de las restricciones aduaneras, las jergas inglesas llegaron a los mercados rurales, pero no convivieron con las jergas pampas y con las cordobesas. En la pulpería de José Baliero se vendían las jergas inglesas de lana a \$55 cada una, mientras que las cordobesas se podían obtener a sólo \$ 6 por unidad. En el momento de efectuar el inventario había en stock sólo 4 jergas inglesas frente a las 27 cordobesas.

Como asegura Halperin Donghi es indiscutible que en la campaña los productos artesanales del país se defiende mejor que en las ciudades, quizás porque la moda pesa menos.

PARTE III

DIME CÓMO TE CALZAS Y TE DIRÉ QUIÉNERES

Mariquita Sánchez de Thompson fue, quizás, la primera en distinguir, a través del calzado a la gente pudiente de aquella que no tenía medios Sánchez (1962). De la lectura de los partes de milicia y los inventarios personales nos permitimos hacer una distinción de grupos sociales a través del calzado. Los indios, jornaleros o peones de estancia podía estar “descalzos” o bien usar “botas de potro”. Este tipo de calzado, de confección casera, ha sido profusamente nombrado y descrito por la mayoría de los viajeros, tanto por su utilidad como por su originalidad. Así las describió John Beaumont:

“Los habitantes de la campaña hacen también botas de potro con las patas traseras de los potrillos, cortando éstas en redondo a la mitad del muslo y también a unas nueve pulgadas sobre el menudillo; después de ese corte sacan el cuero.

La parte superior forma la caña de la bota; el corvejón forma el talón y el resto cubre el pie, aunque con un agujero en la punta por donde asoma el dedo mayor del mismo pie” (BEAUMONT, 1935:83)

Este tipo de bota que dejaba libres los dedos era ideal para montar al caballo. Según Slatta (1982), cuando el ganado cimarrón empezó a escasear, los estancieros comenzaron a oponerse al uso de las botas de potro. Sin embargo, se las ha encontrado inventariadas hasta después de Caseros. En la segunda mitad del siglo XIX, las botas de potro serán reemplazadas por las alpargatas. Hacia 1860, don Luis Silva vendía en su “casa de negocio” botas, botines y zapatos, además de contar con “ocho pares de alpargatas”.¹⁷

En los partes de milicia de los campamentos de Pillahuincó del año 1850 se identifica a los peones de campo con la denominación de “hombre de bota de potro”. Los estancieros, el comerciante español y el sastre que también habían caído prisioneros por distintos delitos, son identificados como “hombre de botas fuertes”.

En 24 inventarios de negocios rurales fueron tasados calzados. Llama la atención que predominen los zapatos, sobre las botas o los botines y las alpargatas. El calzado era, por lo general de cuero de becerro, diferenciándose el cosido del “claveteado” y distinguiéndose, por ser de mejor confección el zapato o la bota que además de estar clavada era cosida. Diferimos de Carretero cuando asegura que el calzado masculino se “pulía con el uso, pues no se conocían las pomadas lustradoras” (CARRETERO, 2000:76). No sólo que en la campaña se vendían botas o botines de charol (cuero barnizado) o de “tafilete” (cuero delgado, bruñido y lustroso) sino que en seis documentos sucesorios se han inventariado tarros de betún.¹⁸

Las botas de potro fueron reemplazadas, alrededor de la tercera década del siglo XIX, por las alpargatas traídas por los vascos españoles o franceses.

También volvemos a encontrar como ocurría con la ropa, la presencia de artículos como botines o zapatos que son específicamente para señoras y para niños. Este detalle nos indica que las mujeres y los niños comienzan a ser considerados en el mercado consumidor y su presencia es tan importante como la del hombre.

⁽¹⁷⁾ A.G.N. Sucesiones N° 3966. Don Luis Silva, Bahía Blanca, 1860. La alpargata era una zapatilla de fuerte loneta con suela de cuerda de yute o cáñamo

⁽¹⁸⁾ Cajas con tarros de betún fueron encontrados en los siguientes inventarios: A.G.N. Sucesión N° 3943, Baliero, José, Guardia de Luján, 1850; N° 3563, Achiari, Juan Bautista, Salto, 1868; N° 4011, Beguerestain, Antonio, Pila, 1868; N° 5414, Díaz, Catalina, Bahía Blanca, 1859; N° 7303, Olivera, Antonio, (dos negocios La Seca en Rauch y La Media Luna en Necochea); N° 19 (1850/52) Sierra, Manuel, Tandil, 1851.

PARTEIV

PERFUMES Y ACEITES

El tema de la falta de higiene de los habitantes de la campaña fue común en todos los relatos de viajeros, es especial el de los ingleses que siempre habían mantenido un juicio implacable “sobre la extrema suciedad personal de los españoles y su poca afición a las abluciones de cualquier tipo”(PORRO & ASTIZ & ROSPIDE, 1982: 80). John Miers narra en 1819:

“Es tal la suciedad de esta gente que ninguno de ellos ha pensado en lavarse la cara alguna vez y muy pocos lavan o componen sus ropas una vez que se las ponen, las conservan en uso día y noche hasta que se rompen” (MIERS, 1996:101)

Otra opinión parecida era la ofrecida unos años después por Samuel Arnold cuando afirmaba que:

“Las mujeres de las pampas son casi todas bonitas, muy fáciles y generalmente sucias” (ARNOLD, 1951:200)

Sin negar la porción de verdad de estos juicios, nos sorprende que en los inventarios de los comercios de campaña se encuentren tantos artículos de tocador.

Para valorar la importancia de los perfumes y aceites entre los habitantes rurales, aseguramos que se encontraron artículos de tocador en 35 inventarios. Destacamos la cantidad y variedad de jabones – amarillos, blancos y negros -; el agua de olor o colonia y los aceites como el de “almendras”, “de olor” o “para el pelo”, además del aceite de castor. El aceite de castor tenía muchos usos: era un buen linimento para los dolores articulares, musculares o torceduras; se tomaba como purgante y depurativo sólo dos veces al año, coincidiendo con los cambios de estación, al comienzo del otoño y de la primavera, y también para impermeabilizar ciertas telas Benarós (1970).

También se destacan otros artículos como peines, cepillos (para la barba o para las uñas), hebillas, horquillas y peinetas para el pelo, espejos de distintos tamaños, cortaplumas y navajas.

No todos, pero algunos habitantes de la campaña se preocuparon por su higiene personal. En 9 negocios se vendieron escupideras, con o sin tapa, de lata, latón o loza. Las palanganas se usaban para lavarse y afeitarse y los lebrillos para la higiene personal o bien para la de la casa.

Una vez más podemos asegurar la diversidad sobre usos y costumbres de los habitantes rurales.

PARTEV

VAJILLA, CUCHILLOS Y TRASTOS DE COCINA

En un estudio anterior, hemos advertido que, en la campaña bonaerense durante el período colonial tardío, “los hacendados más ricos no habían logrado construir una sólida hegemonía social ni definido un estilo de vida que pudieran exhibir ante los demás como algo exclusivo de su condición social” (MAYO, 1995:193).

William Mac Cann (1985), que recorrió a caballo buena parte de la campaña bonaerense en tiempos de Rosas, se asombraba con el espectáculo de los propietarios rurales criollos, potencialmente ricos en cuanto eran dueños de muchas hectáreas y cabezas de ganado, pero cuyas viviendas eran ranchos sin moblaje, con ventanas sin vidrios ni cortinas. Contrariamente a lo narrado por Mac Cann y a pesar de la precariedad de los materiales, hubo casas y ranchos bastante bien equipados, aunque si es cierto que no había relación entre bonanza económica y bienes materiales. Si bien prevaleció un estilo austero, hubo casos en que el propietario reflejó en sus bienes un mejor ingreso. Nos queda claro que la mayoría de los estancieros de este momento no pertenecieron a la *elite* y estuvieron lejos del sofisticado estilo de vida de sus sucesores finiseculares.

Mac Cann dividía a los propietarios rurales en dos categorías: los que adoptaban hábitos europeos y los que conservaban “las costumbres del país” viviendo de idéntica manera que los peones.

“En la cocina no había ni una sola mesa. Comer de esta guisa requiere cierta práctica; primeramente se ha de coger la carne con la mano izquierda; luego tomar con los dientes el bocado elegido y aplicar el cuchillo con la mano derecha, apoyando el filo hacia arriba para cortar” (MAC CANN, 1985:81)

Observa además que las clases bajas no utilizaban, jamás el tenedor, al cual considera un claro “índice de civilización”, ya que su uso exigiría la adopción de otros hábitos domésticos que resultarían fastidiosos: un cuchillo y un tenedor requieren un plato, el plato requiere una mesa. Una mesa pide, a la vez, una silla y así las consecuencias del uso del tenedor, importarían una completa revolución en las costumbres domésticas.

Podríamos decir que nuestros inventarios revelan una situación parecida a la descrita por el viajero inglés, ya que solamente en 3 negocios había un *stock* de tenedores. Pero una vez más nos sorprendemos cuando calculamos que en 37 comercios había a la venta

artículos de menaje. Los cuchillos eran muy solicitados al igual que los platos, fuentes, tazas, cucharas y vasos.

Los 30 negocios que catalogaron cuchillos lo hicieron no sólo por su tamaño sino también por el tipo y material de su cabo, que podía ser de madera, de marfil y el negro de origen inglés. Como las hojas o vainas eran menos durables se vendían por separado.

Los comedores porteños tienen un rey indiscutido: el plato. Para Nelly Porro, el plato alcanza la categoría de "imprescindible, cualquiera fuese el poder económico, la relevancia social y el lugar de la comida" (PORRO, 1982:20). En la campaña no sólo usaron platos de lata, todo lo contrario, preferían los de loza y después de 1850 los de porcelana, e inclusive los había para apoyar las tazas de café o bien para poder saborear algún postre.

Si para consumir los alimentos los platos eran indispensables, las ollas también lo fueron para cocinarlos. Las había de fierro o de latón con tapa. La comida podía ser servida en fuentes con la ayuda de cucharones y espumaderas. Los vasos fueron por su número más solicitados que las copas de cristal. En 19 negocios se encontraron tasados vasos de fino cristal, de vidrio, ordinarios o labrados.

El agua para tomar mate se calentaba en pavas o calderos de lata o latón. La costumbre de tomar mate fue patrimonio de todos los habitantes, pero si bien se tasaron muchas bombillas no se encontraron en stock muchos mates o recipientes para prepararlo. Podemos suponer que la clásica calabaza usada para contener la infusión se adquiría de otra manera y no se compraba en las pulperías o almacenes rurales.

A través del estudio de este rubro podemos matizar la visión tradicional sobre los hábitos de comer de los hombres de la campaña. Sin lugar a dudas, muchos comieron sentados en el piso, con una fuente que pasaban de mano en mano y la ayuda de un cuchillo multiuso. Pero también hubo otros que sobre una mesa con mantel, disfrutaban de la frugal comida con platos, cubiertos, fuentes, vasos y tazas.

PARTE VI

APEROS AGRÍCOLAS Y DE MONTAR, HERRAMIENTAS Y ARTÍCULOS DE FERRETERÍA

El apero, recado o silla de montar se componía de las siguientes piezas: uno o dos cueros de oveja (carona), una manta gruesa (pellón) que se colocaba directamente

sobre el lomo del caballo, una o dos mantas (jergas) de las cuales la más fina y adornada se disponía sobre la otra y encima iba la silla propiamente dicha. La silla, a veces, se empleaba como almohada para dormir. La cincha no estaba sujeta a la montura y consistía en un cuero crudo de una cuarta o más de ancho, que terminaba en un par de anillos (argollas) por los cuales se pasaba repetidas veces un tiento blando para ajustarla. Los estribos eran pequeños.

En 17 inventarios de almacenes rurales se hallaron tasados artículos catalogados como aperos de montar. Los gauchos y paisanos podían comprar recados de montar y partes del mismo: estribos, frenos, lomillos, cinchas y argollas de fierro.

Aunque con menor frecuencia que otros rubros, algunos negocios también vendieron herramientas y artículos de ferretería. Entre las herramientas encontramos todas las necesarias para realizar los trabajos rurales: palas, machetes, hoces, hachas, azadas, guadañas y las infaltables rejas de arado.

En el rubro ferretería los efectos más solicitados fueron los clavos. La existencia de cerraduras, picaportes, pasadores y grampas determinan la presencia de puertas y ventanas en las viviendas rurales, cuyas paredes eran, algunas veces, "encaladas", por eso la venta de cal en estos negocios.

PARTE VII

TABACO Y CIGARRILLOS

Según José Antonio Wilde (1908) los cigarros se expendían en los almacenes y pulperías de Buenos Aires. También los negocios rurales vendieron cigarros, cigarrillos y habanos.

El tabaco podía ser fumado, mascado o aspirado. De acuerdo a su lugar de procedencia era de Paraguay o Brasil, y por su calidad negro o colorado.

Se vendían cigarrillos hamburgueses, de Virginia, de muy buena calidad, pero el que más se consumía era el de hoja, que podía llamarse "del país" de fabricación local.

El tabaco picado muy fino, más conocido como *rapé*, era vendido en 1857 en Dolores por el comerciante Manuel Arrieta. Ofrecía 9 cajas del *rapé* común y sólo media libra del francés¹⁹.

⁽¹⁹⁾ A.G.N. Sucesiones N° 3518. Don Manuel Arrieta. Dolores, 1857.

PARTE VIII

PAPEL, LUMBRE Y COMBUSTIBLE

El papel, en cuadernillos o resmas, era prácticamente infaltable entre las mercancías ofrecidas. El de mejor calidad era el papel blanco de origen genovés. También figura el papel de estraza de múltiples usos; además de envolver con él algunos productos comestibles, se lo empleaba para descongestionar las vías respiratorias. El papel de estraza era untado con la grasitud de las llamadas “velitas de baño” derretidas. El papel se aplicaba en el pecho del paciente. (BENARÓS, 1970).

Las pulperías y almacenes de la ciudad de Buenos Aires aprovisionaban a los porteños de velas, pabilos y pajuelas. Los negocios rurales también lo hicieron. Las velas podían ser de cera, esterina o cebo, eran encendidas, en los primeros años del siglo XIX, con las pajuelas - varilla bañada de azufre - reemplazadas en la década del 40 con fósforos. Para encender los cigarrillos se usaban las yescas (en general de hongos secos machacados que ardían con suma facilidad) que se guardaban en las yesqueras de metal.

Para mantener una buena llama, una vez encendidas las velas, se usaron las espaviladeras, de una o dos puntas, de hierro (las más comunes) o de metal amarillo.

De todos los objetos de iluminación el candelero era, por la cantidad de negocios que lo tuvieron a la venta, el más corriente. En la campaña eran de lata o de bronce. También fueron muy solicitados los faroles. Muchos faroles fueron tasados entre los muebles del negocio, usados para iluminar tanto al comerciante como al cliente.

Más sofisticados fueron los quinqués, lámparas con depósitos de combustibles y tubos de cristal, que se colocaban sobre los mostradores de los almacenes. El combustible utilizado era en kerosene.

PARTEIX

LO RARO, LO EXÓTICO Y LO INUSUAL

Además de los productos que hemos mencionado en los distintos rubros, las pulperías y almacenes rurales vendían otros de la más diversa índole. Los devotos

podían comprar rosarios, imágenes en yeso de la Virgen o La Novena de San Antonio; los niños figuritas de juguete; los adolescentes cohetes y artículos de pirotecnia y los pescadores líneas y anzuelos de fabricación local o inglesa.

Allá por 1868, don Juan Bautista Achiari exponía en su negocio un “caballito de madera”, y dos “muñecas vestidas” para los hijos de algún rico propietario rural.²⁰

Los lectores podían adquirir libros y los niños, que estaban aprendiendo a escribir, pizarras, tinta (contenida en botellas o botellitas) con su repositorio obligado para el momento de su uso: el tintero. Y si hablamos de tinta mencionamos las plumas “de aves” o “de acero” para poder escribir.

En algunas casas rurales la limpieza se lograba con la ayuda de escobas y plumeros, y como los ratones pululaban las trampas se hacían necesarias. Estas “rarezas” no abundaban en los escaparates de los negocios, sólo había una o dos unidades, con excepción de las escobas que se tasaron por docena. Es probable, si jugamos un poco con la imaginación que las dueñas de estos mismos hogares fueron las que compraron flores artificiales, floreros y hasta figuras de porcelana.

Entre las rarezas encontradas, podemos mencionar a las “jaulas para pájaros” y las “cadenas para perro”. De lo raro pasamos a lo común; esperábamos encontrar y fue posible (aunque pocos) boleadoras y facones

Según Carlos Mayo, “el juego llegaba a todos los estratos sociales en el período colonial tardío y en los años posteriores a la emancipación. En 1810 se vendieron más de 60.000 mazos de naipes y la lotería, en su apogeo, involucraba a buena parte de la población urbana” (MAYO, 1998:156-157). Se jugaba en todas partes; en la ciudad y en el campo, en los salones de la *elite* y en un rancho miserable, y en todo momento, no sólo en los períodos de inactividad sino también en plena cosecha. Por eso, don Luis Silva ofrecía en su pulpería el popular “juego de lotería”²¹, y en otros negocios fue muy común la venta de naipes españoles o franceses y barajas del país.

Sin lugar a dudas, otro gran pasatiempo fue la música. En 7 negocios fueron tasadas guitarras. No hemos tenido en cuenta las guitarras que pertenecían al negocio. En general, en cada pulpería siempre había una guitarra a mano. Asimismo se compraban en los comercios rurales bordonas de plata españolas y cuerdas para guitarra, algunas veces de procedencia chilena.

⁽²⁰⁾ A.G.N. Sucesiones N° 3563. Juan Bautista Achiari, Salto, 1868.

⁽²¹⁾ A.G.N. Sucesiones N° 3966. Luis Silva, Bahía Blanca, 1860.

CONCLUSIONES

Teniendo en cuenta la naturaleza de los comercios minoristas rurales, hemos podido reconstruir, con la ayuda de los inventarios y tasaciones, una realidad bastante alejada de aquella que los consideraba meramente como proveedores de las necesidades básicas de la población de la campaña bonaerense, población vista, por otra parte, como de corta necesidades y sin ningún refinamiento debido al entorno en el que se encontraba.

Después de la revolución, las telas más baratas importadas de Gran Bretaña tuvieron más aceptación, y tanto en Buenos Aires como su campaña se vieron inundadas de los productos ingleses. Pero la producción local no es desplazada totalmente de los negocios. En algunos casos, los artículos de manufactura local son más baratos que los importados. Podemos suponer que en la campaña la moda pesa menos que en la ciudad de Buenos Aires.

En casi todos los rubros es relevante la gran cantidad y variedad de artículos, de distinta calidad, precios y procedencia. Esto indica que el mercado consumidor era también variado, no sólo por su poder adquisitivo sino también por sus gustos y elecciones.

Es notable la casi ausencia de los "mentados" calzoncillos cribados que lucen en cuadros y litografías los gauchos bonaerenses. No fueron encontrados ni en las sucesiones personales ni en los inventarios de los negocios. Podemos concluir que éstos no eran una prenda de uso cotidiano. Si se hallaron, en algunas tiendas varias yardas de cribas y flecos. Podríamos asegurar que se compraban los calzoncillos comunes a los que se embellecían con estos adornos.

A partir de 1850 aproximadamente se empiezan a vender artículos (prendas y calzados) confeccionados –exclusivamente– para mujeres y niños. Advertimos que ambos comienzan a ser importantes dentro del mercado consumidor.

No todos los habitantes de la campaña se destacaron por su aspecto desaliñado y sucio. La abundancia de artículos de limpieza como jabones, colonia, aceites, palanganas y hasta escupideras nos hace suponer que algunos campesinos se preocuparon por mantener su higiene personal e íntima. Arribamos a la misma conclusión cuando encontramos inventariadas escobas, plumeros y baldes.

La presencia de cuchillos, cucharas, platos y vasos nos invita a confirmar que no todos comían con las manos, sentados en el piso, ya que algunos se preocuparon por presentar una mesa bien servida.

La sorprendente variedad de mercancías y la naturaleza de algunos* de los productos nos hacen pensar en una estructura de consumo de la población rural mucho más rica y compleja de lo que se suponía; como así también nos invita a replantearnos muchas cuestiones relacionadas con los usos y costumbres de aquellos habitantes.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNOLD, S., **Viaje por América del Sud**, 1847-1848, Buenos Aires, Emecé, 1951.
- AZARA, F. **Viajes por la América meridional**, Madrid, Espasa Calpe, 1923.
- BEAUMONT, J., **Viajes por Buenos Aires, Entre Ríos y la Banda Oriental**, Buenos Aires, Ateneo, 1935.
- BENAROS, L., Las boticas de antaño, en: **Todo es Historia**, N° 33, enero 1970.
- BOSSIO J., **Historia de las pulperías**, Buenos Aires, Plus Ultra, 1970.
- CARRETERO, A., **Vida cotidiana en Buenos Aires. 1 – Desde la Revolución de Mayo hasta la organización nacional (1810-1864)**, Buenos Aires, Planeta, 2000.
- CICERCHIA, R., **Historia de la vida privada en la Argentina**, Buenos Aires, Troquel, 1998.
- ESSEX VIDAL, E., **Picturesque Illustrations of Buenos Aires and Montevideo, consisting of twenty-four views; accompanied with descriptions of the scenery and the costumes; manners and the habitants of those cities and their environs**, Londres, 1820, reimpresso en Buenos Aires, Viau, 1943.
- FERNANDEZ BRAVO, A., **Literatura y frontera. Procesos de territorialización en las culturas argentina y chilena del siglo XIX**, Buenos Aires, Sudamericana, 1994.
- GARAVAGLIA, J.C., De la carne al cuero; los mercados para los productos pecuarios. Buenos Aires y su campaña, 1700-1825, en **Anuario IEHS**, 9, 1994.
- GELMAN, J., El mundo rural en transición, en: Noemí Goldman (Dir.) **Nueva Historia Argentina. Revolución, República, Confederación (1806-1852)**, Buenos Aires, Sudamericana, 1999.
- _____, Los caminos del mercado; campesinos, estancias y pulperos en una región del Río de la Plata colonial, en: **Latin American Research Review**, XXVIII, 2, 1993.

- GONZÁLEZ BERNAUDO, P., *Las pulperías de Buenos Aires; historia de una expresión de sociabilidad popular*, en: **Siglo XXI, Revista de Historia**, México, Instituto Mora, 1993.
- GRAHAM, C., *Relatos del tiempo viejo*, Buenos Aires, Editorial Peuser, 1955.
- HALPERINDONGHI, T., *Revolución y guerra*, México, Siglo XXI, 1979.
- HUDSON, G. E., *Allá lejos y hace tiempo*, Buenos Aires, Editorial Peuser, 1938.
- MAC CANN, W., *Viaje a caballo por las provincias argentinas*, Buenos Aires, Hyspamérica, 1985.
- MAYO, C (Director), *Estancia y sociedad en la pampa, 1740-1820*, Buenos Aires, Biblos, 1995.
- _____, *Juego, Estado y Sociedad en Buenos Aires (1730-1830)*, La Plata, Editorial de la Universidad Nacional de La Plata, 1998.
- _____, *Pulperos y pulperías de Buenos Aires (1740-1830)*, Buenos Aires, Editorial Biblos, 2000.
- _____, *Vivir en la frontera (1770-1870)*, Buenos Aires, Editorial Biblos, 2001.
- MIERS, J., *Viaje al Plata, 1819-1824*, Buenos Aires, Editorial Solar-Hachette, 1968. *
- MILLAU Y MARAVAL, F., *Descripción de las provincias del Río de la Plata*, Buenos Aires, 1947.
- PORRO, ASTIZ & ROSPIDE, *Aspectos de la vida cotidiana en el Buenos Aires virreinal*, Buenos Aires, Universidad Nacional de Buenos Aires, 1982.
- PRIETO A., *Los viajeros ingleses y la emergencia de la literatura argentina, 1820-1850*, Buenos Aires, Sudamericana, 1996.
- RODRIGUEZ MOLAS, R., *Historia social del gaucho*, Buenos Aires, Editorial Marú, 1968.
- SALVATORE, R., Consolidación del régimen rosista (1835-1852) en: Noemi Goldman (Dir.), *Nueva Historia Argentina. Revolución, República, Confederación (1806-1852)*, Buenos Aires, Sudamericana, 1999.
- SANCHEZ, M., *Recuerdos del Buenos Aires Virreinal*, Buenos Aires, Emecé, 1962.
- SLATTA, R., Pulperías and contrabans. Capitalism in Nineteenth century, Buenos Aires Province”, en *The Americas*, XXXVIII, febrero de 1982.
- WILDE, J.A., *Buenos Aires desde setenta años atrás*, Buenos Aires, Biblioteca de “La Nación”, 1908.

IN
MEMORIAN

PARA QUE NO OCURRA NUNCA MÁS

THAT IT MAY NEVER HAPPEN AGAIN

Esteban de Manuel JEREZ¹



*Foto A: Fonte: Site <http://www.modkraft.dk/article.php>
11 de março de 2004
11 th march 2004
11 de marzo de 2004*

*Foto B: Fonte: Site <http://www.frelsesarmeen.no/pages/direct.asp>
11 de março de 2004
11 th march 2004
11 de marzo de 2004*



Roto abruptamente el luto, por la mentira manipuladora del gobierno, los ciudadanos reaccionamos y dijimos BASTA YA. Basta ya de

mentiras, basta ya de intentar utilizar hasta el sufrimiento de las víctimas para obtener unos réditos políticos, para el partido en el poder, que sólo podían venir de la

⁽¹⁾ Profesor de la Universidad de Sevilla.

asignación, contra toda lógica y contra toda evidencia, del atentado a ETA. En medio de la conmoción, se hizo necesario enfriar la cabeza y analizar lo que estaba ocurriendo. Algunos hemos sido tachados de miserables por denunciar, tan sólo 24 horas después de la masacre, que a la barbarie terrorista se añadía la infamia de la campaña de intoxicación de la opinión pública puesta en marcha por el gobierno. ¿Qué clase de gobierno hemos llegado a tener para que en el momento en el que todos necesitábamos estar más unidos se haya producido una ruptura semejante entre gobierno y ciudadanía?

Es preciso constatar que la reacción ha partido de las redes ciudadanas, no de los partidos políticos. Una vez más, como en el caso del Prestige, como en el caso de la guerra de Irak, han sido las redes sociales, formales e informales, las que han llevado la iniciativa. Ya en la manifestación del viernes 12 de marzo los ciudadanos tuvimos la capacidad de reacción para preguntar "quién ha sido", para relacionar lo que para todo el mundo era evidente: que la decisión del gobierno de Aznar de alinear a España en el eje de Bush y Blair en la guerra ilegal contra Irak, con la oposición clamorosa del 90 % de la sociedad española, nos traía la desgracia. Entre dos lógicas de barbarie, la terrorista y la de la guerra permanente contra el terrorismo, la gente inocente muere en Nueva York, en Irak y en España. La lógica del terror en la era de los conflictos asimétricos nos trae la guerra a casa. ¡Esa guerra que la sociedad española luchó en la calle para evitar! Han sido mucho los ciudadanos que estos días en España han vuelto a pedir paz, los que han dicho NO A LA GUERRA, NO AL TERRORISMO.

Los españoles hemos pasado página política de forma rotunda. Toda la comunidad internacional y toda España, menos el gobierno, su entorno mediático y gran parte de sus nueve millones y medio de votantes, entiende el resultado de la urnas como un castigo a una

política de mentiras, que empezó mintiendo para implicarnos en la guerra y terminó mintiendo para tratar de retrasar en lo posible, que se supiera la verdad sobre el atentado. Los españoles hemos dicho sobre todo NO A AZNAR. Ahora, el nuevo gobierno tiene mucho por hacer. Y el resto de los ciudadanos también.

Para que esta salvajada, antes inimaginable, vuelva a ser inimaginable, hay mucho que cambiar. Contra el mal casi absoluto que han puesto de manifiesto los terroristas se puede responder de dos formas. La primera ya la conocemos: bombardear ciudades donde viven inocentes, crear guantánomos, levantar muros. Esa lógica, al margen de otras consideraciones, ya sabemos que crea más rencor, alimenta el odio e incrementa las acciones terroristas. La segunda pasa por atajar el problema de raíz: acabar con todas las barbaries.

Acabar con la barbarie mayor de todas y la más silenciada, la que nos queda más lejos a los occidentales: el hambre. ¡NUESTRA GUERRA ES CONTRA EL HAMBRE!. Este cartel que poblaba el año pasado las calles de Brasil, debe convertirse en el primer objetivo de la política mundial. Acabar con la barbarie que supone dejar morir de SIDA a África sin prestarle la atención sanitaria que precisa. Acabar, da vergüenza decirlo, con las guerras por codicia de petróleo, de diamantes, de materias primas estratégicas. ¡Contra la barbarie, alimentación, sanidad, educación, trabajo y techo para todos!. Esa debe ser la agenda política del mundo globalizado. Esa es la única política sabia, no ya para acabar con la lacra del terrorismo, sino para hacer un mundo mejor. Parafraseando el slogan de la campaña socialista, NOS MERECEMOS UN MUNDO MEJOR, siempre que no olvidemos el sufrimiento de los inocentes, de los otros y asumamos cada cual, desde nuestro lugar en el mundo, nuestra responsabilidad para conseguirlo.

INTRUÇÕES AOS AUTORES

A revista *Humanitas* publica artigos inéditos relacionados com as diversas áreas das Ciências Humanas, principalmente Ciências Sociais e História, buscando incentivar a produção de trabalhos interdisciplinares, nas seguintes categorias: **Artigo Original** e **Resenhas**.

Submissão de trabalhos. Os artigos serão submetidos à avaliação por pelo menos dois revisores, em procedimento sigiloso quanto a identidade tanto do(s) autor(es) quanto aos revisores. Caso haja utilização de *figuras* ou *tabelas* publicadas em outras fontes, deve-se anexar documento que ateste a permissão para seu uso. O Conselho Editorial devolverá os trabalhos que não se seguirem os padrões desta "Instruções".

Apresentação das colaborações. Enviar os textos e/ou resenhas para a Editoração das Revistas do Centro de Ciências Humanas – PUC-Campinas, em uma cópia, preparado em espaço 1,5, com fonte tamanho 11 e limite máximo de 30 laudas para **Artigos Originais** e 5 laudas para **Resenha**. Para esclarecimentos de eventuais dúvidas quanto à forma e outros aspectos, sugere-se consulta a este fascículo. Aceitam-se trabalhos escritos somente em português e espanhol, com título, com título, resumo e palavras-chaves no idioma original e em inglês. Após aprovação final encaminhar em disquete 3,5', empregando editor de texto MS Word versão 6.0 ou superior. Endereço para envio: Conselho Editorial Humanitas – CCH-PUC-Campinas, Campus I, Bloco H 11, Rodovia D. Pedro I, Km136 – Campinas, SP – Caixa Postal 317 – CEP: 13086-900.

Endereço eletrônico: edicch@puc-campinas.edu.br.

Página de título. A primeira lauda do original deve conter a) título do artigo (português e inglês), b) nome completo de todos os autores, c) indicação da Instituição onde cada um dos autores é afiliado, acompanhada do respectivo endereço para correspondência e ou endereço eletrônico; d) se foi subvencionado, indicar nome da agência de fomento que concedeu o auxílio; e) se for extraído de dissertação ou tese, indicar título, ano e instituição onde foi apresentada; f) se foi apresentado em reunião científica, indicar nome do evento, local e data de realização.

Resumo/abstract. Com exceção dos textos apresentados como Resenha, os trabalhos submetidos deverão ter resumo com no mínimo 50 e no máximo 100 palavras no idioma original e em inglês. Não deve conter citações e abreviaturas. E deve estar na primeira página.

Palavras-chave/key words: seguido do resumo/abstract, em mínimo de 3 e um máximo de 5.

Texto. Com exceção dos manuscritos apresentados como Resenha, os trabalhos deverão seguir a estrutura formal dos trabalhos científicos e de acordo com as normas aqui apresentadas.

Referências bibliográficas de acordo com a NBR-6023/2002.

No texto citar o sobrenome do autor, seguido do ano de publicação, como ABRANCHES (1987); se forem dois autores, o

último sobrenome de ambos separados por &, como em CAREY & SHUGART (1998) e se forem três ou mais autores, o sobrenome do primeiro autor seguido de *et al.* e do ano da publicação, como em STARK et al. (1998). As referências citadas deverão estar no final do trabalho relacionadas em ordem alfabética, de acordo com o sobrenome do primeiro autor devendo constar os nomes de todos os autores.

Os títulos de periódicos constantes das referências deverão ser apresentados por extenso, seguidos do local de publicação. Se um artigo estiver em via de publicação, indique: título do periódico, ano e outros dados disponíveis, seguidos da expressão, entre parênteses, **no prelo**. As publicações não convencionais, de difícil acesso, podem ser citadas desde que contenham o máximo de informações e a sua localização. As referências devem ser apresentadas corretamente, de acordo com os exemplos a seguir. *A exatidão e a adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são de responsabilidade do autor.*

Exemplos:

Livros

SACHS, I., **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir**. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2. ed., São Paulo: Vértice, 1986.

Artigos

REIS, E., "Elites agrárias, state-building e autoritarismo" In **Dados**, v. 25; n.3, p. 275-269, 1982.

Coletânea

ABRANCHES, S. H., Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975, In O.B. Lima e S.H. Abranches (orgs.). **As origens da crise**. São Paulo: IUPERJ/ Vértice, 1987.

Teses acadêmicas:

DARNELL, Regna. The Development of American Anthropology 1879-1920. From the Bureau of American Ethnology to Franz Boas. Tese de Doutorado (inédita). Universidade da Pensilvânia - EUA - 1969.

Citações bibliográficas no texto. Deverão ser colocadas em ordem numérica, em algarismos arábicos, meia linha acima e após a citação, figurando como nota de rodapé, devendo contar da lista de referência bibliográficas ao final do texto. Pode-se citar como no exemplo: Barbosa, 1996:247, o que diminui o excesso de notas de rodapé.

As nomenclaturas deverão ser utilizadas de forma padronizada, observando rigorosamente as regras de nomenclatura das Ciências Humanas, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas. Devem ser precedidas do nome completo quando citadas pela primeira vez. Não devem ser usadas no título e no resumo.

